

GOVERNO FEDERAL

MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE



18ª Reunião da Câmara Técnica de Saúde, Saneamento Ambiental e Gestão de Resíduos

05 de abril de 2006

Local: Sala 601 - Centre/Ibama - Brasília/DF

(Transcrição ip[s]is verbis)
[Stenotype Brasil Ltda.]

1 **Ruth Rodrigues Tabaczenski (CONAMA)**

2
3 Bom dia a todos. Nós vamos dar início agora a reunião da Câmara Técnica, meu nome é Ruth Tabaczenski, sou
4 Assessora Técnica do CONAMA. Nós tivemos um problema com o Presidente da Câmara Técnica, o Sr. Bertoldo,
5 e o Dr. José Cláudio Junqueira Ribeiro, como Vice-Presidente da Câmara, vai estar dirigindo os trabalhos técnicos
6 de hoje. Bom dia a todos.

7
8 **José Cláudio Junqueira Ribeiro (GOVERNO - MG)**

9
10 Bom dia a todos. Nós vamos dar início ao nosso encaminhamento, desejando que o problema do Bertoldo não
11 seja nada grave. Vamos iniciar então com a ordem do dia, não é? Primeiro item nós vamos dar continuidade ao
12 processo de revisão de resolução da 257/99, que dispõe de destinação final de pilhas e baterias, o interessado é a
13 Secretaria de Qualidade Ambiental. Então, vamos retomar os trabalhos. Eu pediria a Ruth nossa secretária que
14 colocasse o item que nós... onde está marcado em amarelo são as pendências que ficaram e eu pergunto se
15 essas definições foram... Então nós temos aí as definições, pilha botão ou baterias constituídas por pilha botão,
16 aquela que o elemento pilha possui diâmetro maior de altura e pilha miniatura, pilha com diâmetro e altura menor
17 que a pilha AAA-LR03/R03.

18
19 **Sérgio Antônio Gonçalves (MINISTÉRIO DAS CIDADES)**

20
21 Presidente, por favor! Antes de começar, senão eu vou perder o momento correto da solicitação, eu gostaria de
22 que fosse ponderada e acatada uma solicitação minha de inversão de pauta, após esse item 1 de debate, nós
23 passaríamos para o item 5 que é sobre o seminário sobre licenciamento de esgoto.

24
25 **José Cláudio Junqueira Ribeiro (GOVERNO - MG)**

26
27 É Grupo de Trabalho?

28
29 **Sérgio Antônio Gonçalves (MINISTÉRIO DAS CIDADES)**

30
31 Mas ele está dentro de uma apresentação, de uma série, de um Grupo de Trabalho, de... esgoto tem um trabalho
32 para ser apresentado SQA do estudo que foi feito, das oficinas, do que foi feito sobre esse tema e eu justifico o
33 pedido muito rapidamente, que eu vou ter que me ausentar três horas, para ir numa outra reunião no Planalto,
34 porque esse mês é o último mês que nós temos de prazo para contratação de todas as operações da área de
35 saneamento, e nós temos uma reunião no Planalto, com o Governo, com uma série de outros Ministérios para a
36 definição de pauta, e eu estou preocupado de sair antes desse tema então, eu gostaria de que os conselheiros me
37 concedessem essa permissão de passarmos, quando terminar esse item, passarmos para o item 5.

38
39 **José Cláudio Junqueira Ribeiro (GOVERNO - MG)**

40
41 Eu vou ouvir o Rosalvo. Porque a ANA havia pedido para que esse tema fosse à tarde.

42
43 **Rosalvo de Oliveira Júnior (MIN)**

44
45 Eu conversei, acabei de falar com a Cristina, eu não tinha essa informação que o Cláudio colocou, ela está numa
46 reunião lá e a gente combinou o seguinte: eu queria submeter essa sugestão aos conselheiros desta Câmara de
47 que o primeiro ponto de debate da tarde fosse esse tema então. Então, a gente proporia uma inversão de pauta,
48 mas considerando tornar esse o primeiro ponto de pauta às duas horas da tarde, contemplando nós, contempla a
49 ela e contempla o companheiro aí do Ministério das Cidades.

50
51 **José Cláudio Junqueira Ribeiro (GOVERNO - MG)**

52
53 Bom, se estão de todos de acordo? Conselheiro? Então o primeiro ponto de duas horas, a gente faz a inversão da
54 pauta, todos estão de acordo. Obrigado. Enquanto é passada a definição de bateria industrial, eu perguntaria aos
55 conselheiros se todos estão de acordo com as definições pilha botão ou bateria, constituídas por pilha botão e de
56 pilha miniatura? São definições técnicas, então ficam aprovadas essas definições e agora está sendo colocada na
57 tela a definição de bateria industrial. Parece que ali na definição, está definição de acumuladores elétricos, é a
58 mesma coisa? Eu colocaria, bateria industrial ou acumuladores elétricos. Depois de bateria industrial, tira o ponto
59 e vírgula e põe, "*bateria industrial ou acumuladores elétricos, chumbo ácido*". Nós vamos primeiramente... eu
60 pediria ao Plenário que acalmasse um pouco para a gente conseguir desenvolver esse trabalho... nós vamos
61 primeiramente resolver nossas pendências depois nós vamos voltar com as questões de uma revisão geral. Com
62 relação à definição de pilhas miniaturas, especialistas estão dizendo que pilha miniatura é a pilha com diâmetro e
63 altura menor do que a pilha, AAA-LR03/R03 e que não haveria necessidade dessa observação conjunta de pilhas
64 botão até 12 volts. Então eu pergunto principalmente aos especialistas se há consenso em relação a isso?

66 [Interlocutor fora do microfone]

67

68 **José Cláudio Junqueira Ribeiro (GOVERNO - MG)**

69

70 E nós poderíamos então suprimir então isso aí. Isso aí pode ser suprimido, e que a definição de bateria industrial
71 ou acumuladores elétricos e chumbo ácido é essa aí. “*Definem-se como acumuladores elétricos chumbo-ácido*
72 *(também conhecidos como baterias chumbo ácido) todos os acumuladores em que o material ativo das placas*
73 *positivas é constituído por compostos de chumbo e os das placas negativas essencialmente por chumbo, sendo o*
74 *eletrólito uma solução de ácido sulfúrico*”. Eu pergunto aos especialistas e a todos se estão de acordo com essa
75 definição? E não havendo nenhuma manifestação contrária, podemos considerar aprovado. A próxima pendência
76 aí: Plano de Gerenciamento de Pilhas e Baterias. Por que ficou essa pendência? O IBAMA ficou...mas então o
77 plano vai ficar no anexo, é isso? Eu vou a pedir ao Márcio do IBAMA para se manifestar. O conselheiro está
78 levantando se há a necessidade de se definir o plano porque se ele está no anexo IV, se há necessidade de
79 definir?

80

81 **Márcio Freitas (IBAMA)**

82

83 A sugestão... porque o que tinha ficado pendente era justamente a definição do plano no anexo IV. O nosso
84 entendimento é que o melhor é não fazer essa definição no anexo, simplesmente dizer que a definição fica a
85 cargo do órgão de controle, no caso o IBAMA. Isso nos daria maior agilidade para alterar, havendo necessidade,
86 de alterar a forma de apresentação do plano se nós assim entendermos. Então a responsabilidade de aprovação
87 do plano é nossa, e o termo de referência para o plano de coleta e destinação de baterias usadas, é uma coisa
88 dinâmica, que hoje pode ser um e amanhã pode ser outra. Então se nós colocarmos isso no anexo da resolução,
89 cada vez que o IBAMA para fins de controle, resolver mudar o termo de referência, vai precisar rever a resolução.
90 Então a gente entende, a gente pode colocar “*a ser definido em portaria*”, “*em instrução normativa pelo órgão*
91 *controlador*”. Mas enfim, deixar num instrumento mais ágil de alteração do que amarrar na resolução.

92

93 **José Cláudio Junqueira Ribeiro (GOVERNO - MG)**

94

95 Só que no momento, Márcio, nós estamos discutindo se nós vamos definir o plano, nós estamos no item
96 “definições”. Eu acho que a sua questão nós vamos voltar a ela, quando ele diz o plano está no anexo IV, e aí a
97 sua proposta é que ele não esteja no anexo IV, mas que ele seja definido pelo IBAMA. Mas aqui é a questão das
98 definições, se haveria a necessidade de definir esse plano aí.

99

100 **Márcio Freitas (IBAMA)**

101

102 Eu acho que sim. Pelo menos uma definição colocando... desculpa, eu entrei, sem saber exatamente o ponto. O
103 que eu acho que é importante é o conteúdo mínimo do plano. Que ele deve prever um sistema de
104 armazenamento, um sistema de recolhimento e um sistema de destinação final.

105

106 **José Cláudio Junqueira Ribeiro (GOVERNO - MG)**

107

108 Coleta interna. Eu não sei, talvez a exemplo do que está no projeto de lei de resíduos sólidos: “*conjunto de*
109 *atividades referentes à coleta, armazenamento, transporte, recolhimento, armazenamento, transporte, coleta e*
110 *destinação final*”. Põe: plano de gerenciamento de pilhas e baterias: “*conjunto de atividades relativas ao*
111 *recolhimento, armazenamento, coleta, transporte, e destinação final*”. Alguém está propondo: “*de*
112 *responsabilidade*”?

113

114 **Cláudio Darwin Alonso (GOVERNO - SP)**

115

116 Fica mais forte se você colocar.

117

118 **José Cláudio Junqueira Ribeiro (GOVERNO - MG)**

119

120 A idéia central é essa. Zuleica, dos que tiverem contribuição a fazer...?

121

122 **Zuleica Nycz (APROMAC)**

123

124 Eu tinha pensado que o plano de gerenciamento seria: “*um conjunto de procedimentos que vão reger essas*
125 *atividades*”.

126

127 **José Cláudio Junqueira Ribeiro (GOVERNO - MG)**

128

129 “*Conjunto de procedimentos para as atividades*”... eu acho que é isso. E aí? Zuleica, Sérgio, podemos fechar aí?
130 Vamos deixar de forma genérica, porque na verdade o que vai estabelecer isso é o termo de referência.

131
132
133
134
135
136
137
138
139
140
141
142
143
144
145
146
147
148
149
150
151
152
153
154
155
156
157
158
159
160
161
162
163
164
165
166
167
168
169
170
171
172
173
174
175
176
177
178
179
180
181
182
183
184
185
186
187
188
189
190
191
192
193
194
195

Zuleica Nycz (APROMAC)

Só lembrando que o parágrafo 1º do Artigo 4º fala que: “os fabricantes e importadores deverão adotar os procedimentos de coleta, recebimento, reciclagem, utilização, tratamento ou disposição final ambientalmente adequada”... Quer colocar ali no parágrafo 1º do Artigo 4º, por favor.

José Cláudio Junqueira Ribeiro (GOVERNO - MG)

Acho que pode até copiar. Copia daqui em diante: “os procedimentos de coleta” e vai até o “ambientalmente adequado”, até “ambientalmente adequado”, linha de cima. Copia isso pra lá. Eu acho que é melhor, pois a gente fica com a mesma terminologia. Depois de “conjunto de”. Então nós pegamos lá do parágrafo 1º. É isso zuleica?

José Cláudio Junqueira Ribeiro (GOVERNO - MG)

Tira “os procedimentos”. Está melhor porque também não fica inventando outra redação.

José Cláudio Junqueira Ribeiro (GOVERNO - MG)

Coloca “armazenamento, coleta”, vamos lá? Gente tem que ter um “de” antes. O “armazenamento” tem que ser depois de “coleta”. Do “procedimento de coleta, recebimento, armazenamento..”. Alguém quer propor mais alguma coisa?

Rosângela Barros Tonon (SERCOMTEL)

Nós estamos preocupados com o manuseio dessa bateria

José Cláudio Junqueira Ribeiro (GOVERNO - MG)

Dentro lá da empresa?

Rosângela Barros Tonon (SERCOMTEL)

Isso, na coleta, o manuseio do nosso operador manusear essa bateria.

José Cláudio Junqueira Ribeiro (GOVERNO - MG)

Pergunto se há mais alguma contribuição? Em não havendo mais nenhuma contribuição, pergunto aos senhores conselheiros se estamos de acordo com essa definição? É foi bem lembrado: “segregação”. “Coleta, segregação”... ou já recebe segregado?

(Alterando a redação do texto)

José Cláudio Junqueira Ribeiro (GOVERNO - MG)

O que abunda não prejudica. Pergunto a todos se estamos de acordo? Conselheiros, estamos todos de acordo? Então aprovada essa definição. Artigo 4º, por favor. Não tem nenhum destaque no Artigo....

(Alterando a redação do texto)

José Cláudio Junqueira Ribeiro (GOVERNO - MG)

A proposta é que ele não esta se referindo ao *caput* desse Artigo, mas ao parágrafo 1º. Vamos lá ver: “baterias automotivas constituídas de chumbo..”. Eu pediria às pessoas que se sentassem que levantassem a mão e a gente vai dar a palavra a vocês, porque senão, três comandos ela não consegue. Acho que ninguém. Eu perguntaria. A proposta que está sendo levantada aí é relativa à qual parágrafo, ao 3º ou ao 4º? Eu pergunto se no 3º tem alguma proposta de modificação? Vamos voltar, vamos pela ordem, eu vou tentar ser mais explícito. Vamos voltar, volta lá no *caput* do Artigo 4º. Alguém tem alguma consideração com relação ao *caput* do Artigo 4º? Alguém tem alguma consideração ao parágrafo 1º? Ao parágrafo 2º? Ao parágrafo 3º? Quem tem ao parágrafo 3º, por favor, levante a mão.

Paulo Damasceno (SERCOMTEL)

No Artigo 3º...

196 **José Cláudio Junqueira Ribeiro (GOVERNO - MG)**
197
198 Artigo não, parágrafo. Nós estamos falando do parágrafo 3º do Artigo 4º.
199

200 **Paulo Damasceno (SERCOMTEL)**

201
202 E o Artigo 3º não vai ser discutido?
203

204 **José Cláudio Junqueira Ribeiro (GOVERNO - MG)**

205
206 Eu perguntei parágrafo 3º e ele levantou a mão. Podemos voltar, mas ele levantou a mão no parágrafo 3º. Eu vou
207 pedir às pessoas mais atenção. Parágrafo 3º então quem levantou a mão? Parágrafo 3º do Artigo 4º.
208

209 **André Saraiva (ABINEE)**

210
211 A consideração é que ele faz referência lá embaixo: “referidos no caput desse Artigo” e ele deveria ser no
212 parágrafo 1º, porque é lá que fala dos “procedimentos”. “Para os procedimentos”
213

214 **José Cláudio Junqueira Ribeiro (GOVERNO - MG)**

215
216 O *caput* fala: “as pilhas e baterias mencionadas no Artigo 3º, deverão ser entregues pelos usuários aos
217 estabelecimentos que a comercializam, a rede de assistência técnica autorizada, pelas respectivas indústrias para
218 repasse aos fabricantes ou importadores” E o parágrafo 1º diz: “os fabricantes, importadores deverão adotar os
219 procedimentos de coleta, recebimento, reciclagem, utilização, tratamento ou disposição final ambientalmente
220 adequada diretamente ou por meio de terceiros, respeitando o mesmo sistema eletroquímico, sendo facultativa a
221 recepção de outras marcas”. Agora vamos lá no parágrafo 3º: “As baterias industriais constituídas de chumbo,
222 cádmio e seus compostos destinados a telecomunicações, usinas elétricas, sistemas ininterruptos de fornecimento
223 de energia, alarme, segurança, movimentação de cargas ou pessoas. Partida de motores diesel e uso geral da
224 indústria, após o seu esgotamento energético deverão ser obrigatoriamente entregues pelo usuário, ao fabricante
225 ou ao importador ou ao distribuidor previamente autorizada a bateria, observado o mesmo sistema eletroquímico
226 sendo facultativa a recepção de outras marcas. Para os procedimentos referidos no caput desse Artigo”. Qual é o
227 seu nome, por favor?
228

229 **André Saraiva (ABINEE)**

230
231 André.
232

233 **José Cláudio Junqueira Ribeiro (GOVERNO - MG)**

234
235 O André está propondo que sejam referidos no parágrafo 1º. Em discussão.
236

237 **André Saraiva (ABINEE)**

238
239 É usual, no *caput* ou no parágrafo? Porque lá fala: “dos procedimentos de coleta”
240

241 **José Cláudio Junqueira Ribeiro (GOVERNO - MG)**

242
243 Alguém quer comentar isso? Maurício.
244

245 **Maurício Mendonça (CNI)**

246
247 Bom dia a todos. Eu acho que é um pouco de preciosismo André. Na verdade você está se prendendo ao fato que
248 a menção a palavra “procedimento” está no 1º parágrafo e não no *caput*. Mas se você ler o *caput*... o *caput* é o
249 que dá o comando do Artigo na verdade. O parágrafo, ele não está solto, o parágrafo na técnica legislativa, se
250 remete ao *caput*. Então os procedimentos só se justificam em função de que deverão ser entregue aos usuários.
251 Então eu manteria o texto, eu não faria essa alteração que você está propondo. Eu acho que é um preciosismo,
252 mas eu acho que prejudica um pouquinho na interpretação, porque ao referir ao *caput*... a palavra “procedimento”
253 que aparece no parágrafo 1º, ela não é exatamente o mesmo conceito da palavra que aparece aqui embaixo. Que
254 quando fala em “procedimentos” referindo-se no *caput*, eu estou falando, mencionando a questão da entrega
255 pelos usuários. E o outro eu estou só detalhando que tipo de procedimento que eu tenho. Então eu manteria o
256 texto da forma como ele está.
257

258 **Roberto Monteiro (CONSELHEIRO HONORÁRIO)**

259
260 Com a referência que faz ao *caput* basta tão somente tirar a palavra “*caput*”. Referidas no Artigo.

261
262
263
264
265
266
267
268
269
270
271
272
273
274
275
276
277
278
279
280
281
282
283
284
285
286
287
288
289
290
291
292
293
294
295
296
297
298
299
300
301
302
303
304
305
306
307
308
309
310
311
312
313
314
315
316
317
318
319
320
321
322
323
324
325

José Cláudio Junqueira Ribeiro (GOVERNO - MG)

Eu pergunto se... antes de consultar as outras pessoas, eu perguntaria se nesse Artigo resolveria essa discussão? Maurício? Ainda assim, quer dizer, a proposta nesse Artigo, alguém quer se manifestar? Eu estou dizendo que nós temos uma pauta muito cheia, para ficar trocando vírgula, pediria colaboração especial. Se for para outra proposta além de ir neste Artigo? Desculpe, nós estamos discutindo a questão nesse Artigo, minha senhora! Nós estamos discutindo nesse Artigo. É sobre isso que a senhora quer discutir? O termo nesse Artigo, no *caput* desse Artigo? A proposta desse Artigo resolve a dúvida da senhora? Então não precisa. É outro assunto. Nós vamos discutir por parte. E depois que acabarmos essa parte nós iremos para outra. No Artigo 3º alguém ainda quer outra discussão? No parágrafo 3º, desculpem. Alguém ainda quer discutir outro assunto? A senhora quer discutir? Por favor.

Fátima Santos (SUZAQUIM)

Nesse 3º parágrafo não coloca em momento algum que possa ser já mandado para uma recicladora direto ou para uma disposição final adequada. Então quem faz a sua coleta seletiva e não quer separar, por exemplo, por fabricante para mandar para o seu fabricante, ou por operadora. Não quer separar, juntou lá uma quantidade que quer mandar direto ou à recicladora ou a uma disposição final adequada. Então ela não poderia mandar, ela teria que passar e voltar diretamente? Porque não consta, aí fala só para devolver...

José Cláudio Junqueira Ribeiro (GOVERNO - MG)

Se os conselheiros acham que não há necessidade, nós não vamos discutir a questão, ok? Obrigado. Vamos passar para o parágrafo 4º que também parece... perguntaria se no parágrafo 4º alguém quer fazer algum destaque? Nós temos que lembrar que isso já estava aprovado, nós só estamos fazendo um pente-fino aí para uma condescendência especial, porque nem deveria mais estar colocando isso em discussão. Então tem que ser jogo rápido só para melhoria de redação. Não vamos discutir conceitualmente o que já está aprovado.

Cláudio Darwin Alonso (GOVERNO - SP)

Apenas por paralelismo e o que nós mudamos no 3º também bota, tira “*caput*” e bota...

José Cláudio Junqueira Ribeiro (GOVERNO - MG)

Nesse Artigo. Isso resolveria a questão? Não. Então por favor. Então vai pôr nesse Artigo e vamos ver...

José Antônio de Souza (ABINEE)

Eu gostaria de apresentar uma nova proposta para esse Artigo 4. Ele só vai alterar alguns itens, mas na nova proposta está completo. Gostaria de passar para apreciação de vocês. Praticamente só o que está em vermelho que está alterando.

José Cláudio Junqueira Ribeiro (GOVERNO - MG)

Eu não vou voltar a essa discussão não. Essa discussão foi vencida na reunião passada, que a obrigação é de receber, não é de usar.

José Antônio de Souza (ABINEE)

Eu só gostaria de fazer um comentário. Eu apresento todas as baterias automotivas no Brasil e isso já foi colocado na resolução anterior desta forma. E era a forma que nós encontramos para fazer com que todas as baterias fossem devolvidas. Porque hoje do jeito como está, se entrarmos na discussão de coletar bateria no auto-elétrico, eles não vão me devolver às baterias, porque vão dizer que não receberam, repassaram para outros ou para o seu carteiro, porque o usuário não tem essa obrigação de devolver a eles. Então dessa forma eu não tenho condição de coletar as baterias que eu vendo no mercado. Eu não tenho respaldo na lei para fazer com que essa bateria volte ao fabricante.

José Cláudio Junqueira Ribeiro (GOVERNO - MG)

Olha, sinceramente, nós não vamos voltar a essa discussão não. A discussão foi que a obrigação é de receber. O usuário, ele não é obrigado a devolver.

José Antônio de Souza (ABINEE)

326 Pelo menos poderia retirar a palavra “*obrigatoriedade*”. Apenas colocar: “*deverão ser*”.

327

328 **José Cláudio Junqueira Ribeiro (GOVERNO - MG)**

329

330 Se o usuário levar lá, ele é obrigado a receber. Essa foi a questão discutida. Se o usuário levar lá, ele é obrigado a
331 receber, ele não pode dizer: “eu não recebo”

332

333 **José Antônio de Souza (ABINEE)**

334

335 Essa não é a questão, a questão é obrigar o usuário a devolver, porque ele não vai querer....

336

337 **José Cláudio Junqueira Ribeiro (GOVERNO - MG)**

338

339 Nós não vamos voltar à discussão

340

341 **Zuleica Nycz (APROMAC)**

342

343 Eu acho que a obrigação do consumidor quando se trata de um produto que tem substância perigosa... no caso do
344 pneu, a gente discutiu longamente que ele não era obrigado a devolver, porque aquilo era uma mercadoria
345 pertencente a ele, a um pneu usado. Mas no caso da bateria, ela contém substância perigosa. Então nesse caso
346 eu acho que a cadeia começa com o usuário na devolução.

347

348 **José Cláudio Junqueira Ribeiro (GOVERNO - MG)**

349

350 Zuleica olha, eu vou perguntar primeiro aos conselheiros se nós vamos rediscutir essa matéria, porque ela foi
351 longa, discutida, debatida e aprovada.

352

353 **Cláudio Darwin Alonso (GOVERNO - SP)**

354

355 Eu gostaria de me manifestar. Efetivamente foi exaustivamente discutido. Eu pediria que todos ficassem um pouco
356 mais calmos, porque a reunião é da Câmara. Já foi discutida, já foi aprovada, não tem como obrigar o consumidor
357 a entregar. Eu sou contra que se recoloque em discussão.

358

359 **José Cláudio Junqueira Ribeiro (GOVERNO - MG)**

360

361 Conselheiro Sérgio.

362

363 **Sérgio Antônio Gonçalves (MINISTÉRIO DAS CIDADES)**

364

365 Eu vou partir de um princípio não do mérito. Mas do princípio que se nós formos abrir determinadas exceções, o
366 meu medo é voltar, então vamos ter que rediscutir tudo, eu vou ter o direito de voltar e discutir desde o primeiro.
367 Então nesse princípio não de mérito, não se rediscutir aquilo que já foi aprovado exaustivamente em outras
368 reuniões.

369

370 **Zuleica Nycz (APROMAC)**

371

372 Eu acho que a gente está aqui para refinar e produzir uma resolução da melhor qualidade possível. E viemos aqui
373 para isso. O ponto principal da pauta é essa resolução, tanto que está no início. Está todo mundo aqui, todos os
374 técnicos reunidos. Eu acho que é a grande oportunidade da gente aperfeiçoar a resolução. Eu sou favorável a
375 rever alguns itens aproveitando a massa crítica, inteligente que está aqui presente.

376

377 **Maurício Mendonça (CNI)**

378

379 Eu mencionei, lembro, eu não sei se está, inclusive, registrado na nossa versão suja e nessa versão limpa
380 também. Que no final da reunião passada, isso ficou como um ponto que foi levantado, uma pendência, que está
381 aqui marcado, pendência no Artigo 4º que era exatamente a respeito desse assunto. Eu queria respeitando a
382 opinião dos colegas que nós votamos essa matéria, efetivamente votamos, mas eu registrei isso no final da
383 reunião passada e era exatamente esse ponto. Eu acho que para a gente... concordo com a Zuleica. Nós temos
384 que aproveitar esse momento para refinar alguns pontos, não é reabrir, ao contrário, nós temos que seguir
385 exatamente essas pendências que ficaram. Eu gostaria de ter, mas ficou um tempo muito limitado para essa
386 discussão. Eu acho que a gente pode vencer ela... eu acho até que já foram colocadas várias questões aqui. Não
387 adianta a gente ficar discutindo ela, ficar definindo se a gente não tiver consenso também. Eu acho que está
388 colocado pelo companheiro lá da indústria a necessidade... quer dizer, o que ele está chamando a atenção? Que
389 ele não vai funcionar. Ou seja, se você não tiver um mecanismo de ir próximo ao consumidor, você não vai
390 funcionar. E eu sinceramente, eu vejo isso como exceção e não como uma regra. Porque em outros casos eu

391 seria radicalmente contra imputar algum tipo de ônus ao consumidor. Mas eu gostaria de ouvir principalmente os
392 colegas ligados aos órgãos ambientais sobre também a viabilidade de você tentar imputar, porque isso tem
393 impacto sobre fiscalização, sobre outras coisas mais em relação ao consumidor. Eu acho que a gente poderia... se
394 me permite? A minha sugestão. É de a gente fazer essa discussão, mas ficou um tempo muito limitado. 10
395 minutos no máximo, inclusive.

396
397 **André Aliana (ANAMMA)**

398
399 Eu não vejo como se prejudica a gente estar discutindo 10 minutos a mais o tema. Então em cima da proposta ali
400 para mim não tem problema nenhum, até porque eu estou chegando agora, eu acho que não há problema em
401 discutir 10 minutos a mais o tema.

402
403 **José Cláudio Junqueira Ribeiro (GOVERNO - MG)**

404
405 Então vencida a proposta nós vamos dar 10 minutos para discussão. Agora em 10 minutos vamos colocar em
406 votação seja quem estiver falando. Eu vou encaminhar da seguinte forma: que alguém se manifeste a favor e
407 outro se manifeste contra. Para quem quiser defender a proposta favoravelmente justificando e outro defenda
408 contrário. Então está em discussão. A proposta original e a proposta agora apresentada. Estou abrindo espaço
409 para quem quiser defender essa proposta apresentada.

410
411 **Zuleica Nycz (APROMAC)**

412
413 Eu entendo que o usuário, o consumidor ele faz parte do sistema de risco que é criado por essa atividade. O
414 consumidor, ele tem que ser chamado à atenção para essa responsabilidade, embora a gente saiba que do ponto
415 de vista prático, ele não pode ser fiscalizado. Mas é importante que a resolução mencione essa responsabilidade
416 do usuário e aqui seria uma forma interessante de colocar. Até tirar a palavra “obrigatório”, “deverão ser entregues
417 pelo usuário” já fica mencionado a função de responsabilidade do usuário nessa questão que envolve risco ao
418 meio ambiente e à saúde humana. Eu sou favorável a essa alteração. Tirando “obrigatoriedade”, porque “deverão”
419 talvez já deixa claro que é um dever.

420
421 **José Cláudio Junqueira Ribeiro (GOVERNO - MG)**

422
423 A sua proposta se eu estou entendendo bem é tirar “obrigatoriedade”. E quem está lá não é obrigado a receber
424 não. Eu acho que o problema da nova redação dele é que ele tira a obrigação dele de receber.

425
426 **Roberto Monteiro (CONSELHEIRO HONORÁRIO)**

427
428 É exatamente essa colocação que eu queria fazer. Você não pode obrigar o usuário, o usuário é proprietário de
429 alguma coisa, você não pode obrigar ele a entregar. Ele pode ficar com isso um milhão de anos. Ok? Então você
430 não tem essa obrigação. Nós temos que fazer uma cadeia de incentivo. Então a palavra “ser entregue” é uma
431 palavra boa de ser colocada. Só que foi lembrado aqui pelo nosso presidente. O nosso papo aqui é
432 responsabilidade pós-consumo é a cadeia reversa. Ou seja, eu quero entregar e o cara não quer receber. Então
433 isso que é o grande problema. Então sugiro que a gente coloque: “deverão ser entregues pelo usuário e
434 obrigatoriamente recebida pelos comerciantes”.

435
436 **José Cláudio Junqueira Ribeiro (GOVERNO - MG)**

437
438 Parece que há consenso em relação a essa proposta. Zuleica, Maurício? “deverão ser” tira o “obrigatoriamente”
439 dali

440
441 (Alterando a redação do texto)

442
443 **José Cláudio Junqueira Ribeiro (GOVERNO - MG)**

444
445 Ok? Vamos ver. Zuleica. Põe “para devolução” para satisfazer a maioria. Então pode apagar o vermelho e fica
446 aprovado esse parágrafo.

447
448 **Cláudio Darwin Alonso (GOVERNO - SP)**

449
450 Eu entendo que na quase maioria há aprovação dessa proposta, mas eu voto contra e justifico da seguinte
451 maneira: eu não consigo obrigar, até porque existem direitos que eu não posso... do consumidor, eu não posso
452 obrigá-lo a devolver. O “deverão” obriga. Dessa forma eu sei que eu sou minoria, mas deixo o meu voto contrário
453 registrado. Não acho razoável que se obrigue o consumidor. Eu posso incentivá-lo, mas não obrigá-lo. Existem
454 direitos do consumidor que essa resolução não pode ultrapassar.

455

456 **José Cláudio Junqueira Ribeiro (GOVERNO - MG)**

457

458 Então está registrado, já estamos em regime de votação. Está aprovado o Artigo com a ressalva do Cláudio
459 Alonso. Já está aprovado, nós não vamos mais discutir isso. Artigo 3º. O senhor quer fazer algum comentário?
460 Pois não.

461

462 **Paulo Damasceno (SIRCOMTEL)**

463

464 Nesse Artigo 3º é falado somente sobre chumbo, cádmio e mercúrio e os seus compostos. E como ficam as
465 baterias de lítio e os seus efeitos acumulativos que não são tratados dentro da resolução?

466

467 **José Cláudio Junqueira Ribeiro (GOVERNO - MG)**

468

469 Nós estamos fazendo a revisão de uma norma que não tratava disso. Nada impede que seja incluído. Eu pergunto
470 se o senhor tem alguma proposta?

471

472 **Paulo Damasceno (SIRCOMTEL)**

473

474 Eu não sou especialista em baterias. Eu estou trazendo uma preocupação enquanto prestadora de telefonia, para
475 uma situação que está sendo criada de dentro do CONAMA. Então os especialistas eventualmente poderiam ter
476 alguma redação própria. Eu estou colocando uma preocupação de que tem que haver esse item também.

477

478 **Roberto Monteiro (CONSELHEIRO HONORÁRIO)**

479

480 Eu só gostaria de lembrar, tanto que nós temos conhecimento: os principais metais que causam problemas sérios
481 na questão de pilhas e baterias são mercúrio, chumbo e cádmio, nessa ordem. E as baterias de lítio não há tanto
482 que a gente tenha conhecimento efeitos tão agressivos ao meio ambiente com reação. Então as de lítio são:
483 metal-hidreto, lítio, essas baterias praticamente elas não têm grandes informações ou grandes agressividades ao
484 meio ambiente. Isso até seria interessante ouvir alguém da área para ver a confirmação desse tipo de informação.

485

486 **José Cláudio Junqueira Ribeiro (GOVERNO - MG)**

487

488 É sobre esse assunto que a senhora quer se manifestar? Pois não.

489

490 **Fátima Santos (SUZAQUIM)**

491

492 Não somente o mercúrio, chumbo e... que recicla pilhas e baterias. Não só o chumbo, o mercúrio e o cádmio em
493 que são os agressivos, o lítio na sua grande quantidade também, ele é agressivo. E nós temos baterias, inclusive,
494 importadas que são baterias de lítio que são usadas pelas prestadoras de serviço da Petrobrás e que são de
495 cloro, inclusive. Então ela além de ter o lítio, ela tem o cloro, então são baterias muito agressivas. Então não deve
496 se considerar somente os três metais pesados mais agressivos, deve ser considerado alguns outros metais,
497 também, na sua concentração. Porque num determinado local uma grande concentração de níquel, também vai
498 causar um grande dano. Isso já temos estudo nas Universidades sobre todos os outros metais. Desculpa, eu vim
499 só na última reunião que eu fui convidada, mas...

500

501 **José Cláudio Junqueira Ribeiro (GOVERNO - MG)**

502

503 Nós temos inscritos a Gricia do IBAMA e depois o senhor lá.

504

505 **Maria Gricia L. Grossi (SQA/MMA)**

506

507 Essa discussão, logo na primeira reunião que a gente teve do Grupo de Trabalho, a gente até levantou essa
508 possibilidade de a gente não discutir isso aí em cima desses três metais. Até em função... nós começamos há
509 quase dois anos atrás ainda, muitas, as de celular eram de níquel-cádmio ou níquel-hidreto. Então a gente
510 entende que o níquel também é um metal complexo. E aí em função do aumento do uso de celulares e, portanto,
511 conseqüentemente de suas baterias, isso também seria um impacto e a gente teria que estar pensando, mas nós
512 fomos voto vencido e como voto vencido a gente não discutiu mais. Agora, como a questão está sendo levantada,
513 a gente gostaria só de registrar que isso tinha sido levantado no Grupo de Trabalho.

514

515 **Jaime Cynamon (ABINEE)**

516

517 Eu só queria deixar registrado e depois eu peço a palavra da Dra. Gricia. Que nós há dois anos atrás, quando
518 colocaram novos elementos, isso já foi discutido a longo tempo. E que todas as diretivas européias atuais só
519 discutem única e exclusivamente três elementos: mercúrio, cádmio e chumbo. Não há discussão sobre outro

520 elemento químico. Então se nós pegarmos as diretivas europeias a respeito desse assunto, são apenas os três
521 elementos. Se nós retornarmos para trás, isso causará uma discussão enorme. Ok? Obrigado.

522
523 **José Cláudio Junqueira Ribeiro (GOVERNO - MG)**

524
525 Obrigado. Cláudio, depois Maurício.

526
527 **Cláudio Darwin Alonso (GOVERNO - SP)**

528
529 Eu gostaria de pedir um esclarecimento ao setor produtivo. Essa questão do lítio sempre me preocupou e eu já
530 tinha levantado em algumas vezes. Eu pergunto o seguinte: a bateria é lítio-cádmio, é isso? Desculpe, não vale
531 essa aí. Confundi e como químico não deveria. Então eu proponho o seguinte: eu acho que o lítio pode ser uma
532 substância importante na contemplação de uma resolução que poderia ser essa. Eu entendo que houve um tempo
533 grande de trabalho sobre essa resolução e parar o andamento dessa resolução para reconsiderar a questão do
534 lítio, nós vamos ficar mais tempo sem uma resolução sendo colocada. A minha proposta é que se continue o
535 encaminhamento normal dessa resolução como está criando-se em seguida o Grupo de Trabalho para verificar se
536 o lítio tem importância ou não para ser complementado. Senão a gente não termina nem essa.

537
538 **José Cláudio Junqueira Ribeiro (GOVERNO - MG)**

539
540 Só antes de passar ao Maurício... é o que a Gricia falou. Isso passou por um Grupo de Trabalho, a própria SQA
541 levantou essa questão no Grupo de Trabalho. Foi vencido. Quer dizer, se alguém tivesse alguma proposta aqui,
542 nós até poderíamos discutir. Mas não adianta dizer: "olha, está faltando, mas tem proposta". Então nós vamos
543 continuar. Márcio está inscrito depois Zuleica e nós vamos encaminhar para...

544
545 **Márcio Freitas (IBAMA)**

546
547 A minha proposta é uma proposta simples e acho que atende a preocupação e vai um pouco na linha do que o Dr.
548 Cláudio Alonso está colocando. Seria simplesmente incluir no item "d": "*pilhas e baterias dos sistemas*
549 *eletroquímicos: chumbo-ácido, lítio, níquel-cádmio e óxido de mercúrio*". A partir daí nós teríamos obrigação de
550 recolhimento pós-consumo. E a partir daí nós poderíamos até estar desenvolvendo junto com os planos de coleta,
551 monitoramento e destinação final quais são as recomendações para esse tipo de baterias. A gente teria tempo
552 para isso e não deixaria descoberta essa situação.

553
554 **José Cláudio Junqueira Ribeiro (GOVERNO - MG)**

555
556 Maurício. Há uma proposta do Ministério do Meio Ambiente, eu vou passar pela ordem ao Maurício, Zuleica e
557 depois vamos já convergir para a discussão.

558
559 **Maurício Mendonça (CNI)**

560
561 Bom. Em primeiro lugar me preocupa muito que a gente comece a fazer revisões substantivas com base em
562 processos que não foram devidamente discutidos. Eu entendo que essa contribuição que foi enviada pela
563 empresa Vivo, ao CONAMA, que foi disponibilizada agora nos últimos dias, ela não deveria ser considerada na
564 nossa discussão, porque ela é extemporânea. Ela chegou depois do prazo, a gente já tinha votado boa parte da
565 resolução, nós temos tendências muito claras que foram definidas aqui. E eu efetivamente não tenho condição de
566 discutir o mérito dessas questões, que são complexas se necessitariam de levantamentos, de estudos. E eu acho
567 que o Cláudio colocou muito bem. Nós não estamos discutindo a relevância disso, eu acho que pode ser até muito
568 relevante. Mas nenhum de nós tem elementos aqui e essas questões foram levantadas agora, quando já tinham
569 sido superadas no Grupo de Trabalho. A gente, inclusive, está de certa forma desconsiderando algumas questões
570 que já vieram do Grupo de Trabalho que foi conduzido, inclusive, está hoje ausente aqui, pelo Bertoldo. Não foi
571 conduzido por uma pessoa de fora do ambiente da Câmara, foi conduzido pelo presidente da Câmara. E deve ter
572 tido razões substantivas para não considerar naquele momento. Eu acho inapropriado que a gente agora coloque
573 agora algumas novas coisas que vão ser objeto, inclusive, de recolhimento, sem ter clareza da dimensão disso, da
574 relevância para o meio ambiente disso. Eu fico muito preocupado realmente. Eu por mim não abriria a exceção a
575 essa discussão. Eu acho que ela é pertinente, a gente vai discutir... eu tenho que internalizar isso dentro do setor
576 produtivo. Isso aqui é uma contribuição que chegou de uma empresa que não teve tempo de ser discutido por
577 outros setores importantes. Então a minha manifestação seria no de não alterar a resolução nesse momento em
578 relação a esses itens que estão propostos aqui pela Vivo. Mas que a gente vá continuar esse debate na
579 seqüência, porque nós temos ainda várias etapas pela frente.

580
581 **José Cláudio Junqueira Ribeiro (GOVERNO - MG)**

582
583 Nós temos dois inscritos, o senhor poderia aguardar, por favor. Zuleica.

584

585 **Zuleica Nycz (APROMAC)**

586

587 Eu entendo que se a SQA apresentou no Grupo de Trabalho do qual eu não participei, talvez não fosse
588 conselheira ainda. A sua preocupação e o princípio da precaução... lembra que nós não podemos perder a
589 oportunidade, custa caro fazer uma resolução é caro fazer um GT. E o pior de tudo que para o meio ambiente é
590 demorado, o tempo na questão ambiental é fundamental. Se nós podemos agora inserir como o Márcio colocou...
591 muito bem: o lítio. Já temos conhecimento pela SQA que é de fato irrelevante. A Gricia da SQA acabou de dizer
592 que fez...

593

594 **Maurício Mendonça (CNI)**

595

596 Me permite uma parte? Só uma parte, que eu acho que é importante. Nós não temos nenhuma informação sobre
597 isso, não tem um documento sobre isso, não tem um estudo técnico sobre isso

598

599 **Zuleica Nycz (APROMAC)**

600

601 Tudo bem. Eu confio.

602

603 **Maurício Mendonça (CNI)**

604

605 Então eu pediria uma explanação de uma hora sobre o assunto da SQA, porque senão nós vamos discutir o “sexo
606 dos anjos”.

607

608 **Zuleica Nycz (APROMAC)**

609

610 Eu acho o seguinte: eu confio na Gricia é uma pessoa da minha extrema confiança. Se ela está me dizendo aqui e
611 uma senhora que participa da indústria está interessada que esse... tem interesse... ela colocou que não é
612 comercial é ambiental. A Vivo está dizendo que as baterias de lítio têm efeitos cumulativos. Eu estou muito mais
613 preocupada com a questão ambiental do que qualquer outra coisa. Eu não vejo mal nenhum em colocar lítio agora
614 e até de repente fazer um Artigo se necessário. Essa resolução vai ser revista dentro de um ano. Mas não deixar o
615 lítio para daqui um ano. Isso eu acho extremamente perigoso para a questão ambiental, fere o princípio da
616 precaução.

617

618 **José Cláudio Junqueira Ribeiro (GOVERNO - MG)**

619

620 Pela inscrição Roberto.

621

622 **Roberto Monteiro (CONSELHEIRO HONORÁRIO)**

623

624 Eu fico preocupado com esse tipo de colocação, até colocações de palavras da boca da Gricia que é relevante,
625 ela não disse isso. Ela disse que houve uma proposta e não houve elementos de convicção suficiente consistência
626 técnica, estudos técnicos que demonstrassem isso. Então, portanto, a gente não pode sair daqui apelando para o
627 princípio da precaução; e aí eu apelo para o princípio de razoabilidade. De sair colocando tudo quanto é
628 componente que pode ser colocado numa bateria e obrigar a recolhimento. Então os trabalhos feitos pelo Grupo
629 de Trabalho, se superou essa questão do lítio. Há uma preocupação emergente nesse momento, se é significativo
630 ou não é significativo, isso precisa ser comprovado, isso precisa ser trabalhado. Então eu vou pela proposta do Dr.
631 Cláudio Alonso: não se coloque lítio como recolhimento obrigatório, porque não foi isso que o Grupo de Trabalho
632 chegou à conclusão. E acrescenta a esse Artigo um parágrafo único dizendo que demais compostos utilizados na
633 fabricação de pilhas e baterias serão objetos de estudos em legislação específica. Para que você tenha um
634 encaminhamento de que pode chegar à conclusão que faz-se o trabalho, faz-se o estudo e pode chegar a
635 conclusão que: olha, isso não quer dizer absolutamente nada e não tem impacto nenhum. Ou pode se chegar à
636 conclusão que é significativo e tem que se colocar um valor lá de tantos por cento em composição. Agora, tanto
637 quanto a gente tem conhecimento de tudo que foi estudado e trabalhado, foi falado até de Comunidade Européia
638 aqui as questões fundamentais, o principal é mercúrio e depois chumbo e cádmio. E o chumbo e cádmio já cem
639 vezes menos em termos de interesse. Então me preocupa um quarto item que está totalmente acessório seja
640 colocado nesse momento, inclusive, discordando de tudo que foi discutido no Grupo de Trabalho.

641

642 **José Cláudio Junqueira Ribeiro (GOVERNO - MG)**

643

644 Eu vou encerrar as inscrições para esse item. Então eu vou perguntar e quem quer falar se manifeste.
645 Conselheiro André, a Gricia, o senhor lá no fundo quer...? Espera aí, por favor, eu estou só abrindo inscrição. O
646 senhor quer falar aí no fundo, havia levantado a mão? O senhor quer se inscrever? Não. Então só está inscrito o
647 André a Gricia... essa senhora quer falar havia levantado a mão, a senhora quer se inscrever? Mais alguém quer
648 se inscrever? Não. Então após essas três intervenções do André, Gricia e dessa senhora... outra vez? Está bom.
649 Pela segunda vez, nós vamos encerrar as inscrições e vamos passar para a votação. André, por favor.

650

651 **André Aliana (ANAMMA)**

652

653 Meu comentário é o seguinte: que a resolução do ponto de vista ambiental, ela busca garantir essa ação
654 ambiental, de garantir a devolução dessas pilhas que prejudicam o meio ambiente. Não vejo no que prejudica a
655 resolução, no que prejudica a preservação ambiental, se garantir aí a obrigatoriedade de recolhimento do lítio.
656 Único comentário. Não há porque... vai prejudicar, sim, o responsável da fabricação que vai ter que fazer o
657 recolhimento. Quer dizer, esse é o objeto dessa resolução, acho isso avança somente.

658

659 **José Cláudio Junqueira Ribeiro (GOVERNO - MG)**

660

661 Gricia.

662

663 **Maria Gricia L. Grossi (SQA/MMA)**

664

665 Quando eu coloquei que no início do Grupo de Trabalho a gente levantou as questões de incluir outros elementos,
666 inclusive, o níquel, hidreto também, nós levantamos essa questão, não somente do lítio. E isso basicamente em
667 função do crescimento que a gente está tendo no uso de celular no Brasil e conseqüentemente suas baterias. Nós
668 tivemos agora há pouco tempo num evento organizado pela Embratel só sobre as questões do lítio. A Embratel
669 está muito preocupada porque eles estão fazendo um... porque eles que certificam a qualidade... Anatel. E aí a
670 preocupação de que fazer com essas baterias? Então acho que o Dr. Paulo aqui da ABINEE também está, ele fez
671 uma exposição. Que já existe, inclusive, programas que estão coletando essas baterias. E têm até processos que
672 se eu não me engano a faculdade de Londrina que tem um processo de recuperação. Que eu acho que se nós
673 estamos fazendo, inclusive, o pessoal que participou do seminário está aqui. Eles queriam que isso incluísse
674 nessa resolução. Essa questão que foi colocada aqui para nós é até importante para poder fazer essa discussão.
675 Porque o aumento é tão grande e a gente precisa estar pensando. Se ele não é talvez tão tóxico, mas em função
676 da quantidade, há necessidade de se estar se pensando de como nós vamos gerenciar esse aumento muito
677 grande. Então é isso que eu acho que essa é a nossa preocupação que a gente tem e eu acho que a gente devia
678 estar discutindo e aqui é o Fórum. Com relação à inserção do lítio, eu quero chamar a atenção para ajudar na
679 decisão, digamos, da inserção do lítio ou não em pilhas e baterias. Porque uma das informações relativamente
680 recentes, que eu acredito que já esteja defasada porque já faz um ano e meio, nós temos no mercado cerca de 80
681 milhões de celulares e o que acontece é que é um sistema que continua em crescimento. Então, não me
682 surpreende o fato desse assunto não estar sendo considerado dentro das diretivas européias porque eu acredito
683 que o crescimento lá seja bem diferente do nosso, o mercado é diferente. Uma outra questão é que se hoje nós
684 temos, digamos, previsto por baixo, subestimando uma quantidade de dois milhões de baterias com aquele
685 percentual de mercúrio ou de cádmio, são dois milhões contra oitenta milhões das outras baterias. Então, eu acho
686 que é algo que realmente nós deveríamos pensar. É a minha sugestão.

687

688 **José Cláudio Junqueira Ribeiro (GOVERNO - MG)**

689

690 A última inscrita da reciclagem. Fátima, por favor.

691

692 **Fátima Santos (SUZAQUIM)**

693

694 A composição das baterias de lítio, ela não tem somente lítio, tem cobalto, tem os outros. E a concentração desse
695 material é que causa o dano porque o desequilíbrio é causado na concentração. Considerando-se que tem uma
696 grande quantidade de lítio eu acho que cabe, uma vez que já está refazendo, considerar, por que não? A própria
697 composição da Universidade lá de Londrina, é essa aqui a composição...

698

699 [Sobreposição de diálogos]

700

701 **Fátima Santos (SUZAQUIM)**

702

703 Sim, mas por menos que seja se você por uma quantidade muito grande... Eu acho que...

704

705 [Sobreposição de diálogos]

706

707 **Cláudio Darwin Alonso (GOVERNO - SP)**

708

709 Falou que tem um valor elevado fale quanto.

710

711 **Fátima Santos (SUZAQUIM)**

712

713 Eu não tenho aqui, mas eu tenho a composição.

714

715 **José Cláudio Junqueira Ribeiro (GOVERNO - MG)**

716

717 Por favor, a senhora podia concluir?

718

719 **Fátima Santos (SUZAQUIM)**

720

721 Eu cheguei na última reunião, só fui convidada na última, não queria inclusive nem causar empecilhos, só que
722 uma vez vocês tiveram tanto trabalho e tanto tempo, incluir apenas uma composição de um tipo de bateria a mais
723 eu acho que seria só de bem para o meio ambiente, não iria causar nenhum dano maior.

724

725 **José Cláudio Junqueira Ribeiro (GOVERNO - MG)**

726

727 Ok. Nós não vamos fazer discussão paralela.

728

729 **Cláudio Darwin Alonso (GOVERNO - SP)**

730

731 Eu sugeriria à mesa que agora restringisse a discussão só aos conselheiros.

732

733 **José Cláudio Junqueira Ribeiro (GOVERNO - MG)**

734

735 Eu perguntaria então se algum conselheiro quer fazer alguma manifestação que vamos encaminhar para a
736 votação.

737

738 **Cláudio Darwin Alonso (GOVERNO - SP)**

739

740 Eu gostaria apenas de levantar uma questão: estou confuso. Sou bastante honesto pelo seguinte: o que foi
741 colocado é que apenas colocar um lítio a mais ou a menos não custa nada o que custa é apenas para o fabricante
742 tomar um conjunto de posturas. Eu tenho um pouco de dúvida quanto a essa colocação pelo seguinte: custa
743 efetivamente para o consumidor pagar um pouco a mais porque esse preço é repassado. Nada contra, se
744 efetivamente é um problema ambiental constatado e consagrado, tem que pagar mais mesmo. Agora, o que me
745 preocupa sempre é nós transferirmos o custo, acharmos que o custo vai apenas para o produtor, por vendedor,
746 enfim, e que esse custo não é repassado. Se esse custo é repassado de forma indevida o consumidor não gosta
747 de pagar uma coisa no qual ele não tem retorno. Então essa é uma preocupação. Eu não digo que o lítio que não
748 seja importante. Eu não estou lembrado, fui até perguntar para Grícia, eu trabalhei muito com isso, mas o lítio
749 lamentavelmente eu não lembro a toxicologia dele, no entanto eu lembro que tem remédio feito à base de lítio. Ou
750 seja, ele deve ter uma toxicidade, mas ela não deve ser essa agressividade toda. Oitenta milhões de pilhas
751 multiplicadas por quanto de lítio em cada pilha? Vê que oitenta milhões é um número grande, mas eu não sei
752 quanto tem em cada pilha para mim saber efetivamente qual é a carga ambiental que eu estou recebendo. Acho
753 que existem questões complexas. Preferiria não colocar o lítio porque posso punir o consumidor de forma
754 indevida, mas analise esse conjunto de detalhes de forma separada, tirar daqui, manter o lítio como sendo uma
755 pendência e continuar a resolução como está.

756

757 **Zuleica Nycz (APROMAC)**

758

759 Eu quero saber, então, se as baterias de lítio não fazendo parte, elas estão indo pra onde? Pro lixo? É uma
760 pergunta, eu quero saber.

761

762 **José Cláudio Junqueira Ribeiro (GOVERNO - MG)**

763

764 É como também as baterias que têm menos de 0,05% de mercúrio, vão pro mesmo lugar. Nós estamos discutindo
765 um Artigo mais pra frente, se você não se lembra posso te recordar, é o Artigo 7, nós vamos chegar nele. Nós
766 vamos colocar em votação. Desculpe.

767

768 **Sérgio Antônio Gonçalves (MINISTÉRIO DAS CIDADES)**

769

770 Eu só quero fazer uma fala. Da preocupação inicial feita e respeitando o processo dessa questão de volta porque
771 quem participa de qualquer tipo de resolução ou de lei se sabe que os consensos são muito tênues e
772 dependendo, muito frágeis. De repente quando você abre a possibilidade de retomar sempre há uma tese nova ou
773 um estudo que saiu ou alguém que se aprofundou mais. Eu acredito que ninguém aqui está tirando da
774 responsabilidade ou da toxicidade que existe em metal pesado porque nós também teremos que ter preocupação
775 de vários outros, porque outros estão sendo utilizados e vai se caracterizar pela concentração de utilização dele.
776 Então, eu fico muito incomodado nesse momento de uma matéria tão importante de trabalhar com um produto
777 desse e de repente a gente está abrindo pra esse e que nada impeça que alguém lembre de outro e coloque outro
778 aí e numa teoria de que: "Já que lembrou põe que não causa mal". Daqui a pouco a gente vai ter que pegar a
779 tabela periódica de metais e colocar aí. Eu me sinto mais tranquilo. Aí eu me sinto mais tranquilo porque eu

780 coloquei todos os metais peados, eu cidadão me sinto mais tranquilo. Só que isso vai acarretar uma coisa do
781 tamanho do mundo que eu não me sinto com a tranquilidade de votar nesse momento. Porque em nenhum dos
782 dois anos se surgiu em nenhum momento, não tiro o mérito de a gente estar vendo isso, é um momento
783 desconfortável de colocar como eu poderia pegar a tabela e falar de outros metais pesados aqui e agora com
784 tranquilidade porque eu sei que cada um tem a sua complexidade. Então é uma preocupação e aí eu peço ao
785 presidente para a gente ver e tomar esse cuidado dessa necessidade que a resolução seja melhor possível, é um
786 momento importante, porque dependendo do discurso eu falo para onde eu me interessa, quando eu quero dizer
787 alguma coisa eu jogo um discurso importante de rever porque é melhor, quando eu não quero é “Não, porque já
788 discutimos”. Então a gente tem que ter uma coerência de quando se volta ou não volta e quando se discute ou
789 não, porque eu também tenho essa prerrogativa de ficar: “Não, agora eu quero que discuta esse”. Então a minha
790 teoria aqui eu vou justificar que eu quero rediscutir. Então é uma preocupação de rediscussão de coisas porque as
791 teses são legítimas e cada um vai manter a sua tese legitimamente, só que nós vamos ter que tomar posições e
792 isso não contribui para a câmara, como eu me senti agora desconfortável em votar uma coisa que não foi
793 discutida em nenhum instante.

794
795 **José Cláudio Junqueira Ribeiro (GOVERNO - MG)**

796
797 Nós vamos entrar em regime de votação, nós vamos começar pela Conselheira Zuleica. Nós vamos votar a
798 inclusão do lítio ou não.

799
800 **Zuleica Nycz (APROMAC)**

801
802 É claro que eu voto, acho que os elementos aqui apresentados, foi por uma pessoa de extrema confiança, que é a
803 Grícia...

804
805 **José Cláudio Junqueira Ribeiro (GOVERNO - MG)**

806
807 Nós estamos em votação. Questão de ordem só se o regimento não tiver...

808
809 [Sobreposição de diálogos]

810
811 **José Cláudio Junqueira Ribeiro (GOVERNO - MG)**

812
813 Desculpe, Márcio só se o regimento não estiver sendo cumprido, senão não é questão de ordem.

814
815 [Sobreposição de diálogos]

816
817 **José Cláudio Junqueira Ribeiro (GOVERNO - MG)**

818
819 Mas, olha, sem brincadeira, eu pedi inscrição. Nós vamos ter que combinar como é que nós vamos funcionar. Eu
820 perguntei quem queria se inscrever, quem se inscreveu falou. Falei que depois nós tínhamos votação... Quer
821 dizer, não dá para presidir uma câmara se nós não temo regras.

822
823 **Márcio Freitas (IBAMA)**

824
825 Está bom, eu retiro.

826
827 **José Cláudio Junqueira Ribeiro (GOVERNO - MG)**

828
829 Obrigado. Zuleica, votação.

830
831 **Zuleica Nycz (APROMAC)**

832
833 Então volto a dizer que eu acho que tenho aqui elementos suficientes para aplicar o princípio da precaução acima
834 do da razoabilidade, porque, pelo jeito, parece que precaução não é razoável é outra coisa. Lítio ou vai para o
835 lixo ou vai ser recolhido. A hora de fazer isso é agora, isso aqui é uma Câmara Técnica e nós estamos aqui
836 pagos pelo Poder Público, com dinheiro público pra estarmos aqui discutindo, por que vamos jogar pra daqui a um
837 ano? Vamos fazer isso agora. Eu voto favorável, claro.

838
839 **José Cláudio Junqueira Ribeiro (GOVERNO - MG)**

840
841 Ok. Favorável à inclusão do lítio. Conselheiro Sérgio.

842
843 **Sérgio Antônio Gonçalves (MINISTÉRIO DAS CIDADES)**

844

845 Eu estou desconfortável em acrescentar sem ter um estudo um pouco mais aprofundado. Eu fico com a
846 proposição de que nós possamos colocar isso em que será feito um estudo dos outros metais conforme foi
847 colocado isso como uma possibilidade no início, uma possibilidade de se colocar, sim. Isso está em pauta.
848

849 **José Cláudio Junqueira Ribeiro (GOVERNO - MG)**

850
851 Nós estamos votando se incluímos o lítio agora ou não. Incluir o lítio depois sempre é possível. Qualquer
852 resolução do CONAMA, qualquer tempo e hora...

853
854 **Sérgio Antônio Gonçalves (MINISTÉRIO DAS CIDADES)**

855
856 Mas foi proposto, senhor presidente, que nessa aqui fosse aberto e se fosse colocado. Foi posto isso como
857 proposta no início da palavra. É por isso...

858
859 **José Cláudio Junqueira Ribeiro (GOVERNO - MG)**

860
861 Você poderia fazer uma proposta para a gente colocar lá.

862
863 **Sérgio Antônio Gonçalves (MINISTÉRIO DAS CIDADES)**

864
865 Eu não voto agora com a inclusão do lítio.

866
867 **José Cláudio Junqueira Ribeiro (GOVERNO - MG)**

868
869 Nós vamos terminar essa votação, Márcio, depois a gente volta à proposta.

870
871 **Cláudio Darwin Alonso (GOVERNO - SP)**

872
873 Sou contra a inclusão do lítio porque não me sinto com informações suficientes, no entanto reafirmo o que disse
874 antes: essa resolução pode ter e a gente faz uma proposta ao final, que a exemplo da 20, se faça especificamente
875 uma revisão do lítio.

876
877 **André Aliana (ANAMMA)**

878
879 Eu voto favorável a ter o lítio no texto.

880
881 **Maurício Mendonça (CNI)**

882
883 Contra incluir o lítio.

884
885 **José Cláudio Junqueira Ribeiro (GOVERNO - MG)**

886
887 Então, está excluído o lítio do texto e propostas alternativas a isso poderão ser...

888
889 [Sobreposição de diálogos]

890
891 **José Cláudio Junqueira Ribeiro (GOVERNO - MG)**

892
893 Nós não vamos votar.

894
895 **José Cláudio Junqueira Ribeiro (GOVERNO - MG)**

896
897 Márcio, a sua proposta seria agora ou poderíamos no final?

898
899 **Márcio Freitas (IBAMA)**

900
901 Perdão, mas eu não queria de maneira nenhuma prejudicar o andamento do trabalho da câmara, mas acho que é
902 importante a gente ter em mente o seguinte: exatamente o que nós estamos votando. Porque a resolução
903 estabelece a responsabilidade pós-consumo independente de teor de qualquer coisa. Então a responsabilidade
904 pós-consumo do produtor, comerciante já existe em primeiro lugar; em segundo lugar, nos dois casos, atendendo
905 o Artigo 3º ou não é necessário ter um plano de coleta de destinação final. No primeiro caso a responsabilidade e
906 o controle ficam no nível federal, no segundo caso fica em articulação com o Poder Público nos níveis locais, pelo
907 menos é isso que eu entendo do que está sendo proposto na resolução. Então o lítio querendo ou não está aí. E o
908 que estava em votação na verdade é se o lítio deve ter um plano de coleta apresentado, envolvendo toda a cadeia
909 na questão do recolhimento ou se ele vai ser articulado como o Poder Público para recolhimento. Agora, a

910 responsabilidade pós-consumo e a necessidade, a responsabilidade do produtor, comerciante e a necessidade de
911 haver um plano existe em qualquer um dos dois casos. Era só isso que eu queria esclarecer.

912
913 **José Cláudio Junqueira Ribeiro (GOVERNO - MG)**

914
915 Nós vamos passar para o Artigo 5º e agora nós vamos acertar as nossas regras de trabalho...

916
917 **André Aliana (ANAMMA)**

918
919 Só uma dúvida. Afinal de contas teve ou não a proposta para criar um grupo que vai debater e que vai analisar...?

920
921 **José Cláudio Junqueira Ribeiro (GOVERNO - MG)**

922
923 Ao final.

924
925 **André Aliana (ANAMMA)**

926
927 Ao final?

928
929 **José Cláudio Junqueira Ribeiro (GOVERNO - MG)**

930
931 É.

932
933 **José Cláudio Junqueira Ribeiro (GOVERNO - MG)**

934
935 Eu vou repetir a nossa metodologia de trabalho. As propostas novas que não estão em nenhum dos Artigos
936 poderão ser apresentadas no final. Agora, nós vamos discutir o Artigo, nós vamos abrir a discussão, as pessoas
937 vão se inscrever e fechadas as inscrições nós vamos passar para a votação. Então as pessoas que acham que
938 têm potencial para a discussão se inscrevam e depois retiram. Mas nós precisamos saber o potencial de
939 discussão que tem porque senão não é possível cumprir a pauta.

940
941 **José Cláudio Junqueira Ribeiro (GOVERNO - MG)**

942
943 Vamos lá para o Artigo 5º.

944
945 **José Cláudio Junqueira Ribeiro (GOVERNO - MG)**

946
947 O Artigo 5º, o *caput* do seu parágrafo, parece que o Ministério do Meio Ambiente tem uma proposta. Então,
948 perguntamos se o Ministério do Meio Ambiente que colocar a sua proposta para discussão? Na verdade é uma
949 melhoria da redação.

950
951 **Márcio Freitas (IBAMA)**

952
953 A proposta é simplesmente incluir no parágrafo único a seguinte expressão, depois de “Poder Público”: “A serem
954 aprovados e controlados pelo órgão estadual e municipal de meio ambiente”. E eu justifico. Podemos até melhorar
955 a redação, mas eu queria deixar claro a intenção qual é. Se nós deixamos simplesmente em aberto a questão de
956 que devem ser implementados de forma compartilhada, essa amarração desse compartilhamento fica um tanto
957 vaga. No primeiro caso, nas pilhas e baterias que se enquadram no Artigo 3º, está muito claro quem é o órgão
958 ambiental responsável por esse controle, que é o órgão federal. No segundo caso não está claro isso, e é
959 necessário que haja uma responsabilidade de controle e os órgãos estaduais e municipais de meio ambiente são
960 os órgãos responsáveis pela aprovação e licenciamento dos aterros sanitários. Portanto, com essa redação a
961 gente amarra e favorece o compartilhamento e a solução conjunta de problemas relativos ao licenciamento dos
962 aterros e, enfim, ao licenciamento da destinação final desse tipo de pilha e bateria. Então a minha sugestão é
963 nesse sentido e fico à disposição para esclarecer se não fui suficientemente claro.

964
965 **José Cláudio Junqueira Ribeiro (GOVERNO - MG)**

966
967 Antes de encaminhar à discussão eu só queria comentar que por teses um plano não deve ser aprovado. A gente
968 discutiu muito isso. Isso aí é uma coisa que deve ser desenvolvida e não deve ter essa aprovação como se fosse
969 mais uma licença. Eu entendo a posição do Márcio, eu acho que é importante deixar claro que esse vai ser um
970 trabalho a ser feito nos níveis estadual e municipal. Mas acho que o termo “aprovado e controlado” está
971 extemporâneo, acho que não é “aprovado e controlado”. “Poder Público..”, talvez, ali devesse falar “Seria
972 aprovado... nos níveis estadual e municipal”.

973
974 **Maurício Mendonça (CNI)**

975

976

977

978

979

980

981

982

983

984

985

986

987

988

989

990

991

992

993

994

995

996

997

998

999

1000

1001

1002

1003

1004

1005

1006

1007

1008

1009

1010

1011

1012

1013

1014

1015

1016

1017

1018

1019

1020

1021

1022

1023

1024

1025

1026

1027

1028

1029

1030

1031

1032

1033

1034

1035

1036

1037

1038

1039

O meu comentário é no seguinte sentido, quer dizer, primeiro eu acho complicado uma proposta do governo federal que crie responsabilidades para os estados, isso fere um princípio constitucional importante que nós temos nesse país: a independência dos poderes. Mas de qualquer forma, acho que o grande beneficiado aqui, na minha opinião, é o Ministério Público porque o Ministério Público vai adorar essa causa para fazer um diálogo frutífero com os nossos órgãos ambientais por que eles não aprovaram e controlaram seus respectivos planos. Agora, se vocês estão dispostos a manter esse tipo de proposição que eu acho completamente absurda, que não acrescenta nada e como nós estamos dizendo "Poder Público" e antes foi muito debatido aqui entre nós na última reunião, nós estávamos claramente colocando a co-responsabilidade de todas as partes no processo da coleta seletiva. A forma como isso vai se dar e a forma como se vai organizar isso, nós deixamos aberto justamente porque cada Estado vai organizar da sua forma dentro das suas possibilidades, dentro das suas limitações. Nós não podemos imaginar que todo mundo tem a estrutura que tem São Paulo, que tem Minas, que tem alguns estados da federação. Nós temos estados que não têm estruturas muito significativas pra poder estar se organizando programas de coleta seletiva e etc. Agora, se quiser manter, eu só recomendo que a gente observe claramente que tem um impacto muito claro em termos de ação do Ministério Público sobre os órgãos ambientais.

José Cláudio Junqueira Ribeiro (GOVERNO - MG)

Conselheira Zuleica vai falar, Roberto, depois te passo a palavra.

Zuleica Nycz (APROMAC)

Eu achei excelente a proposta porque dá uma garantia para a sociedade de que os órgãos ambientais vão cumprir o seu papel de não deixar apenas a coisa tão aberta assim, muito pelo contrário, as indústrias envolvidas são indústrias sérias, responsáveis, que farão certamente, mas com como existem aquelas que, existe uma delinqüência muito grande por aí, a gente sabe, tanto que existe o Ministério Público, o Ministério Público tem de fato muito trabalho, demais, deveria ter menos, a sociedade deveria estar bem mais ajustada às leis e ao cumprimento das leis e infelizmente não está. Então, eu entendo que essa é uma proposta excelente pra garantir à sociedade que esses planos não serão apenas no papel, mas que têm uma obrigatoriedade de aprovação e que serão divulgados. Qualquer cidadão, qualquer ONG ambientalista que se sentir afetado poderá obter esse documento. Então, eu estou achando isso ótimo.

José Cláudio Junqueira Ribeiro (GOVERNO - MG)

Obrigado Zuleica. Roberto.

Roberto Monteiro (CONSELHEIRO HONORÁRIO)

Primeiro concordo bastante com Dra. Zuleica, embora não gostaria de adentrar sempre por essas colocações de delinqüência e tudo mais. Delinqüência é coisa para Código Penal, não pra questão de código ambiental, delinqüência mesmo ambiental. A questão aqui que se passa é a seguinte: quando o senhor falou Poder Público estadual e municipal na questão que está colocada como Poder Público ali, é aquela parte do Poder Público efetivamente ativa no processo: órgãos de recolhimento de lixo, empresas de tratamento de resíduos e tudo mais mantidas pelo Poder Público. Então Poder Público aí é no sentido mais amplo. Agora, o que está se falando de "aprovado e controlado" é efetivamente da questão dos programas. Não é nem necessário ser colocado, porque os programas efetivamente serão aprovados pelo órgão ambiental municipal ou estadual, os programas de gestão dos resíduos. Então o que está se dizendo ali é que deverá ser feito de forma compartilhada programas de coleta seletiva com a participação do Poder Público, das empresas de resíduos sólidos, a parte ativa de Poder Público e também a questão de ser aprovado e controlado pelo órgão estadual e municipal dentro da própria Constituição nas competências específicas estaduais e municipais. O que abunda não prejudica, então esse termo poderia ficar sem haver conflito entre as duas partes.

José Cláudio Junqueira Ribeiro (GOVERNO - MG)

Eu gostaria de saber se tem alguém na platéia ou conselheiro que queira se inscrever para discutir a matéria? Mais ninguém? Algum conselheiro, senão nós vamos colocar em votação.

José Cláudio Junqueira Ribeiro (GOVERNO - MG)

Então nós vamos colocar em votação. Se também tiver alguma outra proposta, eu vou até retirar a minha proposta. Se não tem mais nenhuma proposta nós vamos votar então se incluímos essa proposta ou não, deixamos na forma original ou se vamos incluir. Então vamos começar agora.

Maurício Mendonça (CNI)

1040 Pela forma original.
1041
1042 **André Aliana (ANAMMA)**
1043
1044 Pela inclusão.
1045
1046 **Cláudio Darwin Alonso (GOVERNO - SP)**
1047
1048 Inclusão.
1049
1050 **Sérgio Antônio Gonçalves (MINISTÉRIO DAS CIDADES)**
1051
1052 Inclusão.
1053
1054 **Zuleica Nycz (APROMAC)**
1055
1056 Inclusão.
1057
1058 **José Cláudio Junqueira Ribeiro (GOVERNO - MG)**
1059
1060 Então está aprovada a inclusão.
1061
1062 **José Cláudio Junqueira Ribeiro (GOVERNO - MG)**
1063
1064 Artigo 6º. Perguntaria se na nossa revisão geral alguém tem algum destaque?
1065
1066 **José Cláudio Junqueira Ribeiro (GOVERNO - MG)**
1067
1068 Em não tendo nenhum destaque. Artigo 7º. Me parece que o Ministério do Meio Ambiente tem alguma proposta no
1069 Artigo 7º.
1070
1071 **José Cláudio Junqueira Ribeiro (GOVERNO - MG)**
1072
1073 Então pela ordem, Cláudio...
1074
1075 **José Cláudio Junqueira Ribeiro (GOVERNO - MG)**
1076
1077 6º? O senhor está sempre atrasado, hein?
1078
1079 **Paulo Damasceno (SIRCOMTEL)**
1080
1081 Na audiência pública...
1082
1083 **José Cláudio Junqueira Ribeiro (GOVERNO - MG)**
1084
1085 Desculpe. Isso aqui não é uma audiência pública, isso aqui é uma reunião da câmara.
1086
1087 **Paulo Damasceno (SIRCOMTEL)**
1088
1089 No Artigo 6º nós sugerimos que sejam definidas quais serão as normas a serem seguidas para, dessa forma,
1090 uniformizar o sistema de armazenamento e assim estabelecer critérios de qualidade no procedimento para esse
1091 armazenamento. As pilhas e baterias... esse armazenamento adequadamente.
1092
1093 [Sobreposição de diálogos]
1094
1095 **Paulo Damasceno (SIRCOMTEL)**
1096
1097 ...é que eu acho que fica aberto e aí cada um pode dar a destinação, fazer armazenamento de outra forma. É
1098 como manuseio que se tenta criar um estabelecimento e que existem diversos manuseios diferenciados.
1099
1100 **Cláudio Darwin Alonso (GOVERNO - SP)**
1101
1102 Eu gostaria de fazer o seguinte esclarecimento: uma norma, ela tem um certo nível de detalhamento, mas o
1103 excesso de detalhamento na norma engessa a própria aplicação da norma. Neste caso existem outros
1104 instrumentos tipo: portaria, normas da ABNT, normas estaduais, normas municipais, normas da delegacia de

1105 trabalho, etc. Você tem um conjunto de outras normas que são hierarquicamente inferiores a essa que permitem
1106 um gerenciamento mais rápido e uma vez tomada uma postura errada, você rapidamente corrige. Se você coloca
1107 detalhamento excessivo numa resolução CONAMA, você demora três anos pra rever. Eu discordo da sua
1108 colocação.

1110 **José Cláudio Junqueira Ribeiro (GOVERNO - MG)**

1111
1112 Por uma questão de ordem eu queria avisar o Plenário, o meu papel de presidente pode parecer antipático, mas
1113 eu estou cumprindo o meu papel. Essa é uma reunião da câmara dos conselheiros, a palavra ao Plenário é dada
1114 por uma condescendência do presidente ou então se algum conselheiro pedir. Aqui não é uma audiência pública
1115 e, então, pela legislação, as pessoas não têm o direito à palavra, poderá ser concedida por essa mesa. É bom
1116 deixar claro isso.

1118 **José Cláudio Junqueira Ribeiro (GOVERNO - MG)**

1119
1120 Vamos então ao Artigo 7º. Isso aqui é o coroamento de um trabalho de alguns anos com GT onde foi dada a
1121 oportunidade dos vários setores de todo o país se manifestar. Nós estamos numa fase já quase semifinal desse
1122 trabalho.

1124 **José Cláudio Junqueira Ribeiro (GOVERNO - MG)**

1125
1126 Eu perguntaria se no Artigo 7º alguém quer fazer alguma manifestação, inclusive do Plenário.

1128 **Cláudio Darwin Alonso (GOVERNO - SP)**

1129
1130 Especificamente sobre o Artigo 7º eu não tenho uma manifestação, mas eu me comprometi na reunião anterior, o
1131 Artigo 7º trata de alguns para exportação, principalmente analíticas, e eu me comprometi a escrever a mesma
1132 coisa pra a fabricação de produtos nacionais. O que eu fiz foi o seguinte: é praticamente o espelho do 7º com
1133 pequenas alterações do redação. Portanto, eu pedi para que recopiasse o 7º, chamaremos agora por 7A e eu faço
1134 as pequenas alterações de imediato que são muito pequenas. Então vamos lá: "*Os fabricantes nacionais de pilhas
1135 e baterias, especificadas no Artigo 3 e listados no Anexo I, deverão atender os seguintes procedimentos: 1)...*". Os
1136 importadores são contemplados no 7º, aqui são para os fabricantes nacionais um espelho, então está exatamente
1137 igual, está escrito no CTF. É uma redundância, está bom. "*B) apresentar ao IBAMA até 90 dias a partir da data da
1138 publicação dessa resolução, laudo físico-químico emitido por laboratório...*". Exatamente igual à importação. Retira
1139 até "*laudo*". Exatamente igual. Fazer o tratamento igual para importação e fabricação nacional. Tira tudo... o
1140 desembaraço torna-se a data da publicação. Com os outros Artigos fica claro qual é o objetivo. Então, ele tem que
1141 apresentar um primeiro laudo até 90 dias. Porque em lugar nenhum dessa resolução obriga o fabricante a
1142 apresentar o laudo das suas análises. Então, Parágrafo 1º "*Os testes apresentados e aprovados pelo IBAMA
1143 poderão ser utilizados para novas partidas da fabricação...*". Esse "novas partidas" é uma referência que eu posso
1144 eventualmente mudar. Ou seja, ele não precisa ser indefinido, mas ele pode ser em algum momento solicitar uma
1145 nova confirmação. A idéia é essa. Se a redação não estiver perfeita, corrija-se. E mantenha-se ainda o Artigo 2º
1146 "*Caso comprovado pelo laudo físico-químico que os teores estejam acima do permitido, o fabricante estará sujeito
1147 às penalidades previstas na lei*". Por que eu fiz isso? Porque isso estava tudo previsto para a importação, mas não
1148 para a fabricação nacional e eu levantei essa questão e fiquei com essa lição de casa de apresentar nessa sessão
1149 a minha proposta. Ou seja, é um espelho bastante próximo, troco a importação por fabricante nacional e o prazo
1150 que eu dou é 90 dias até a publicação deixando uma abertura para o IBAMA a seu critério pedir novas análises ou
1151 não.

1153 **Cláudio Darwin Alonso (GOVERNO - SP)**

1154
1155 Repetindo, o 7º tem esse mesmo procedimento para importação. Não havia nada para fabricante nacional. Eu fiz
1156 um espelho para o fabricante nacional dando aberturas.

1158 **José Cláudio Junqueira Ribeiro (GOVERNO - MG)**

1159
1160 Então a proposta do conselheiro está aí na tela. Pergunto se alguém quer fazer algum comentário com relação a
1161 essa proposta?

1163 **Maurício Mendonça (CNI)**

1164
1165 Cláudio, só uma dúvida, deixa ver se eu entendi. Feita a resolução, 90 dias depois todos os fabricantes nacionais
1166 apresentam o laudo. Aí você coloca o seguinte: "*os testes apresentados poderão ser utilizados para novas
1167 partidas de fabricação...*". Isso eu não entendi, o que você quer dizer com isso?

1169 **Cláudio Darwin Alonso (GOVERNO - SP)**

1170

1171

1172

1173

1174

1175

1176

1177

1178

1179

1180

1181

1182

1183

1184

1185

1186

1187

1188

1189

1190

1191

1192

1193

1194

1195

1196

1197

1198

1199

1200

1201

1202

1203

1204

1205

1206

1207

1208

1209

1210

1211

1212

1213

1214

1215

1216

1217

1218

1219

1220

1221

1222

1223

1224

1225

1226

1227

1228

1229

1230

1231

1232

1233

1234

Como eu fiz muito o espelho, eu quis dizer o seguinte: feita a primeira análise, não há necessidade, caso o IBAMA não solicite, de nova apresentação e de nova análise. É feita a primeira em até 90 dias, como na importação, igualzinho. Na importação de novos o IBAMA pode exigir ou não e eu quero colocar alguma coisa similar também para nós. Eu coloquei aquela partida de fabricação ou outro critério, pra mim tanto faz. Dá uma abertura para o IBAMA, se achar interessante, solicita e, se não, ele mantém o laudo anterior com um prazo que ele achar adequado.

Maurício Mendonça (CNI)

Isso não está claro.

Cláudio Darwin Alonso (GOVERNO - SP)

Eu acredito que não esteja claro mesmo.

Maurício Mendonça (CNI)

Porque quando você está propondo que a partir da resolução se apresente em 90 dias, tipo você vai tirar uma fotografia do que tem no mercado dos fabricantes nacionais. Até aí eu acho que tudo bem, está naquela linha que você precisa saber direito as composições, o que é que tem e o que não tem, pra saber os limites, etc. eu acho que eles até fazem isso, mas acho que aí tudo bem. A seqüência do processo é que não está clara, porque se você ligasse isso a produto, ou seja, um novo produto, tudo bem, quando houver um novo produto você... Há uma mudança na composição do produto, etc. Tudo bem, mas "Novas partidas de fabricação". Eu posso interpretar que todo dia eu faço.

Cláudio Darwin Alonso (GOVERNO - SP)

Eu concordo com você. Eu só quero fazer o seguinte: eu não quero inibir o IBAMA de deixar de pedir uma análise porque a lei proíbe, mas não quero também que a cada partida, por exemplo, a cada dia eu precise fazer uma análise. Eu queria deixar bem claro uma postura aberta de, se necessário, o IBAMA pode solicitar. Pode ser até assim "se necessário" ou "quando couber". Ou seja, quando, por algum indicador, o IBAMA falar: "Eu quero uma análise nova".

Maurício Mendonça (CNI)

"De forma justificada o IBAMA poderá solicitar uma atualização dos testes referidos no item 2". Pronto.

Cláudio Darwin Alonso (GOVERNO - SP)

Eu queria deixar uma abertura para o IBAMA se discordar de alguma coisa, pedir.

Márcio Freitas (IBAMA)

Uma sugestão de colocar "a qualquer momento" ou "mediante solicitação justificada o IBAMA poderá solicitar". E também gostaria de acrescentar aí que o laudo físico-químico deve ser para comprovação, não sei de que forma a gente colocaria isso, pra comprovação que permita a comprovação dos teores no Artigo 3º. Quer dizer, não é qualquer laudo físico-químico. O laudo físico-químico é para fins de comprovação da composição.

Cláudio Darwin Alonso (GOVERNO - SP)

O Artigo 2º acho que deixa claro.

Márcio Freitas (IBAMA)

Está bom, se está claro eu só queria deixar isso... Chamar a atenção da Câmara Técnica.

Maurício Mendonça (CNI)

Márcio, o parágrafo 2º, que ele se espelhou, fala: "Caso comprovado pelo laudo que os teores esteja acima..". Então, já está ligado aos teores previstos.

José Cláudio Junqueira Ribeiro (GOVERNO - MG)

Eu estou entendendo, então, que nós vamos dar nova redação para o parágrafo 1º. Seria: "O IBAMA, mediante..".

1235
1236
1237
1238
1239
1240
1241
1242
1243
1244
1245
1246
1247
1248
1249
1250
1251
1252
1253
1254
1255
1256
1257
1258
1259
1260
1261
1262
1263
1264
1265
1266
1267
1268
1269
1270
1271
1272
1273
1274
1275
1276
1277
1278
1279
1280
1281
1282
1283
1284
1285
1286
1287
1288
1289
1290
1291
1292
1293
1294
1295
1296
1297

Cláudio Darwin Alonso (GOVERNO - SP)

Eu não gosto muito da “decisão justificada” porque às vezes a justificativa está no próprio resultado da análise.

José Cláudio Junqueira Ribeiro (GOVERNO - MG)

“Mediante justificativa poderá solicitar novas análises..”.

André Aliana (ANAMMA)

Eu acho que não precisa colocar justificativa.

[Sobreposição de diálogos]

José Cláudio Junqueira Ribeiro (GOVERNO - MG)

É isso? “O IBAMA mediante justificativas poderá solicitar novas análises”.

José Cláudio Junqueira Ribeiro (GOVERNO - MG)

“Poderá solicitar novas análises para os testes...” É isso?

José Cláudio Junqueira Ribeiro (GOVERNO - MG)

Apaga “mencionados”, “mencionados no Inciso I deste Artigo”.

José Cláudio Junqueira Ribeiro (GOVERNO - MG)

Ok. Temos consenso?

José Cláudio Junqueira Ribeiro (GOVERNO - MG)

Eu perguntaria se no Artigo 7º alguém quer...

André Aliana (ANAMMA)

No 7A, essa “mediante justificativa...”, só voltando no “importação”, cada importação vai ter que apresentar um novo...?

Cláudio Darwin Alonso (GOVERNO - SP)

Não.

André Aliana (ANAMMA)

E fica também ao IBAMA a solicitação? Por isso que eu estou falando, porque se o IBAMA abrir um Artigo novo, tem que repetir isso.

Cláudio Darwin Alonso (GOVERNO - SP)

Isso é espelho, só que a gente adaptou para a importação.

José Cláudio Junqueira Ribeiro (GOVERNO - MG)

Ok gente? Novo Artigo 7A. Alguém quer fazer algum comentário? Sr. Paulo Damasceno?

José Cláudio Junqueira Ribeiro (GOVERNO - MG)

No 7º, volta lá no 7º. O 7º, se não tem discussão, então está aprovado. Vamos no 7A. Alguém quer fazer algum comentário no 7A, proposta do Conselheiro Cláudio Alonso?

Roberto Monteiro (CONSELHEIRO HONORÁRIO)

1298 Eu não sei se a expressão “*nacionais*” fica bem aplicada. Eu acho que deixa “fabricantes de uma forma geral”
1299 porque a maioria dos fabricantes são multinacionais, então isso juridicamente pode trazer alguma impropriedade.
1300 É besteira, mas eu acho que está sobrando essa palavra.

1301
1302 **Maurício Mendonça (CNI)**

1303
1304 Você está equivocado. A Constituição brasileira assegura que todas as empresas registradas no Brasil no CNPJ
1305 são empresas nacionais.

1306
1307 **Roberto Monteiro (CONSELHEIRO HONORÁRIO)**

1308
1309 Sim, mas você falou os fabricantes.

1310
1311 **Maurício Mendonça (CNI)**

1312
1313 Você pode até falar que não há necessidade, mas o seu argumento de que elas são multinacionais...

1314
1315 **Roberto Monteiro (CONSELHEIRO HONORÁRIO)**

1316
1317 Levantei só uma questão de que teu tenho dúvida.

1318
1319 **Maurício Mendonça (CNI)**

1320
1321 Você pode ter a dúvida que você quiser, mas é improcedente o que você está falando.

1322
1323 **Cláudio Darwin Alonso (GOVERNO - SP)**

1324
1325 Eu não vejo problema, porque existem dois Artigos que estão próximos: uma fala “*os importadores*” e no seguinte
1326 você fala “*os nacionais*” e repete praticamente a mesma coisa, eu acho que não vai causar dúvida colocando
1327 “*nacional*” ou não colocando “*nacional*”. Eu preferiria deixar o “*nacional*”, porque poderemos colocar “*fabricantes*”...

1328
1329 **Roberto Monteiro (CONSELHEIRO HONORÁRIO)**

1330
1331 Eu retiro a colocação.

1332
1333 **José Cláudio Junqueira Ribeiro (GOVERNO - MG)**

1334
1335 Ok. Retirada.

1336
1337 **José Cláudio Junqueira Ribeiro (GOVERNO - MG)**

1338
1339 Então estamos todos de acordo, está aprovado o 7A, passamos ao 8º.

1340
1341 [Sobreposição de diálogos]

1342
1343 **José Cláudio Junqueira Ribeiro (GOVERNO - MG)**

1344
1345 Desculpe, então vamos ao parágrafo 2º. Vamos resolver o parágrafo 2º e 3º. Parágrafo 2º. Se alguém tem algum
1346 comentário, por favor. Paulo Damasceno que fazer algum comentário ao parágrafo 2º?

1347
1348 **Paulo Damasceno (SIRCOMTEL)**

1349
1350 Parágrafo 2º é uma simples questão de redação. Mas antes de falar da redação eu queria só fazer um comentário
1351 breve. A platéia que está aqui, nós vemos o CONAMA como órgão responsável pelas questões ambientais e que
1352 estão ligadas a um Ministério específico, por isso que a platéia está aqui hoje numa forma, seja por
1353 condescendência ou não da mesa, para a gente contribuir que esse trabalho saia o mais perfeitamente possível e
1354 contemple tudo aquilo que realmente ele se objetiva estar contemplando, esse é o primeiro comentário. O
1355 segundo comentário, eu gostaria de pedir ao presidente da mesa que se absteresse de fazer qualquer tipo de
1356 gracejo com relação à minha pessoa porque eu não dei nenhum tipo de liberdade pra que o senhor faça gracejos
1357 do tipo...

1358
1359 **José Cláudio Junqueira Ribeiro (GOVERNO - MG)**

1360
1361 Não, eu não costumo fazer gracejos, muito menos com homem.

1362

1363 **Paulo Damasceno (SIRCOMTEL)**
1364
1365 Mas o senhor fez e eu não dei liberdade nenhuma...
1366
1367 **José Cláudio Junqueira Ribeiro (GOVERNO - MG)**
1368
1369 Espera aí, o senhor está extrapolando...
1370
1371 [Sobreposição de diálogos]
1372
1373 **José Cláudio Junqueira Ribeiro (GOVERNO - MG)**
1374
1375 Não, não, não... Espera aí, por favor. Uma questão de ordem senão eu vou cortar-lhe a palavra. Eu não vou
1376 admitir esse tipo de coisa.
1377
1378 [Sobreposição de diálogos]
1379
1380 **Paulo Damasceno (SIRCOMTEL)**
1381
1382 Ok, então eu não vou dar a minha sugestão.
1383
1384 **José Cláudio Junqueira Ribeiro (GOVERNO - MG)**
1385
1386 Eu agradeço. Pergunto se tem mais algum inscrito? Se não tem mais nenhum inscrito, passamos ao parágrafo 3º.
1387
1388 [Sobreposição de diálogos]
1389
1390 [alterando a redação do texto]
1391
1392 **José Cláudio Junqueira Ribeiro (GOVERNO - MG)**
1393
1394 Ok?
1395
1396 [Sobreposição de diálogos]
1397
1398 **Zuleica Nycz (APROMAC)**
1399
1400 ...está correto isso?
1401
1402 **Cláudio Darwin Alonso (GOVERNO - SP)**
1403
1404 Está correto isso pelo seguinte, ele já está auto-declarado que ele tem um monte de... eu já sei que ele tem um
1405 montão, por isso que ele é correto. Ele se auto-declara que ele tem muitos daqueles componentes. Tem um
1406 monte, então ele já assume que tem que fazer isso.
1407
1408 **José Cláudio Junqueira Ribeiro (GOVERNO - MG)**
1409
1410 Estão todos de acordo? Então, aprovado o Artigo 7º e 7ºA. Passamos ao Artigo 8º. Eu pergunto se há algum
1411 comentário com relação ao Artigo 8º? Estamos só lembrando que está tudo aprovado já nós só estamos
1412 fazendo uma revisão geral. Se não há nenhum comentário passamos ao Artigo 9º. Pergunto se há algum
1413 comentário com relação ao Artigo 9º? Em não havendo passamos ao Artigo 10. Se não há nenhum... Partimos,
1414 então para o Artigo 11.
1415
1416 **André Aliana (ANAMMA)**
1417
1418 Relendo aqui a contribuição que eu acho que foi a VIVO que colocou, ele colocou o Artigo 9 questão de prazo, etc.
1419 e tal. Nós não vamos nos ater a isso, obrigatoriedade?
1420
1421 [Sobreposição de diálogos]
1422
1423 **José Cláudio Junqueira Ribeiro (GOVERNO - MG)**
1424
1425 Então vamos ao Artigo 9º. *“Os fabricantes e importadores dos produtos abrangidos por esta resolução deverão*
1426 *conduzir estudos para substituir as substâncias tóxicas potencialmente perigosas neles contidos ou reduzir o teor*
1427 *das mesmas até os valores mais baixos viáveis tecnologicamente”*. Dra. Zuleica, nós discutimos muito isso.

1428 Porque pesquisa e estudos só não marcam prazos. Essas são atividades contínuas que eu não marco prazo pra
1429 ele nesse caso.

1430
1431 **Zuleica Nycz (APROMAC)**

1432
1433 Ele poderia ter feito relatórios, pelo menos... Pra garantir que eles fazem parte do... Ninguém está pedindo...

1434
1435 **José Cláudio Junqueira Ribeiro (GOVERNO - MG)**

1436
1437 Mas, olha, se a norma fala que ele deverá conduzir a qualquer tempo e hora, os órgãos ambientais podem
1438 solicitar. Porque é claro, se é uma norma, o órgão ambiental pode solicitar. O IBAMA pode solicitar: "Eu gostaria
1439 que você fizesse uma apresentação dos estudos que você vem produzindo".

1440
1441 [Sobreposição de diálogos]

1442
1443 **José Cláudio Junqueira Ribeiro (GOVERNO - MG)**

1444
1445 Eu acho que a gente só fica criando burocracias, a gente fica criando burocracias, papel, papel, papel... Artigo 10.
1446 Conselheira Zuleica.

1447
1448 **Zuleica Nycz (APROMAC)**

1449
1450 Eu estou preocupada com o Inciso II "*Queima a céu aberto, instalações em equipamentos não licenciados*". Quer
1451 dizer que em equipamentos licenciados pode queimar pilha e bateria?

1452
1453 **Cláudio Darwin Alonso (GOVERNO - SP)**

1454
1455 Tem problema de vírgula aí.

1456
1457 **José Cláudio Junqueira Ribeiro (GOVERNO - MG)**

1458
1459 Então vamos lá conselheiro.

1460
1461 **Zuleica Nycz (APROMAC)**

1462
1463 Quem está licenciando queima de pilhas e bateria em equipamentos...

1464
1465 **José Cláudio Junqueira Ribeiro (GOVERNO - MG)**

1466
1467 Não é queima. O que é proibido é queima a céu aberto ou queima em instalações de equipamentos não
1468 licenciados.

1469
1470 **Zuleica Nycz (APROMAC)**

1471
1472 Quer dizer, se o equipamento for licenciado está podendo queimar pilhas, baterias... É isso? Por favor, me
1473 esclareçam.

1474
1475 **José Cláudio Junqueira Ribeiro (GOVERNO - MG)**

1476
1477 Se ele estiver licenciado, sim.

1478
1479 **Zuleica Nycz (APROMAC)**

1480
1481 Não tem como licenciar queima em...

1482
1483 **José Cláudio Junqueira Ribeiro (GOVERNO - MG)**

1484
1485 Incineração sim.

1486
1487 **Zuleica Nycz (APROMAC)**

1488
1489 Incineração é possível? Equipamentos... Estão licenciando?

1490
1491 **José Cláudio Junqueira Ribeiro (GOVERNO - MG)**

1492

1493 Eu acho que é possível, não estou dizendo que esteja, estou dizendo que é possível.

1494

1495 **Zuleica Nycz (APROMAC)**

1496

1497 Em Minas Gerais, você poderia informar?

1498

1499 **José Cláudio Junqueira Ribeiro (GOVERNO - MG)**

1500

1501 Não temos ainda.

1502

1503 **Zuleica Nycz (APROMAC)**

1504

1505 Porque se ela pode ser reciclável, quem em sua sã sabedoria licenciaria queima em incinerador?

1506

1507 **José Cláudio Junqueira Ribeiro (GOVERNO - MG)**

1508

1509 Não é queima.

1510

1511 **Zuleica Nycz (APROMAC)**

1512

1513 Incineração.

1514

1515 **José Cláudio Junqueira Ribeiro (GOVERNO - MG)**

1516

1517 Sim, no que diz respeito pra pilhas e baterias, mas nós temos vários resíduos que têm sido preferencialmente incinerados ou co-processados ao invés de serem reciclados. Isso existe, não estou dizendo para pilhas e baterias, para outros resíduos.

1519

1520 **Roberto Monteiro (CONSELHEIRO HONORÁRIO)**

1521

1522 Só pra informação. Aí, como já falado pelo presidente, é queima e queima não é licenciada. Agora, há a possibilidade real de haver incinerações como antes no recolhimento de pilhas de celulares e tudo mais, que não haviam tecnologias aqui no Brasil, essas pilhas e baterias estavam sendo exportadas para a França para que pudesse ser feita reciclagem ou incineração em fornos de alta eficiência. Então, existe a possibilidade técnica de ter fornos de alta eficiência dando destinação ambientalmente adequada pra isso. Então nós não podemos fechar e nós temos que nos limitar a questões não licenciáveis, se não é de alta eficiência não é licenciado, logo não pode, mas se houver uma possibilidade de altíssima eficiência que seja mais adequada para meio ambiente de ser tratado de forma de incineração, deverá percorrer os trâmites normais para um processo de licenciamento e aí sim poder ser usado.

1530

1531 **Zuleica Nycz (APROMAC)**

1532

1533 Então eu entendo o seguinte: a gente já tem o estado da arte garantido de que nós podemos reciclar essas pilhas, está certo? Todas elas já têm processo de tecnologias de reciclagem? Porque senão a gente está aqui sem atualização, está desatualizado. Por que vamos mandar para a incineração, que é reconhecidamente perigoso, mesmo que o equipamento seja de alta eficiência, sempre haverá emissões atmosféricas e nem sempre está garantido que o sistema está funcionando na sua perfeita eficiência e poderíamos, então, de fato já avançar no tempo e assumir que nós não vamos querer nem incineração disso.

1540

1541 **José Cláudio Junqueira Ribeiro (GOVERNO - MG)**

1542

1543 Conselheira, acho que em parte a senhora tem razão. E, pelo que o conselheiro Roberto falou, acho que ali o correto seria: "queima a céu aberto ou incineração em instalações de equipamentos não licenciados".

1544

1545 [Sobreposição de diálogos]

1546

1547 **José Cláudio Junqueira Ribeiro (GOVERNO - MG)**

1548

1549 Não, não. Mas espera aí conselheira, é a proposta dele, nós vamos discutir. Com certeza a senhora tem razão que queima a céu aberto nunca vai ser licenciado, mas incineração pode ser.

1550

1551 **José Cláudio Junqueira Ribeiro (GOVERNO - MG)**

1552

1553 [ditando texto para alteração em tela] "Ou incineração em instalação". Essa seria a redação correta, vamos até colocar em votação, mas essa seria a redação correta.

1554

1555

1556

1557

1558
1559
1560
1561
1562
1563
1564
1565
1566
1567
1568
1569
1570
1571
1572
1573
1574
1575
1576
1577
1578
1579
1580
1581
1582
1583
1584
1585
1586
1587
1588
1589
1590
1591
1592
1593
1594
1595
1596
1597
1598
1599
1600
1601
1602
1603
1604
1605
1606
1607
1608
1609
1610
1611
1612
1613
1614
1615
1616
1617
1618
1619
1620
1621
1622

[Sobreposição de diálogos]

José Cláudio Junqueira Ribeiro (GOVERNO - MG)

Conselheiro.

Cláudio Darwin Alonso (GOVERNO - SP)

Eu apenas anoto o seguinte, eu estou um pouco surpreso, porque eu estou aqui com a “versão suja” e essa versão que a Zuleica está fazendo questionamento, na minha documentação está escrito “*proposta aprovada*”. A proposta é dela mesma.

Zuleica Nycz (APROMAC)

Eu posso responder. Eu acho que houve um mal entendido meu mesmo, eu acho que foi um erro que eu cometi, por isso até que eu estou voltando à questão. Eu entendo que a redação da forma como ficou ela de fato libera a incineração em instalações e equipamentos licenciados, certo? E eu entendo que se a gente tem que incentivar novas tecnologias, até no Artigo 9º estamos falando em conduzir estudos pra substituir essas substâncias perigosas, também deveríamos estar incentivando novas tecnologias que impedissem. Incineração é “últíssimo” caso, é o último caso da... é o caso do PCB que a gente sabe que vai a para a incineração. Mas eu acho que acabou incentivando uma coisa que a APROMAC de fato não concordaria. Então, acho que cometemos um erro.

José Cláudio Junqueira Ribeiro (GOVERNO - MG)

Então, feita aí a correção da proposta, perguntaria se alguém mais quer...

Zuleica Nycz (APROMAC)

Eu não concordo, eu acho que...

José Cláudio Junqueira Ribeiro (GOVERNO - MG)

Eu sei Zuleica, mas nós não entramos em votação ainda. Temos que ser democráticos, se tem proposta nesse sentido vamos votar.

Zuleica Nycz (APROMAC)

Tem uma outra proposta.

José Cláudio Junqueira Ribeiro (GOVERNO - MG)

Está bom. No Inciso II?

Zuleica Nycz (APROMAC)

É. “Queima a céu aberto”.

José Cláudio Junqueira Ribeiro (GOVERNO - MG)001420

Então põe lá em vermelho.

[alterando a redação do texto]

Zuleica Nycz (APROMAC)

Queima a céu aberto... deixa eu ver... “*Ficam proibidas as seguintes formas de destinação final de pilhas e baterias usadas de quaisquer tipos e características, queima a céu aberto ou incineração.*”

Zuleica Nycz (APROMAC)

O incinerador pode estar licenciado pra incinerar resíduos perigosos. A gente está tentando aqui tirar as pilhas e baterias da possibilidade do órgão ambiental incinerar, estão querendo alterar um processo de licenciamento já em vigor no sentido de atualizar para novas tecnologias.

1623 **José Cláudio Junqueira Ribeiro (GOVERNO - MG)**
1624
1625 Nós temos duas propostas então: o II modificado e o II todo em vermelho. Se não há mais nenhuma...
1626
1627 **José Cláudio Junqueira Ribeiro (GOVERNO - MG)**
1628
1629 Conselheira seu voto, por favor.
1630
1631 **Zuleica Nycz (APROMAC)**
1632
1633 Eu voto na minha proposta.
1634
1635 **José Cláudio Junqueira Ribeiro (GOVERNO - MG)**
1636
1637 Conselheiro Sérgio.
1638
1639 **Sérgio Antônio Gonçalves (MINISTÉRIO DAS CIDADES)**
1640
1641 Na proposta de cor preta com vermelho, na proposta inicial.
1642
1643 **Cláudio Darwin Alonso (GOVERNO - SP)**
1644
1645 Como santista, preta e branca. Na segunda, a preta.
1646
1647 **André Aliana (ANAMMA)**
1648
1649 Pela incineração.
1650
1651 **Maurício Mendonça (CNI)**
1652
1653 Eu voto como o Cláudio Alonso, preto e branco.
1654
1655 **José Cláudio Junqueira Ribeiro (GOVERNO - MG)**
1656
1657 Então vencida a proposta “*queima ou incineração*”.
1658
1659 **José Cláudio Junqueira Ribeiro (GOVERNO - MG)**
1660
1661 Vamos lá. Artigo 11. Perguntamos se temos alguma... Acho que o Márcio?
1662
1663 **Márcio Freitas (IBAMA)**
1664
1665 Não.
1666
1667 **José Cláudio Junqueira Ribeiro (GOVERNO - MG)**
1668
1669 Artigo 11°. Temos algum comentário?
1670
1671 **José Cláudio Junqueira Ribeiro (GOVERNO - MG)**
1672
1673 Não tendo. *Caput* do parágrafo 1º, parágrafo 2º?
1674
1675 **José Cláudio Junqueira Ribeiro (GOVERNO - MG)**
1676
1677 Artigo 12°. Temos *caput* e parágrafo 1º e parágrafo 2º?
1678
1679 **José Cláudio Junqueira Ribeiro (GOVERNO - MG)**
1680
1681 Artigo 13°. Ministério do Meio Ambiente, por favor. Márcio.
1682
1683 **Márcio Freitas (IBAMA)**
1684
1685 São duas sugestões simples: a primeira é após “*os fabricantes e os importadores das pilhas e baterias...*”, aí é
1686 fazer referência ao Artigo 3º, porque são só aqueles do Artigo 3º que ficam previstos no Artigo 3º. É que nós
1687 estamos falando do plano de gerenciamento, não é o laudo. “*...ficam obrigados a apresentar e implantar de*

1688 *gerenciamento de pilhas e baterias que contemplem os mecanismos operacionais para a coleta e etc*". E aí a
1689 minha sugestão é em vez de colocar na forma do Anexo IV, a minha sugestão é retirar o Anexo IV e colocar...
1690 para que a gente tenha agilidade operacional na medida que houver necessidade para fins de controle e não
1691 deixar amarrado na resolução que nos obrigaria a estar revendo a resolução em caso de necessidade de
1692 mudança operacional.

1693
1694 **Cláudio Darwin Alonso (GOVERNO - SP)**

1695
1696 Não pode ser assim: "*do IBAMA*"? Não pode ficar claro que é do IBAMA?

1697
1698 **Márcio Freitas (IBAMA)**

1699
1700 Pode. Nesse caso pode porque a responsabilidade já está clara. Pode ser sim. Está bom

1701
1702 [alterando a redação do texto]

1703
1704 **José Cláudio Junqueira Ribeiro (GOVERNO - MG)**

1705
1706 Em relação à proposta do Ministério do Meio Ambiente eu pergunto se algum conselheiro quer fazer comentário
1707 ou mesmo alguém da platéia se quer fazer algum comentário?

1708
1709 **José Cláudio Junqueira Ribeiro (GOVERNO - MG)**

1710
1711 Temos consenso a respeito disso? Então, aprovado. Todos de acordo com a melhoria da redação? Artigo 14°.

1712
1713 [Sobreposição de diálogos]

1714
1715 **José Cláudio Junqueira Ribeiro (GOVERNO - MG)**

1716
1717 "*Poderão*". Eles podem ir para reciclagem, não é obrigado a ir pra aterro sanitário.

1718
1719 [Sobreposição de diálogos]

1720
1721 **José Cláudio Junqueira Ribeiro (GOVERNO - MG)**

1722
1723 "*Poderão ser dispostos em aterro sanitário ou outro destino ambientalmente adequado*".

1724
1725 [Sobreposição de diálogos]

1726
1727 **José Cláudio Junqueira Ribeiro (GOVERNO - MG)**

1728
1729 Mas, Zuleica, não é o caso de se discutir isso.

1730
1731 **Zuleica Nycz (APROMAC)**

1732
1733 Eu gostaria de saber aqui do Ministério das Cidades quantos aterros sanitários licenciados...

1734
1735 **José Cláudio Junqueira Ribeiro (GOVERNO - MG)**

1736
1737 Eles não podem saber isso, eles não sabem por que são os estados que licenciam.

1738
1739 **Zuleica Nycz (APROMAC)**

1740
1741 O Ministério das Cidades deve saber sim.

1742
1743 **José Cláudio Junqueira Ribeiro (GOVERNO - MG)**

1744
1745 Zuleica, acho que atendendo à sua preocupação, poderia ficar: "*As pilhas e baterias que atenderem aos limites
1746 previstos poderão ser dispostas em aterros sanitários licenciados ou outro destino ambientalmente adequado*".
1747 Ok? Aí a sua preocupação resolve, inclusive incineração.

1748
1749 **Márcio Freitas (IBAMA)**

1750
1751 Talvez contemple a preocupação. A idéia seria a seguinte, porque está escrito assim: "*As pilhas e baterias que
1752 atenderem aos limites previstos no Artigo 3º, poderão ser dispostas em aterros sanitários licenciados*". É só

1753 acrescentar: "...nos termos do parágrafo único do Artigo 5º". Porque no parágrafo único do Artigo 5º diz que deve
1754 ser feito isso a partir de um plano consensuado com o Poder Público e controlado pelo órgão ambiental. Atenderia
1755 a preocupação da Zuleica e nós teríamos essa amarração porque nós já dissemos lá em cima, quer dizer,
1756 "Poderão ser dispostos em aterros sanitários desde que tenha um plano para forma compartilhada de coleta
1757 seletiva e que esteja aprovado pelos órgãos ambientais. Então seria só "*...nos termos do parágrafo único do Artigo*
1758 *5º*".

1759
1760 **José Cláudio Junqueira Ribeiro (GOVERNO - MG)**

1761
1762 Eu acho que o Ministério do Meio Ambiente amarrou uma coisa que não tem muito a ver com a outra. Aquilo lá é
1763 uma coisa que não é uma obrigação legal, aqui é uma obrigação legal do aterro sanitário. A idéia aqui é que as
1764 pilhas e baterias podem ser dispostas em aterros sanitários, ou outro destino ambientalmente adequado. Continuo
1765 com a minha proposta. Eu não acho que eu tenho obrigatoriedade de colocar nos termos, porque eu posso fazer
1766 isso sem ter o programa.

1767
1768 **Roberto Monteiro (CONSELHEIRO HONORÁRIO)**

1769
1770 Não, não, não, não... Os aterros sanitários licenciados é que têm parceria...

1771
1772 **José Cláudio Junqueira Ribeiro (GOVERNO - MG)**

1773
1774 Não, mas eu não acho que tem que ser naqueles termos não, porque eu posso ter aterro sanitário sem aquela
1775 parceria. Porque senão eu estou amarrando todos os meus aterros sanitários. Aí o aterro sanitário que não tem
1776 parceria não pode?

1777
1778 **Roberto Monteiro (CONSELHEIRO HONORÁRIO)**

1779
1780 É. Realmente você tem razão.

1781
1782 **[Interlocutor fora do microfone]**

1783
1784 **José Cláudio Junqueira Ribeiro (GOVERNO - MG)**

1785
1786 Eu sei Zuleica. Só que aquilo lá é um programa que pode demorar a ocorrer, nós vamos ter, em cada município,
1787 nós vamos ter *times* diferenciados e eu não posso amarrar, porque senão eu estou atrasando o meu programa de
1788 aterro sanitário. Se eu amarro o meu programa de aterro sanitário – eu não vou dizer no caso específico de Minas
1789 Gerais que nós estamos com um programa andando -, mas eu não posso amarrar ele nisso não.

1790
1791 **Zuleica Nycz (APROMAC)**

1792
1793 Mas se a idéia é evitar que vá para o aterro pra que tenha uma vida útil maior, a idéia de que você amarre
1794 programas e tudo, é uma forma interessante de você...

1795
1796 **José Cláudio Junqueira Ribeiro (GOVERNO - MG)**

1797
1798 Eu atraso o programa de aterro sanitário.

1799
1800 **Márcio Freitas (IBAMA)**

1801
1802 Na verdade o que está se propondo aí é o seguinte, o que eu tinha entendido - se aí houve um erro de
1803 interpretação a gente tem que discutir – o que eu tinha entendido era o seguinte, e aí, antes de explicar, eu quero
1804 fazer uma correção: também está incorreto colocar as pilhas e baterias que atenderem aos limites previstos no
1805 Artigo 3º porque o Artigo 3º não fixa limite; na verdade são as pilhas e baterias que não se enquadram no Artigo
1806 3º. Isso é importante porque não há limite ali, na verdade está dizendo que, no Artigo 3º, "*que os teores acima*
1807 *de..*". vão ter que ter um tratamento especial, o que nós estamos no referindo são ao "abaixo". Então, são as
1808 pilhas e baterias que não se enquadram.

1809
1810 **[Sobreposição de diálogos]**

1811
1812 **Márcio Freitas (IBAMA)**

1813
1814 Nem todos têm limites.

1815
1816 **[Sobreposição de diálogos]**

1817

1818 **Márcio Freitas (IBAMA)**

1819
1820 Isso que a gente precisa entender bem.

1821
1822 [Sobreposição de diálogos]

1823
1824 **Márcio Freitas (IBAMA)**

1825
1826 Tudo bem. A minha observação é que tem algumas pilhas, por exemplo, que não atendem ao limite, aliás, que
1827 não tem limite. Então, na verdade, o que a gente está querendo dizer – eu só quero esclarecer – eu estou
1828 entendendo que o que a gente está querendo dizer é o seguinte: aquelas pilhas que não se enquadram no Artigo
1829 3º, ou seja, que tem limite abaixo ou que não estão citadas no Artigo 3º, são essas que nós temos que ter e era
1830 isso que eu tinha entendido do Artigo 5º, essa que nós vamos ter que ter uma disposição em aterro sanitário. Mas
1831 essa coleta, o meu entendimento - e aí eu peço esclarecimento –, mas o meu entendimento é o seguinte: nós
1832 estamos dizendo que a responsabilidade pós-consumo existe para qualquer tipo de pilha e bateria, para aquelas
1833 que nós estamos julgando perigosas nós estamos dando um tratamento especial, para aquelas que nós dizemos
1834 que o risco ambiental é menor nós estamos dizendo que ela pode ser destinada no aterro sanitário, mas pra isso é
1835 preciso que haja uma articulação entre o Poder Público e o fabricante para que a coleta seletiva, segregação e o
1836 encaminhamento - não tem segregação nesse caso -, mas que o encaminhamento ao aterro seja assumida a
1837 responsabilidade tanto pelo produtor quanto pelo Poder Público. Então, é isso que eu estou entendendo. Nesse
1838 caso nós estamos nos referindo a todas aquelas pilhas e baterias que nós não definimos um programa especial de
1839 coleta e destino.

1840
1841 **Cláudio Darwin Alonso (GOVERNO - SP)**

1842
1843 ...atendeu o padrão, é valores abaixo...

1844
1845 **Márcio Freitas (IBAMA)**

1846
1847 Eu concordo que nós não estamos falando coisas diferentes, eu só acho que essa segunda redação é mais clara
1848 em relação à atual, só isso. Porque como nem todas as pilhas têm limites, fica uma interpretação esquisita.

1849
1850 **Cláudio Darwin Alonso (GOVERNO - SP)**

1851
1852 Entendo que é o caso do chumbo que nós discutimos agora a pouco. Chumbo não tem limite, ou seja, nenhuma
1853 se enquadra. Eu não posso jamais botar uma bateria de carro num aterro sanitário.

1854
1855 **Márcio Freitas (IBAMA)**

1856
1857 Então, nós estamos dizendo a mesma coisa. Não seria mais interessante dizer: as que não estão contempladas
1858 no Artigo 3º? Porque quando eu falo em... é isso, nós estamos falando a mesma coisa, só a redação, se não fica
1859 mais claro nós colocarmos dessa forma. Em relação ao acréscimo ali “nos termos do parágrafo único do Artigo 5º,
1860 eu quero dizer o seguinte: essa disposição em aterro sanitário licenciado vai resolver inclusive o impasse que nós
1861 temos hoje. Qual é o impasse que nós temos hoje? O impasse que nós temos hoje é que o produtor diz: “Se pode
1862 ir para o aterro, pode colocar no lixo doméstico comum porque a responsabilidade é do Poder Público”. Aí o Poder
1863 Público diz: “Eu ainda não estou com o meu aterro licenciado, eu não posso receber pilha”. E fica uma situação
1864 indeterminada de responsabilidade. O que essa redação pretende atender é o seguinte: desde o plano de coleta
1865 eu tenho que articular produtor e Poder Público para dizer como é que nós vamos destinar as pilhas. Se nós
1866 estivermos numa situação em que o município não tem um aterro sanitário controlado, cabe ao Poder Público – é
1867 a minha interpretação do que a gente está propondo – caberia ao Poder Público, em articulação com os
1868 produtores, criarem uma forma alternativa de coleta e destinação pra esse tipo de resíduo que pode ser um aterro
1869 sanitário de uma cidade vizinha, pode ser um aterro de resíduos perigosos conveniados com o município ou
1870 alguma coisa do gênero. Mas nós obrigaríamos os dois responsáveis – aí no caso nós estamos atribuindo a
1871 responsabilidade ao Poder Público e ao produtor - que eles se articulassem em conjunto com o órgão ambiental
1872 para determinar qual a forma de fazer a destinação prevista no Artigo 14º.

1873
1874 **José Cláudio Junqueira Ribeiro (GOVERNO - MG)**

1875
1876 É essa proposta aí.

1877
1878 [Sobreposição de diálogos]

1879
1880 **José Cláudio Junqueira Ribeiro (GOVERNO - MG)**

1881
1882 Márcio.

1883
1884 **Márcio Freitas (IBAMA)**
1885
1886 “As pilhas e baterias...”. Que não se enquadrarem, o termo é ruim, não é?
1887
1888 **Márcio Freitas (IBAMA)**
1889
1890 “Não contempladas no Artigo 3º”. Seria isso. “Não contempladas no Artigo 3º”.
1891
1892 **Cláudio Darwin Alonso (GOVERNO - SP)**
1893
1894 A idéia é a seguinte: você tem um limite no Artigo 3º, você está trabalhando com as pilhas abaixo desse limite, que
1895 é o que atende... O Artigo 14...
1896
1897 [Sobreposição de diálogos]
1898
1899 **Cláudio Darwin Alonso (GOVERNO - SP)**
1900
1901 Espera, espera. Com licença, com licença...
1902
1903 **Márcio Freitas (IBAMA)**
1904
1905 A minha intenção era só clarear o entendimento. Eu acho que nós temos acordo em relação ao objetivo.
1906
1907 [alterando redação do texto]
1908
1909 **José Cláudio Junqueira Ribeiro (GOVERNO - MG)**
1910
1911 Cláudio, podemos... redação do quê? Mas... você fala da primeira parte?
1912
1913 **Cláudio Darwin Alonso (GOVERNO - SP)**
1914
1915 É. Porque são duas partes.
1916
1917 **José Cláudio Junqueira Ribeiro (GOVERNO - MG)**
1918
1919 Não, não. Porque no final nós temos uma proposta alternativa. É porque, ao contrário do que o Márcio colocou, eu
1920 acho que do jeito como está redigida a proposta dele, ele pode muito atrapalhar aqueles municípios que já têm
1921 aterros licenciados e que recolhem as pilhas e baterias não contempladas e que não tendo o programa vão estar
1922 em desacordo sempre. Então, eu preferiria colocar “poderão ser dispostas em aterros sanitários ou outro destino
1923 ambientalmente adequado licenciado, seja qual for ele”. Mas não amarrar de você colocar pilha e bateria ao
1924 parágrafo único do Artigo 5º.
1925
1926 [Sobreposição de diálogos]
1927
1928 **[Interlocutor fora do microfone]**
1929
1930 **José Cláudio Junqueira Ribeiro (GOVERNO - MG)**
1931
1932 “Desde que possa haver aterros sanitários licenciados ou outro destino ambientalmente adequado nos termos do
1933 parágrafo único do Artigo 5º”. É isso?
1934
1935 **Roberto Monteiro (CONSELHEIRO HONORÁRIO)**
1936
1937 Não, mas aí o Artigo não fala de outros destinos.
1938
1939 **José Cláudio Junqueira Ribeiro (GOVERNO - MG)**
1940
1941 Não, mas ela está dizendo o seguinte: se for para outro destino, ele tem que estar amarrado com o parágrafo
1942 único do Artigo 5º, aí eu acho que está legal. Quer dizer, só pode ser outro destino se tiver um programa aí pra
1943 aprovar.
1944
1945 [alterando a redação do texto]
1946
1947 **José Cláudio Junqueira Ribeiro (GOVERNO - MG)**

1948
1949 Eu pergunto ao Márcio se podemos...

1950
1951 **Roberto Monteiro (CONSELHEIRO HONORÁRIO)**

1952
1953 Senhor presidente, tem uma questão ainda primeira.

1954
1955 **José Cláudio Junqueira Ribeiro (GOVERNO - MG)**

1956
1957 Vamos ver, nós vamos verificar.

1958
1959 **Roberto Monteiro (CONSELHEIRO HONORÁRIO)**

1960
1961 Eu gostaria de...

1962
1963 **José Cláudio Junqueira Ribeiro (GOVERNO - MG)**

1964
1965 Cláudio, qual é a sua opinião?

1966
1967 **Cláudio Darwin Alonso (GOVERNO - SP)**

1968
1969 Eu e o Márcio a gente está com a mesma idéia, mas tem um problema de redação que é o “*atender*”. Eu acho que
1970 fica claro “*as pilhas que atenderem*”. Ou seja, você estabelecer alguns limites. Atender ao limite significa estar
1971 abaixo.

1972
1973 **José Cláudio Junqueira Ribeiro (GOVERNO - MG)**

1974
1975 Pois é, mas estamos todos de acordo.

1976
1977 **Cláudio Darwin Alonso (GOVERNO - SP)**

1978
1979 Mas o Márcio tem uma questão quanto a isso. Eu estou de acordo, eu concordo.

1980
1981 **José Cláudio Junqueira Ribeiro (GOVERNO - MG)**

1982
1983 Estamos todos de acordo com a proposta?

1984
1985 **José Cláudio Junqueira Ribeiro (GOVERNO - MG)**

1986
1987 Então, essa aí aprovada.

1988
1989 [Sobreposição de diálogos]

1990
1991 **Roberto Monteiro (CONSELHEIRO HONORÁRIO)**

1992
1993 Senhor presidente pela ordem. Estou inscrito há um certo tempo e pedindo a palavra para exatamente oferecer
1994 uma alternativa para exatamente esse impasse que se encontra. Já que está se falando em questões de limites,
1995 nem todos os Artigos são assim, nem todas as questões envolvem limites, eu acho que a alternativa é sairmos
1996 pela saída mais simples. O texto do Artigo 3º diz que “*as pilhas e baterias que apresentarem as características*”.
1997 Os casos que estamos trabalhando aí são as pilhas e baterias que não apresentam essas características previstas
1998 no Artigo 3º. Então, é só colocar aí em termos da negativa “*as pilhas e baterias que não apresentarem as*
1999 *características previstas no Artigo 3º...*”. Acabou. Lá afirmou, aqui negou.

2000
2001 **Cláudio Darwin Alonso (GOVERNO - SP)**

2002
2003 “*Não apresentarem as características.*”.. Eu vou pegar de forma muito objetiva. Eu tenho no Artigo 3º o seguinte:
2004 teores acima de 0,05% de mercúrio. Não apresentar essas características significa estar abaixo?

2005
2006 **Roberto Monteiro (CONSELHEIRO HONORÁRIO)**

2007
2008 Certo.

2009
2010 **Cláudio Darwin Alonso (GOVERNO - SP)**

2011

2012 Então eu prefiro colocar assim: “As pilhas e baterias que tiverem teores menores que o estabelecido no item a, b e
2013 c do Artigo 3º...”.. Meu Deus do céu, mais do que isso não dá! Eu acho que fica superclaro, os valores têm que
2014 estar abaixo dos itens a, b e c do Artigo 3º. É o mais didático possível. As outras redações eu acho confusas. A
2015 negativa, então, é pior ainda.

2016

2017 **José Cláudio Junqueira Ribeiro (GOVERNO - MG)**

2018

2019 Roberto, eu estava entendendo que já havia um consenso entre todos os conselheiros, entre os conselheiros que
2020 votam, eu entendi que havia um consenso. Volto a perguntar aos conselheiros: há consenso nessa proposta que
2021 está aí?

2022

2023 **Zuleica Nycz (APROMAC)**

2024

2025 Eu achei melhor a proposta do Márcio quando ele falou “não contemplados”, porque eu entendi ali, que pra mim
2026 como leiga, ficou difícil o item D “pilhas e baterias nos sistemas eletroquímicos chumbo-ácido, níquel, cádmio e
2027 óxido de mercúrio”, ele está me explicando que elas são nascidas, já nascem mortas, já são carregadas. Então,
2028 para um leigo, para um órgão ambiental traduzir isso aqui e colocar em prática na sua cidade... Eu acho que os
2029 “não contemplados” pra eles ficaria mais simples, porque está vendo que nem todos os itens daqui estão
2030 apresentando limites.

2031

2032 **[Interlocutor fora do microfone]**

2033

2034 **Roberto Monteiro (CONSELHEIRO HONORÁRIO)**

2035

2036 A proposta dele é interessante acrescentando o “e”, porque o “e” também tem limites. A outra já nasce morta.

2037

2038 **José Cláudio Junqueira Ribeiro (GOVERNO - MG)**

2039

2040 Vamos ouvir a Grícia que pediu a palavra.

2041

2042 **Maria Grícia L. Grossi (SQA/MMA)**

2043

2044 Eu ainda estou com uma outra preocupação, porque...

2045

2046 **José Cláudio Junqueira Ribeiro (GOVERNO - MG)**

2047

2048 Isso é uma outra discussão, nós estamos lá no “atender aos limites”.

2049

2050 **Maria Grícia L. Grossi (SQA/MMA)**

2051

2052 Está bom, está bom.

2053

2054 **Cláudio Darwin Alonso (GOVERNO - SP)**

2055

2056 *[ditando redação] “As pilhas e baterias cujos teores sejam menores que os especificados nas alíneas A, B, C e E*
2057 *do Artigo 3º poderão ser dispostas...”*

2058

2059 **[Sobreposição de diálogos]**

2060

2061 **José Cláudio Junqueira Ribeiro (GOVERNO - MG)**

2062

2063 Isso daí já foi discutido, vamos lá. Temos consenso nessa redação?

2064

2065 **[Sobreposição de diálogos]**

2066

2067 **Zuleica Nycz (APROMAC)**

2068

2069 Eu só queria entender que o outro destino ambientalmente adequado nos termos do parágrafo 2º...

2070

2071 **José Cláudio Junqueira Ribeiro (GOVERNO - MG)**

2072

2073 Nós estamos terminando a primeira parte da discussão.

2074

2075 **Zuleica Nycz (APROMAC)**

2076

2077 É reciclagem.
2078
2079 **José Cláudio Junqueira Ribeiro (GOVERNO - MG)**
2080
2081 Não, não. Nós estamos ainda nessa parte aí, depois nós vamos para...
2082
2083 **José Cláudio Junqueira Ribeiro (GOVERNO - MG)**
2084
2085 Bom, temos? Conselheiro André que estava com dúvida. Conselheiro André, essa primeira parte da redação dos
2086 teores?
2087
2088 **André Aliana (ANAMMA)**
2089
2090 Está bom.
2091
2092 **José Cláudio Junqueira Ribeiro (GOVERNO - MG)**
2093
2094 Então temos consenso. Vamos para a segunda parte então. Grícia.
2095
2096 **Maria Grícia L. Grossi (SQA/MMA)**
2097
2098 É que a gente está falando assim...
2099
2100 **Maurício Mendonça (CNI)**
2101
2102 Me desculpe. A discussão começou com a referência à questão da reciclagem: “Ah, mas se puder reciclar e tal”.
2103 Aí o nosso caro presidente falou: “Então, vamos colocar “ambientalmente adequado””. Agora nós estamos
2104 voltando a uma discussão sobre licenciamento que é extemporâneo. Nós temos superado essa discussão aqui
2105 nós estamos dando um grau de abertura para contemplar processos de reciclagem.
2106
2107 **Maria Grícia L. Grossi (SQA/MMA)**
2108
2109 Em algum momento estava escrito assim: “*dispostos em aterros sanitários e outros destinos, licenciados...*”. Eu
2110 acho que naquela redação... Porque o licenciado estava contemplando tanto aterro como outra destinação.
2111
2112 **José Cláudio Junqueira Ribeiro (GOVERNO - MG)**
2113
2114 Nós resolvemos mudar exatamente por tudo que ele explicou.
2115
2116 **Maria Grícia L. Grossi (SQA/MMA)**
2117
2118 Está bom. Eu acho que existe uma diferença “*ambientalmente adequado*” como “*licenciado*”, mas eu só vou
2119 registrar a minha posição.
2120
2121 **José Cláudio Junqueira Ribeiro (GOVERNO - MG)**
2122
2123 Ok. Está registrado. Eu quero saber primeiro se nós temos consenso, porque se tivermos consenso nem vamos
2124 votar, se não tivermos consenso, se algum conselheiro se manifestar nós vamos colocar a proposta lá.
2125
2126 **Zuleica Nycz (APROMAC)**
2127
2128 Eu não acho que seja relevante essa menção de que um outro destino ambientalmente adequado, ele não
2129 necessariamente estará licenciado. Eu acho que se a resolução... Não tem problema nenhum colocar “licenciado”.
2130
2131 **José Cláudio Junqueira Ribeiro (GOVERNO - MG)**
2132
2133 Não, nós vamos votar isso aí.
2134
2135 **Zuleica Nycz (APROMAC)**
2136
2137 Estou fazendo uma proposta de texto.
2138
2139 **José Cláudio Junqueira Ribeiro (GOVERNO - MG)**
2140
2141 É isso que eu estou pedindo à moça ali pra incluir. Depois do “ambientalmente adequado” por “licenciado”.

2142
2143
2144
2145
2146
2147
2148
2149
2150
2151
2152
2153
2154
2155
2156
2157
2158
2159
2160
2161
2162
2163
2164
2165
2166
2167
2168
2169
2170
2171
2172
2173
2174
2175
2176
2177
2178
2179
2180
2181
2182
2183
2184
2185
2186
2187
2188
2189
2190
2191
2192
2193
2194
2195
2196
2197
2198
2199
2200
2201
2202
2203
2204
2205
2206

[alterando a redação do texto]

[Sobreposição de diálogos]

José Cláudio Junqueira Ribeiro (GOVERNO - MG)

Não, não, não. Espera aí. Por favor, gente. O resto foi consenso. A única coisa que foi levantada é se vai por no “*ambientalmente adequado*”, licenciado ou não. Esse é o único ponto de discussão. Nós vamos votar. Conselheira Zuleica.

Zuleica Nycz (APROMAC)

Eu voto pelo licenciado que dá garantia.

Sérgio Antônio Gonçalves (MINISTÉRIO DAS CIDADES)

Licenciado.

Cláudio Darwin Alonso (GOVERNO - SP)

Adequado.

André Aliana (ANAMMA)

Adequado.

José Cláudio Junqueira Ribeiro (GOVERNO - MG)

Então “*licenciado*” cortado, não é? Ficou vencido só o “*ambientalmente adequado*”. Passamos para o Artigo 15°. Há algum comentário com relação ao Artigo 15°? Se não há nenhuma proposta de intervenção no 15°, passamos ao 16°. Ao 16° também se não há nenhum comentário, passamos ao Artigo 17°. Se não há também nenhum comentário, passamos ao Artigo 18° e aí concluímos então. Isso já estava aprovado, nós só estávamos fazendo uma revisão. Agora eu peço à Ruth que me ajude, que eu não me lembro mais da... O Anexo I, qual que era o Anexo I?

[Sobreposição de diálogos]

José Cláudio Junqueira Ribeiro (GOVERNO - MG)

O Conselheiro Cláudio está dizendo, nós aprovamos a inclusão dele. Eu não tenho que discutir o conteúdo.

[Sobreposição de diálogos]

José Cláudio Junqueira Ribeiro (GOVERNO - MG)

Pois é, então é a aprovação dele como anexo. Se é um consenso está aprovado, a inclusão. O Anexo II? O Anexo II é da ABINEE. Parece que a ABINEE ficou de encaminhar.

[Sobreposição de diálogos]

José Cláudio Junqueira Ribeiro (GOVERNO - MG)

Era simbologia.

[Sobreposição de diálogos]

José Cláudio Junqueira Ribeiro (GOVERNO - MG)

Não, o Anexo III que é simbologia. Sim, eu estou perguntando o Anexo II. Ah, está tudo num só? Nós precisamos saber se vai ser um anexo só ou se são dois. Esse é o Anexo III. E o II? Já está aqui Ruth, estão todos à mesa. Mas eu me lembro que só tinha uma questão. Eu tinha levantado a questão que o item C, ele incentivava o lançamento no lixo doméstico e a gente tinha solicitado que nisso fosse modificado e aí ficou de fazer uma adequação. O Jayme está lembrando que isso já foi mudado, é “resíduo sólido urbano”. Ok. Jayme isso foi reapresentado e corrigido?

2207
2208 **Jaime Cynamom (ABINEE)**
2209
2210 Foi.
2211
2212 **José Cláudio Junqueira Ribeiro (GOVERNO - MG)**
2213
2214 Porque nós não recebemos. Onde estava “lixo doméstico” leia-se “resíduo sólido urbano”. O Jaime está
2215 confirmando. Então fica aprovado com essa modificação. Então, foi aprovado, não é Ruth? Com essas
2216 modificações. Nós vamos fazer um intervalo para o almoço.
2217
2218 [Sobreposição de diálogos]
2219
2220 **José Cláudio Junqueira Ribeiro (GOVERNO - MG)**
2221
2222 Agora nós temos o resto da pauta... Não, acabou.
2223
2224 [palmas]
2225
2226 **José Cláudio Junqueira Ribeiro (GOVERNO - MG)**
2227
2228 Conselheiros, podemos marcar a volta para as duas horas? Um lanche rápido?
2229
2230 [intervalo para almoço]
2231
2232 **José Cláudio Junqueira Ribeiro (GOVERNO - MG)**
2233
2234 Cláudio só com relação àquela proposta que nós aí na pressa da fome não cumprimos o que havíamos
2235 combinado, a gente teria alguma proposta no final da proposta de resolução CONAMA de pilhas e baterias.
2236
2237 **Cláudio Darwin Alonso (GOVERNO - SP)**
2238
2239 Eu copieei, só para o senhor saber onde está agora, exatamente como está na vinte, só que mudando para bateria
2240 no caso. Agora o Maurício ele falou porque não se cria um grupo já?
2241
2242 **José Cláudio Junqueira Ribeiro (GOVERNO - MG)**
2243
2244 Proposta é criar um GT para discutir um item e outras... não sei.
2245
2246 **Cláudio Darwin Alonso (GOVERNO - SP)**
2247
2248 Se nós criarmos já o grupo, não tem necessidade.
2249
2250 **José Cláudio Junqueira Ribeiro (GOVERNO - MG)**
2251
2252 Eu continuo tendo dúvidas quanto à relação de criação de GT. A própria câmara... a Ruth pedindo esclarecer. A
2253 própria Câmara pode criar um GT ou isso tem que ir a plenária?
2254
2255 **Ruth Rodrigues Tabaczinski (CONAMA)**
2256
2257 Pode. [Interlocutor fora do microfone]
2258
2259 **Cláudio Darwin Alonso (GOVERNO - SP)**
2260
2261 O CONAMA no prazo máximo de um ano complementar as prescrições para disposições de pilhas e baterias, em
2262 função de componentes não contemplados nessa resolução, notadamente é isso. Ou coloca-se um Artigo quinto
2263 com a... ou então se cria um Grupo de Trabalho imediato.
2264
2265 **José Cláudio Junqueira Ribeiro (GOVERNO - MG)**
2266
2267 A não, mas isso é obrigatoriamente, se você cria o GT, você cria o GT com esse objetivo pesquisar a questão do
2268 lítio para atualizar a resolução, o próprio objetivo do GT já garantiu.
2269
2270 **Cláudio Darwin Alonso (GOVERNO - SP)**
2271

2272 Se criarmos já o GT, eu acho que esse GT inclusive, ele é muito rápido porque ele vai trabalhar em cima de uma
2273 resolução pronta. Então está praticamente considerado, é só verificar a agressividade do lítio etc. etc. e considerar
2274 ou não.

2275
2276 **José Cláudio Junqueira Ribeiro (GOVERNO - MG)**

2277
2278 A proposta do Cláudio Alonso é criar o GT para estudar a questão do lítio possam a título de interesse para
2279 complementar essa resolução. Todos de acordo? Já está ok.

2280
2281 **Cláudio Darwin Alonso (GOVERNO - SP)**

2282
2283 Eu sugeriria até por uma... com toda a deferência e amizade e admiração que eu tenho pelo Cláudio, vamos
2284 deixar o Bertoldo chegar porque ele coordenou esse grupo, eventualmente ele queira e a gente não pode...

2285
2286 **José Cláudio Junqueira Ribeiro (GOVERNO - MG)**

2287
2288 Eu também acho. Eu acho que estaríamos indicando ele para coordenar esse grupo, se ele não quiser, ele... com
2289 certeza é o mais adequado.

2290
2291 **José Cláudio Junqueira Ribeiro (GOVERNO - MG)**

2292
2293 Bom enquanto a Ruth não chega, vamos passando para o próximo item que é o processo que dispõe sobre
2294 movimentação de resíduos perigosos. Vamos entrar no item 5, o encaminhamento sobre licenciamento ambiental
2295 sistema de tratamento de esgoto sanitário. Eu até quero saber da Ruth o que isso significa, porque eu... O
2296 encaminhamento já foi feito, foi encaminhado para todos os conselheiros. Não, não é o GT ainda no tempo da
2297 primeira reunião aliás, eu quero saber dela quem é o GT. Porque na reunião passada nós observamos que não
2298 tinha nenhuma... a parte do empreendedor interessado não estava presente no GT, e disseram descartado por
2299 bom andamento, então foi dito para ela fazer os convites, foi requisitado aos setores interessados para fazer o
2300 convite e ela deve nos dar uma resposta aqui para a gente até marcar a primeira reunião do GT. Nós estamos no
2301 item 5, aqui está escrito "*Encaminhamento e seminário sobre licenciamento*", este encaminhamento já foi feito.
2302 Todos os conselheiros receberam, agora foi resolvido na reunião passada de a gente, você fazer o fazer os
2303 convites a vários setores para nós aqui deliberarmos quem é o GT. Para a gente marcar a primeira reunião.

2304
2305 **Ruth Rodrigues Tabaczinski (CONAMA)**

2306
2307 Esse GT, esse documento que está pautado não é do GT de ETE esse aí já é outro assunto, é aquele que o
2308 pessoal estava querendo ampliar o escopo do GT de ETE e aí a gente achou que demandaria muito tempo, então
2309 esse aqui é o outro. Pelo que eu entendi, cadê o Rosalvo que isso aqui seja discutido Câmara Técnica de Saúde e
2310 Saneamento nas reuniões na Câmara Técnica. Não criar GT...

2311
2312 **José Cláudio Junqueira Ribeiro (GOVERNO - MG)**

2313
2314 Então não é sobre licenciamento ambiental de ETE, porque aqui está licenciamento ambiental de sistemas, isso
2315 tem um grupo criado.

2316
2317 **Ruth Rodrigues Tabaczinski (CONAMA)**

2318
2319 Isso sabe o que é? O título ficou esse porque o seminário da SQA teve esse título, mas saiu uma proposta de lá
2320 com algumas OEMAs que ampliou o escopo, não só para o esgoto sanitário mas, sistemas de saneamento de
2321 forma geral, que esse é o novo escopo que estava sendo proposto ou uma nova resolução ou algo do gênero,
2322 então são dois assuntos.

2323
2324 **José Cláudio Junqueira Ribeiro (GOVERNO - MG)**

2325
2326 Só antes de passar a palavra para o Rosalvo, então Rosalvo desculpe, eu vou dizer o seguinte, a Ruth e o Nilo me
2327 consultaram a respeito disso e eu opinei contrário, não que eu seja contra isso. É que o GT de ETE eu estou me
2328 sentindo assim pouco a vontade porque eu sou coordenador e não fizeram nenhuma reunião até hoje. Por quê?
2329 Todos os problemas que a gente discutiu na reunião passada, que os setores diretamente envolvidos não
2330 estavam presentes e a gente já viu muitos problemas que você fazer um GT sem os setores diretamente afetados
2331 presentes, é problema que a gente está deixando no final da linha. E quanto a colocar no mesmo GT outros
2332 empreendimentos, outras atividades de saneamento, como é o caso de aterros sanitários, drenagem, dragagem
2333 enfim o que for, eu achei que isso com certeza vai atrasar o DIEF. Então a minha proposta até apresentei
2334 algumas alternativas, ou de modular isso ou de criar outro GT ou discutir direto. Mas eu gostaria que o GT de ETE
2335 permanecesse com as características iniciais pela agilidade que a gente pretende dar a esse assunto. Se a gente
2336 aumentasse muito o escopo com certeza isso atrasaria.

2337
2338
2339
2340
2341
2342
2343
2344
2345
2346
2347
2348
2349
2350
2351
2352
2353
2354
2355
2356
2357
2358
2359
2360
2361
2362
2363
2364
2365
2366
2367
2368
2369
2370
2371
2372
2373
2374
2375
2376
2377
2378
2379
2380
2381
2382
2383
2384
2385
2386
2387
2388
2389
2390
2391
2392
2393
2394
2395
2396
2397
2398
2399
2400
2401

Ruth Rodrigues Tabaczinski (CONAMA)

Só um minutinho, eu estava tentando localizar Moema que ela vai falar um pouco sobre assunto, e a Rita. E o pessoal está tentando localizar... Ah! Ela já esteve aqui na reunião... ela é da SQA. Então Sr. Presidente pode passar a palavra para Ana?

Maria Cristina de Sá Oliveira Matos Brito (ANA)

Boa tarde, Maria Cristina Sá da agência nacional de águas. Eu me inscrevi para falar sobre esse tema, porque a agência nacional de águas, em 2004 encaminhou uma correspondência ao Ministério do Meio Ambiente sugerindo exatamente, em função de uma série de problemas que nós estávamos enfrentando, que uma proposta de resoluções sobre esse assunto. Posteriormente encampada pelo conselheiro no CONAMA e foi criado o grupo, eu queria só lembrar duas coisas que esse grupo foi criado em fim de 2004, ainda não foi instalado, nós já nós estamos no início de 2006 e há hoje um problema premente, nós da ANAMMA gostaríamos de participar desse grupo, especialmente tendo em vista que com a 94.333 surge uma nova outorga que é a outorga de lançamento de afluentes que não existia antes e que tem muita relação com o processo de licenciamento. Nós precisamos trabalhar isso de forma articulada, então eu me inscrevi para duas coisas primeiro para solicitar que seja posto em funcionamento o grupo que já foi criado há muito tempo, segundo para solicitar que a agência nacional de águas gostaria de participar desse grupo e em terceiro lugar esse assunto novo que a gente está tomando conhecimento de que há uma solicitação que seja ampliada por zoneamento no geral. Eu gostaria de dizer que eu tenho a mesma opinião que o conselheiro José Cláudio de Minas porque são assuntos diferenciados, embora façam parte do mesmo setor mas têm relações diferentes, tem impactos de urgências diferenciadas. Então eu não seria contra que se tratasse desse assunto, mas não nesse de ETE porque esse já está muito atrasado e na nossa opinião atrasaria ainda mais o seu funcionamento.

Rosalvo de Oliveira Júnior (MIN)

Na realidade, senhor presidente e demais colegas companheiros e conselheiros, a nossa presença aqui se dá no interesse não apenas institucional do Ministério da Integração, mas do governo e a gente procurou ter uma posição de governo não apenas de Ministério da Integração Nacional no sentido que nós estamos com um problema, temos recurso já alocado, não é recurso que ainda vai vir do Ministério da Fazenda, esse recurso já existe programa de trabalho, já existe os convênios elaborados. Nós fizemos inclusive com a participação da ANA no final do ano passado um seminário interno ao governo sobre esses problemas de saneamento, FUNASA, Ministério do Meio Ambiente, Integração, ANA, um conjunto de Órgãos do Governo Federal e nós não conseguimos aplicar esses recursos nesse caso específico, em torno de 61 milhões de reais para o saneamento dos municípios da Bacia de São Francisco. FUNASA tem outros municípios, o Ministério das Cidades tem outros municípios e etc. E a gente esta tendo um problema concreto é que os Órgãos Estaduais estão exigindo o licenciamento e isso em certo sentido está atrasando um pouco a aplicação desse recurso. Eu entendo que a ação do saneamento ela é uma ação positiva para o meio ambiente, uma de suas conseqüências é a melhoria da qualidade de vida. E agora no intervalo do almoço conversando com o meu colega José Cláudio, tem a proposta da criação então desse Grupo de Trabalho que já vem desde 2004 e tem o resultado do trabalho que foi feito pela Secretaria de Qualidade Ambiental do Ministério do Meio Ambiente, a gente só está esperando a Moema chegar. Ah! Já chegou aqui. Para que ela apresente o trabalho e a gente possa compreender a dimensão, e segundo o resultado desse grupo, antes deles ter a questão de ETE, mas no desenvolvimento do trabalho eles chegaram a conclusão que era sistemas de saneamento ambiental. Moema quando for a tua vez me corrija se o que eu estou falando não tem a exatidão dos conceitos. E entendendo dessa necessidade institucional do Governo Federal eu consultei o nosso colega conselheiro e a gente chegou a mais ou menos, ainda não chegamos a fechar essa proposta, queríamos compartilhar com o resto dos conselheiros da câmara no sentido de que a gente continua, a partir dessa versão zero que saiu do resultado desse trabalho da SQA discutindo dentro da Câmara Técnica essa proposta de resolução versão zero, oriunda desses seminários e o conselheiro José Cláudio continua e é logo implementado o Grupo de Trabalho. Agora a gente queria amarrar a continuidade disso na Câmara Técnica com o compromisso do presidente e de seus conselheiros, de que a gente já agende pelo mais duas reuniões da Câmara Técnica no sentido da gente discutir essa versão zero, como objetivo e aí eu quero ser muito claro e transparente com os colegas que estão aqui presentes. Com o objetivo de que ao final de junho, no dia primeiro de julho na pior das hipóteses a gente tenha uma resolução pronta nesta Câmara de licenciamento simplificado de sistemas de saneamento ambiental. A versão zero, isso a Moema vai apresentar a versão zero que é resultado de todo esse trabalho que a Secretaria de Qualidade Ambiental do MMA fez. Então, senhor presidente e senhores Conselheiros, essa é a nossa proposta que a gente gostaria de trazer, não só a gente queria que a Câmara debatesse a versão zero, mas que ela já marcasse pelo mais duas reuniões para debater esse tema em prioridade, eu não conheço o resto da pauta. E é isso que eu traria aqui e era isso que eu estou pedindo aos senhores conselheiros.

Maria Cristina de Sá Oliveira Matos Brito (ANA)

2402 Eu esqueci uma coisa, só queria sugerir que a Câmara se decidisse sobre o escopo dos grupos e a discussão
2403 sobre os projetos de resolução é competência dos grupos. Os grupos que discutirão as propostas de resolução
2404 para trazer uma proposta para aqui. Porque essa proposta que foi apresentada, não houve tempo para que fosse
2405 discutida em grupo etc. e tal, então ela tem que ser discutida primeiro no Grupo de Trabalho porque esse sim vai
2406 chegar uma proposta de resolução, para apresentar a Câmara... é essa a metodologia que usualmente acontece
2407 aqui.

2408
2409 **José Cláudio Junqueira Ribeiro (GOVERNO - MG)**

2410 Roberto, pode falar.

2411
2412 **Roberto Monteiro (CONSELHEIRO HONORÁRIO)**

2413 Senhor presidente eu tenho até referendando aquilo que o senhor colocou essa preocupação das peculiaridades,
2414 da drenagem, esgoto sanitário, lixo, são tipologias embora tudo seja saneamento básico, saneamento ambiental,
2415 as tipologias determinam tratamento diferenciado. Outra coisa que me preocupa um pouco Rosalvo, e eu quero
2416 fazer um reparo na sua colocação, é que um filme que a gente já viu antes de o setor ambiental ser avisado da
2417 não liberação do dinheiro porque estava atrapalhando em termos de licenciamento ambiental. Você colocou: "O
2418 dinheiro não está saindo porque eu não tenho o licenciamento ambiental". Não, não, só para questão de reparo. O
2419 licenciamento ambiental seja ele simplificado, seja ele completo, sempre existirá. Então o que a gente está
2420 tentando dada a iniciativa de Ana e do José Cláudio podemos fazer em paralelo para drenagem urbana, para
2421 aterros sanitários ou que for, para coleta de lixo, mas sempre haverá o licenciamento, simplificado ou não haverá
2422 o licenciamento. Agora só me desculpe para colocar isso, porque nós já fomos, sofremos na pele, essa acusação
2423 que tinha não sei quantos bilhões de reais presos porque os órgãos ambientais emparedaram o setor de
2424 saneamento. Então só para fazer esse reparo...

2425
2426
2427 **José Cláudio Junqueira Ribeiro (GOVERNO - MG)**

2428 Não vamos polemizar, porque eu tenho um problema de pauta porque eu cinco horas saio daqui senão eu perco o
2429 avião. Acho que precisa ficar claro aqui, pelo que eu conversei com o Rosalvo que tanto o Ministério da Integração
2430 Nacional como o Ministério das Cidades, estaríamos de acordo que a gente separasse as matérias. Até porque é
2431 questão de ética, como já foi colocado, tem um GT formal criado com responsabilidade e que nós ficamos
2432 atrasados, e que a gente focaria nesse assunto que nós conseguiríamos uma agilidade ainda encaminhar ao
2433 CONAMA é essencial, esse é um ponto. Quanto às outras questões, eu entendi que nós teríamos o acordo de
2434 tratá-las separadamente, ETE no GT e os outros de uma forma separada. O que nós discutiríamos aqui é se nós
2435 trataríamos isso num outro GT, como a Cristina colocou ou se trataríamos direto na Câmara. Eu já falei com o
2436 Rosalvo e vou voltar a dizer aqui, da dificuldade que eu tenho, eu não sei se os outros conselheiros de terem
2437 reuniões muito amiúde para discutir essa questão. Eu acho que um GT anda mais depressa. Agora eu queria
2438 saber dos outros conselheiros porque eu não vou assumir compromisso com esse cronograma de Câmara que
2439 está aqui, não vou, eu não tenho essa disponibilidade. Então isso que nós vamos ter que ver, porque de repente
2440 criar o GT e esse GT correr em paralelo muito mais rápido para uma próxima reunião, eu acho que é mais... se a
2441 Câmara decidir que não, isso os conselheiros que tem disponibilidade de vir para a Câmara amiúde só para
2442 discutir esse assunto, isto vai significar praticamente o único ponto, pode ficar discutindo. Quem já participou de
2443 GT sabe que a Câmara vai virar um GT.

2444
2445
2446 **Cláudio Darwin Alonso (GOVERNO - SP)**

2447 Eu gostaria...

2448
2449
2450 **José Cláudio Junqueira Ribeiro (GOVERNO - MG)**

2451 Eu acho primeiro a gente decidir qual é a estratégia, depois discutido estratégia...

2452
2453 **Cláudio Darwin Alonso (GOVERNO - SP)**

2454 Alguma coisa não me ficou claro, talvez pela falta de familiaridade com o tema, mas me parece o seguinte: que o
2455 Ministério da integração tem uma versão zero de uma proposta de resolução...

2456
2457 **José Cláudio Junqueira Ribeiro (GOVERNO - MG)**

2458 É o SQA que tem, é o Ministério do Meio Ambiente.

2459
2460 **Cláudio Darwin Alonso (GOVERNO - SP)**

2461
2462
2463
2464
2465

2466 Será apresentada uma versão zero significando o quê? Já está num formato de resolução é isso? Com todos os
2467 Artigos e etc., pode ter mudado, paralelamente o José Cláudio fala que as ETE's têm um grupo formalizado mas
2468 ainda não andando. O que não me ficou claro é o seguinte, se na proposta que o Rosalvo diz que existe que
2469 alguém apresenta já inclui isso ou não. Na medida que já inclui, você entendeu? Se já inclui você caminhar com
2470 duas posturas paralelas, você pode chegar em situações conflitantes e depois esse conflito aqui vai ser pior ainda,
2471 então isso é uma coisa que eu acho complicado.

2472
2473 **José Cláudio Junqueira Ribeiro (GOVERNO - MG)**

2474
2475 Na minha proposta, porque essa proposta que está aí contempla os vários sistemas de tratamento. O de ética iria
2476 fora dele, nós ficaríamos, tudo o que está de ETE na proposta dele cairia fora.

2477
2478 **Cláudio Darwin Alonso (GOVERNO - SP)**

2479
2480 Mas não serviria nem como base de discussão?

2481
2482 **José Cláudio Junqueira Ribeiro (GOVERNO - MG)**

2483
2484 Para o GT mas nós vamos andar numa linha solo o de ETE.

2485
2486 **Cláudio Darwin Alonso (GOVERNO - SP)**

2487
2488 A grosso modo, extrairia da proposta dele as ETE's e serviria como texto base para o GT, é isso?

2489
2490 **José Cláudio Junqueira Ribeiro (GOVERNO - MG)**

2491
2492 Para mim ficou um pouco confuso. Por isso nós combinamos que o GT de ETE continuaria. É o que ele está
2493 falando, a ETE não vai nessa resolução.

2494
2495 **Rosalvo de Oliveira Júnior (MIN)**

2496
2497 Alonso. Senhor presidente eu achava que era importante antes de a gente continuar o debate, até para ampliar a
2498 compreensão dos próprios membros da Câmara Técnica, que a Moema tivesse a oportunidade de ela apresentar
2499 o resultado do trabalho, descrever o que foi tudo e aí a gente passar a discussão. Segundo, e aí eu quero só
2500 retificar uma coisa que você disse, eu não estou vindo apenas com a posição do Ministério da Integração
2501 Nacional, não, não isso é importante porque eu estou trazendo e aí fiz a discussão dentro do governo capitaneado
2502 pelo diretor do CONAMA, para que não ficasse apenas uma proposta, uma proposição do Ministério da Integração
2503 Nacional. Então senhor presidente, encaminhamento eu acho que a gente deveria ouvir a Moema e a gente
2504 continuaria esse debate, até porque salvo entendimento diferente a pauta prevê apresentação, ela tem que
2505 entregar a câmara o resultado do seminário do trabalho que a SQA fez.

2506
2507 **José Cláudio Junqueira Ribeiro (GOVERNO - MG)**

2508
2509 Me desculpe, mas isso já entregou.

2510
2511 **Rosalvo de Oliveira Júnior (MIN)**

2512
2513 Sim, mas ela precisava apresentar.

2514
2515 **José Cláudio Junqueira Ribeiro (GOVERNO - MG)**

2516
2517 Mas na pauta está encaminhamento não está apresentação. Não estou dizendo que ela não vá apresentar não,
2518 mas isso aí se nós queremos ser o pé da letra, aqui está escrito encaminhamento, não está apresentação. Eu
2519 insisto que nós temos que definir primeiro a estratégia, porque eu poderia até por uma questão de precedência
2520 dizer: "O GT foi criado muito antes, nós temos que resolver o problema do GT".

2521
2522 **Rosalvo de Oliveira Júnior (MIN)**

2523
2524 Tudo bem, aí veja bem...

2525
2526 **José Cláudio Junqueira Ribeiro (GOVERNO - MG)**

2527
2528 O Rosalvo a Zuleica está inscrita...

2529
2530 **Rosalvo de Oliveira Júnior (MIN)**

2531
2532
2533
2534
2535
2536
2537
2538
2539
2540
2541
2542
2543
2544
2545
2546
2547
2548
2549
2550
2551
2552
2553
2554
2555
2556
2557
2558
2559
2560
2561
2562
2563
2564
2565
2566
2567
2568
2569
2570
2571
2572
2573
2574
2575
2576
2577
2578
2579
2580
2581
2582
2583
2584
2585
2586
2587
2588
2589
2590
2591
2592
2593
2594
2595

Não, apenas eu quero esclarecer porque o conselheiro está com uma dúvida, veja bem, são duas coisas distintas, existe o Grupo de Trabalho que foi criado desde de 2004 e ele ainda não foi instalado. Eu não quero entrar nessas minúcias que eu acho que é uma questão pequena regimental, salvo entendimento diferente José Cláudio, um GT é criado em três meses ele não é... não, não, não é da Câmara não, deixa só eu concluir, vocês estão falando do regimento. Se ele não é criado no meu entendimento o GT não existe mais. Mas ele tem que ser instalado, José Cláudio, pelo regimento ele fio instalado e não foi. Então o prazo dele já acabou... espera vou concluir...

José Cláudio Junqueira Ribeiro (GOVERNO - MG)

Rosalvo? Não, não espera aí. Não vamos porque a Ruth está dizendo que o que você está falando não é correto.

Rosalvo de Oliveira Júnior (MIN)

Ta, é entendimento da Ruth...

[Sobreposição de diálogos]

Rosalvo de Oliveira Júnior (MIN)

Dois minutos! Então veja bem, então tem esse GT aí, segundo o SQA fez um trabalho que vocês receberam e que vai ser apresentado ou não, onde existe uma proposta como resultado final dos seminários das reuniões feitas, de uma versão zero do sistema de licenciamento simplificado de sistemas ambientais de saneamento. Entendeu? Então o que eu conversei com o José Cláudio? “José Cláudio, essa proposta zero continua discutindo dentro da câmara, e o GT continua o seu trabalho”, como ele quer colocar. Agora eu queria e é aí o meu pedido à Câmara no sentido de que ela pudesse nos próximos dois meses, até dia primeiro de julho ela ter essa proposta que os senhores já receberam, que a Moema pode apresentar discutida e aprovada. Única coisa que eu estou pedindo é isso inclusive a gente faz na Câmara que eu presido quando há uma necessidade, o estado de Rondônia, por exemplo, tinha necessidade de ter aquela aprovação do ZE deles, nós rapidamente decidimos isso. Este é o meu pedido que fica aqui.

José Cláudio Junqueira Ribeiro (GOVERNO - MG)

Já está anotado, está ok. Zuleica.

Zuleica Nycz (APROMAC)

Bom o que eu estou entendendo é isso, acho que se o GT não foi criado, José Cláudio...

José Cláudio Junqueira Ribeiro (GOVERNO - MG)

Ele foi criado...

Zuleica Nycz (APROMAC)

Não, ele foi criado, mas não foi instalado até agora. Existe algum problema técnico de instalar esse GT, aceitando a proposta do seminário e tratando de questões da complexidade do sistema e saneamento ou você acha que tem que ser, é importante que esse GT trate apenas... porque se ele está pedindo agilidade você teria a oportunidade de fazer tudo isso com agilidade, vamos dizer em dois, três meses.

José Cláudio Junqueira Ribeiro (GOVERNO - MG)

Zuleica, a minha experiência mostra que eu não faço isso em dois três meses se eu colocar todo o sistema de saneamento, quem trabalha com saneamento sabe que eu não faço. Há de se eu pegar o GT e abrir para todo mundo, primeiro porque nós ainda temos que... teríamos que abrir... olha para você ver, tem um ano que eu estou pedindo para que sejam convidadas as companhias de saneamento, só agora que nós conseguimos. Se nós formos colocar os outros tópicos, nós vamos ter que chamar outros empreendedores para vir participar, isso vai demorar mais ainda. Então colocar isso no GT vai atrasar, sem contar a complexidade da discussão. Uma coisa é discutir só ETE e outra coisa é discutir ETE mais outros sistemas. O que eu a estava entendendo era o seguinte: nós discutiríamos ETE lá no GT e os demais empreendimentos de saneamento discutiríamos diretamente na Câmara, mas a ETE não, quer dizer porque não tem sentido eu trabalhar no GT de ETE e a Câmara trabalhar discutindo ETE aqui. Aí não, superposição não, ou acaba com o GT...

Zuleica Nycz (APROMAC)

2596 Eu já entendi, mas você acha que é possível nessa complexidade toda a gente trabalhar aqui na Câmara Técnica
2597 como ele está pedindo dentro do...

2598
2599 **José Cláudio Junqueira Ribeiro (GOVERNO - MG)**
2600

2601 Não acredito de jeito nenhum isso, agora a câmara vai decidir. Agora eu estou dizendo que eu não acredito, já
2602 falei isso para o Rosalvo nós não vamos ter é nada, porque eu não acredito face a complexidade disso que nós
2603 vamos conseguimos. Olha o caso do amianto, por causa de uma questão pequena o empresariado disse "Ah! O Meu
2604 setor não foi chamado". A hora que nós fomos discutir a parte de drenagem a participação do município vai ser um
2605 negócio enorme, e é complicado, eu sei olha, lá em Minas nós temos a norma de ETE e temos de aterro sanitário,
2606 de drenagem não conseguimos fechar, é muito complicado, é a mais complicada de todas. Então pela minha
2607 experiência lá nós não conseguimos fechar isso esse ano. Eu tenho uma proposta zero, que eu mesmo tenho
2608 muitas críticas a ela e imagino quando se notificar isso por "N" setores, os demais Estados e Municípios,
2609 principalmente os municípios grandes. Eles vão levantar quinhentas mil dúvidas, então vai ser uma coisa
2610 extremamente complexa. Agora se a Câmara... então acho o que antes da apresentação, eu acho que nós
2611 precisávamos ter claro isso. Quer dizer eu não sei, eu tinha entendido que o Rosalvo concordava com a minha
2612 proposta de discutir na Câmara, se ele acha que assim é melhor, dos demais empreendimento saneamento
2613 exceto a ETE ou então vamos acabar com o GT da ETE, porque eu acho que não tem sentido duplicar, correr
2614 para o GT da ETE em paralelo com um grupo e a Câmara discutindo outro. Isso não tem sentido.

2615
2616 **Rosalvo de Oliveira Júnior (MIN)**
2617

2618 Veja bem José Cláudio, eu tenho um problema muito concreto, veja bem, quando a gente estava lá na nossa
2619 Câmara de Gestão Territorial e Biomas e o tema de APP que os senhores votaram em três reuniões do CONAMA
2620 e já estava três anos sendo discutido nós na Câmara, eu e encaminhei essa discussão, portanto nós vamos
2621 discutir no máximo um ano, o ano de 2003, 2004 nós vamos fechar isso e vamos mandar para o Plenário. Porque
2622 não é possível que a gente fique anos e anos discutindo um tema. Dois se a SQA e MMA fez um trabalho,
2623 segundo o relato que eu tive, reuniões, contato com os estados, seminários etc, etc, bem ou mal atendendo a mim
2624 ou não atendendo a mim, atendendo o José Cláudio, não atendendo o José Cláudio já há uma proposta que a
2625 gente pode concordar ou não com ela, aí é uma outra questão, pronta uma proposta... É aquela que eu estou
2626 chamando de versão zero. Entendeu José Cláudio? Para mim tanto faz que seja na Câmara ou no GT, eu tenho
2627 um problema de tempo, é isso que eu estou pedindo para vocês, o que for mais rápido para atender não o meu
2628 interesse institucional, mas vai atender o interesse público que a gente adote o caminho mais rápido.

2629
2630 **José Cláudio Junqueira Ribeiro (GOVERNO - MG)**
2631

2632 E eu já te falei que o caminho mais rápido é o GT. Vamos ouvir a Moema e depois a Câmara vai decidir qual é o
2633 encaminhamento.

2634
2635 **Moema Rocha de Sá (SQA/MMA)**
2636

2637 Eu só queria dizer o sistema de trabalho que a gente fez para que eles possam conhecer e melhor decidir. Então
2638 só para dizer, essa resolução foi trabalhada a partir de uma proposta da Agência Nacional de Águas em relação
2639 ao tema, então o Ministério reuniu todas as suas vinculadas de alguma secretarias, no sentido de construir uma
2640 proposta de simplificação do licenciamento de sistemas de esgotamento sanitário. Então com fizemos? A partir do
2641 sedimento de que seria necessário o licenciamento da atividade, e que era interessante a sessão da tipificação,
2642 porque ela era absolutamente possível, nós reunimos todos os estados num seminário de uma semana e nesse
2643 seminário então a gente colocou todo o contexto da área de saneamento, desde políticas, financiamento, técnicas,
2644 metodologias, enfim uma abordagem bastante completa do tema. E aí nos debruçamos nos três dias
2645 subsequentes na formulação de uma resolução. E a resolução foi aquela que a gente fez em conjunto com a
2646 participação da ANA, a Secretaria de Qualidade Ambiental, Departamento de Articulação Institucional do MMA, o
2647 IBAMA, SRH. Então a gente fez uma proposta zero, apresentamos no seminário e o pessoal são todos
2648 representantes de todos os estados, dois técnicos de cada estado, da área de licenciamento, da área de
2649 saneamento de licenciamento de ETE's. Eles leram a proposta e sugeriram trabalhar em cima da proposta que a
2650 gente tinha feito. Então em três dias de trabalho Artigo por Artigo foi lido, questionado, revisto, da redação nossa
2651 original teve mudanças. Essa proposta no âmbito técnico de todos os órgão que estiveram lá presentes, todas
2652 OEMAs, ela foi aprovada como um consenso. Então o que fizemos? Pegamos essa resolução, dividimos o país
2653 em cinco regiões, eles estudaram regionalmente a resolução considerando as particularidades ambientais,
2654 elegemos de cada um desses cinco grupos um representante. Fomos para a plenária, cada representante das
2655 cinco regiões apresentou a proposta de cada um de Artigos, houve um debate e chegou-se a consenso de cada
2656 um dos Artigos. Então cada um desses Artigos teve um consenso, a formulação dessa resolução passou por uma
2657 ampla discussão técnica, no seminário de uma semana organizado pela SQA. Então o meu objetivo era colocar o
2658 contexto da formulação que não foi uma resolução tirada da cartola, foi um processo de discussão bastante
2659 amplo. Então nós apresentamos ao CONAMA até em função do GT que está no aguardo do nosso trabalho e
2660 realmente essa questão do interesse público, as pressões tem sido enorme em cima da SQA em funções de

2661 questões que ele já falou que é financiamento que não sai. Então é esse o processo de trabalho que a gente teve
2662 construímos uma proposta que encaminhamos ao CONAMA, e realmente no sentido de se pudesse ser mais ágil
2663 para encaminhamento. Só para dizer mais uma coisa essa formulação dessa resolução ela atende não só uma
2664 iniciativa do SQA a partir da Ana e a partir do arranjo do Ministério, mas também a manifestações da ASSEMAE
2665 da ANAMMA, na ABEMA, da ADIB, vários setores solicitaram...

2666
2667 **José Cláudio Junqueira Ribeiro (GOVERNO - MG)**

2668
2669 A ABEMA não é verdade, eu perguntei a presidente da ABEMA...

2670
2671 **Moema Rocha de Sá (SQA/MMA)**

2672
2673 Nós temos a Moção, eu não sei se está no...

2674
2675 **José Cláudio Junqueira Ribeiro (GOVERNO - MG)**

2676
2677 Para simplificar, mas não de apoio a essa proposta.

2678
2679 **Moema Rocha de Sá (SQA/MMA)**

2680
2681 Não, não apóio não. Para trabalhar a questão...

2682
2683 **José Cláudio Junqueira Ribeiro (GOVERNO - MG)**

2684
2685 E foi criado um GT.

2686
2687 **Moema Rocha de Sá (SQA/MMA)**

2688
2689 A resolução, então o Grupo de Trabalho que fizemos responde a toda uma ansiedade...

2690
2691 **Roberto Monteiro (CONSELHEIRO HONORÁRIO)**

2692
2693 O que eu queria solicitar a ela, eu não estou mais preocupado com procedimento metodológico, de grupo que
2694 conversou com fulano. Eu quero saber o seguinte você em esgotamento sanitário, pressupõe rede de esgoto, e
2695 em segundo falou em ETE's, não falou mais nada. Então eu quero saber a primeira questão seguinte, eu quero
2696 saber da resolução. Eu estou sempre de coração aberto existe toda uma tratativa que ainda não iniciada com
2697 relação as ETE's, eu quero saber qual é a abrangência desse material que foi preparado, qual é o conteúdo dessa
2698 resolução, para sabermos nós aqui se há consistência de aproveitamento daquilo que foi proposto e qual a
2699 abrangência disso. Porque falar de saneamento ambiental é drenagem urbana e tudo mais e você só falou de
2700 esgotamento sanitário e ETE. Eu quero saber abrangência e gostaria de tomar conhecimento do conteúdo disso
2701 daí.

2702
2703 **Moema Rocha de Sá (SQA/MMA)**

2704
2705 Quanto ao conteúdo o José Cláudio falou que não seria apresentação, porque aí...

2706
2707 **José Cláudio Junqueira Ribeiro (GOVERNO - MG)**

2708
2709 Eu disse que não decidimos ainda, nós vamos definir estratégias se for o caso...

2710
2711 **Moema Rocha de Sá (SQA/MMA)**

2712
2713 A gente faz a apresentação. A ementa da resolução que se propõe é delibera sobre licenciamento ambiental
2714 simplificado e sistemas de esgotamento sanitário, e aí a gente engloba o sistema como um todo e não só ETE e
2715 não só rede, é o conjunto.

2716
2717 **José Cláudio Junqueira Ribeiro (GOVERNO - MG)**

2718
2719 Pela ordem Cristina.

2720
2721 **Maria Cristina de Sá Oliveira Matos Brito (ANA)**

2722
2723 Só uma retificação no meio dessa confusão, eu participei inclusive do seminário. Que houve um seminário que
2724 vários estados foram ouvidos que diz respeito a licenciamento ambiental de ETE's. Eu não participei até o fim,
2725 então a resolução foi construída lá na SQA, Eu só queria fazer uma retificação falou que houve uma proposta de

2726 resolução inicial que foi um consenso entre a SQA a ANA e o Ministério. Na verdade houve um grupo que
2727 começou a trabalhar isso, esse grupo não chegou a proposta, então não vamos discutir porque aí... é que havia
2728 divergência sobre o que era simplificado ou não.

2729
2730 **José Cláudio Junqueira Ribeiro (GOVERNO - MG)**

2731 Já ouvimos os demais esclarecimento, eu só quero dizer o seguinte, da parte do governo do estado de Minas
2732 Gerais nós achamos a proposta extremamente tímida. Quando a Moema fala consenso, inclusive eu perguntei a
2733 representantes do Estado de Minas, ela disse que não, ela jamais concordou com isso. Então o estado de Minas
2734 considera a proposta extremamente tímida e acho que teríamos que trabalhar muito nela. Então eu volto a
2735 questão do encaminhamento, eu acho que nós podemos: 1) Extinguir o GT e trabalhar numa total, com tudo isso,
2736 ou num novo GT ou direto na Câmara como o Rosalvo propõe. 2) Ou podemos continuar com o GT só para a ETE
2737 e trabalhar na proposta dos outros setores, exceto ETE diretamente na Câmara ou num GT. Eu entendo bem a
2738 posição do Rosalvo e a nossa também, queremos o mais rápido possível. Na minha opinião e na minha
2739 experiência aqui no CONAMA, o mais rápido possível seria criar um GT para os demais, para correr em paralelo.
2740 Mas se a Câmara decidir para mim, olha... nem vou votar, o que a Câmara decidir para mim está bom. Só quero
2741 dizer que eu não vou me comprometer a fazer reunião de Câmara na frequência que seria necessário. Não vou
2742 me comprometer, não sei se os conselheiros podem se comprometer.

2743
2744
2745 **Zuleica Nycz (APROMAC)**

2746 Rosalvo eu entendo que o GT... a criação de um GT fica mais rápido porque o GT ele pode ser... porque o
2747 coordenador pelo regimento tem que ser um membro da Câmara Técnica, dessa Câmara Técnica? Pode ser
2748 qualquer conselheiro do CONAMA? Tem que ser desta Câmara Técnica. Então a dificuldade... seria mais fácil tem
2749 que ser um conselheiro, não é representante. Não pode ser um representante?

2750
2751
2752 **Roberto Monteiro (CONSELHEIRO HONORÁRIO)**

2753 Tem que ser conselheiro da Câmara Técnica

2754
2755
2756 **Zuleica Nycz (APROMAC)**

2757 Não, não. Pode ser o representante, coordenador pode. Maurício porque o nosso coordenador do movimento de
2758 resíduos é interestadual é um representante que não é conselheiro. Eu acho que a vantagem de ter um GT, é que
2759 o conselheiro que for ou o representante dessa Câmara que coordenar, ele pode transferir esse GT para diversas
2760 regiões do Brasil que facilitem o acesso aos empreendedores não é? É uma vantagem GT do que a Câmara
2761 Técnica ela é mais rígida, tem que ter quorum aqui, ela é deliberativa e vai ter problemas em dois, três meses.
2762 Então acho que para agilizar e atender a necessidade do governo, que está com esse recurso, isso é importante
2763 para todos nós. Eu entendo que se o GT se ele se comprometer realmente instalar o GT das ETE's... você
2764 começar em paralelo com esse imediatamente, nós teremos dois trabalhos em paralelo que vão sair lá na frente,
2765 porque exatamente com o que você quer. Agora é uma tentativa.

2766
2767
2768 **José Cláudio Junqueira Ribeiro (GOVERNO - MG)**

2769 Domingo você vai discutir primeiro ETE, depois drenagem, depois aterro...

2770
2771 [Sobreposição de diálogos]

2772
2773
2774 **Zuleica Nycz (APROMAC)**

2775 ... e a gente tem um conselheiro que já está cuidando de uma parte desse processo, a gente teria mais um
2776 conselheiro designado para outra parte, certo? Você tem mais agilidade aí.

2777
2778
2779 **Sérgio Antônio Gonçalves (MINISTÉRIO DAS CIDADES)**

2780 Eu só queria fazer uma fala aqui. Até essa fala... eu realmente me confundi todo. E eu estou querendo aqui me
2781 organizar mentalmente para colaborar. Inicialmente eu estava entendendo que a proposta zero que veio oriunda
2782 dos seminários feita pela SQA, era de saneamento ambiental como um todo e para nós incluiria, para ficar claro, a
2783 água, o esgoto, o manejo de águas pluviais e manejo de resíduos sólidos, no meu entendimento. E isso não é
2784 verdade, o seminário e essa proposta zero é só do sistema de esgotamento, que é um pouco mais só que ETE
2785 porque entra o quê? O sistema de coleta, rede de coleta do esgoto e o tratamento. Ele só amplia, mas o foco dele
2786 é esgoto. Então independentemente de nós trabalharmos com os outros temas do saneamento, águas, resíduos e
2787 drenagem, que pode até ser, vai ser outro. Isso então é outro que nem tem proposta ainda. Está certo? Nem tem,
2788 então a gente só para facilita para a gente não ficar tentando até... Então o que nós temos hoje no meu entender é
2789 isso. Nós temos um GT só de ETE e está muito bem definido, é estação de tratamento de esgoto. A proposta zero
2790

2791 ela amplia um pouquinho, mas dentro do campo esgoto, ainda esgoto, só que ele traz um pouco mais que ele se
2792 preocupa, desde a obra da rede coletora até o tratamento. Eu não estou com posição fechada, mas se nós
2793 acharmos que dá para ampliar para o esgoto nesse sentido de rede e tal, eu... valeria a pena a gente ver que eu
2794 acho que é muito salutar para o próprio GT, que está se começando e trabalharíamos. Não existe outro GT no
2795 momento próprio de criação que não é agora, quando tiver que vamos ter que trabalhar com as outras áreas.
2796 Então eu gostaria é que nós víssemos dessa possibilidade dessa ampliação de esgoto, mantendo-se o
2797 esgotamento sanitário como foco de saber se nós incluiríamos também um pouco dessa malha urbana de coleta,
2798 para que nós trabalharíamos nisso. E essa proposta zero, eu a vejo fazendo um parêntese, que é um respeito ao
2799 trabalho que é importante feito, consenso ou não, não vou entrar nesse processo, porque o Ministério das cidades
2800 também tem um interesse grande nisso, porque ele é um dos grandes fomentadores na área de recurso hoje.
2801 Então, uma grande parte dos recursos hoje, são oriundos... a grande maioria dos recursos hoje são oriundos de
2802 financiamento e o financiamento está dentro do Ministério das... através do GTE e nós somos diretamente ligados
2803 a isso e as operadoras. Para concluir eu vejo que a gente poderia é delimitar, esse escopo interno seria um pouco
2804 mais ampliado, sobre esse mesmo nome que nem... com ETE não importa mas o escopo interno partindo, não
2805 partindo, mas utilizando-se desse seminário riquíssimo de material, como proposta que já estaríamos como
2806 indicadores. Independente de consenso ou não, é um trabalho muito bem feito e importante que ele entraria como,
2807 vamos dizer, na nossa biblioteca de trabalhos que vai ser feito para o GT.
2808

2809 **José Cláudio Junqueira Ribeiro (GOVERNO - MG)**

2810 Só para esclarecimento. Do ponto de vista conceitual você está coberto de razão, mas eu até estou pedindo para
2811 checar, salvo engano, a 237 não incluiu em atividade passível de licenciamento ambiental, rede de coletora de
2812 esgoto. Se não nós não temos nem o que discutir porque emissários interceptores, aí eu concordo com você.
2813 Podemos até ampliar a questão da ETE, rede coletora não é passível de licenciamento ambiental num nível
2814 federal. Os Estados podem ser mais restritivo e o Estado então, que foi mais restritivo eles que façam as normas
2815 para eles, mas não é uma norma federal. Então rede coletora estaria fora, emissários e interceptores sim.
2816

2817 **Rosalvo de Oliveira Júnior (MIN)**

2818 Senhor presidente o senhor tinha me dado a palavra, tudo bem eu acho que é razoável, viu Zuleica, até racional
2819 para a gente não ter um trabalho duplo que a gente faça num único grupo. O Grupo de Trabalho dentro da
2820 Câmara, único grupo. Segundo senhor presidente, e aí eu peço a sua condescendência com relação a isso,
2821 porque a quando a gente decide a grande consegue fazer, e aí eu vou pegar o exemplo do trabalho que a gente
2822 fez na Câmara Técnica de Gestão Territorial e Biomas quando em menos de um mês nós percorremos todas as
2823 regiões do país, fomos a norte, nordeste, centro-oeste, sul e sudeste. Aí eu venho pedir ao senhor, de que nos
2824 próximos dois meses esses cinco e pegando já essa versão que ela não veio do nada, ela é um trabalho que tem
2825 densidade, nesses dois meses a gente pudesse fazer essas reuniões nessas cinco regiões. Por que lhe peço isso
2826 daí? Mais uma vez, e eu quero enfatizar isso. É no interesse público, não é no interesse único e exclusivamente
2827 institucional do Ministério da Integração ou do Governo Federal. Eu lhe peço isso, é isso que eu estou pedindo da
2828 Câmara, é isso que eu estou pedindo o voto do representante do... no sentido de que nos próximos dois meses
2829 haja um compromisso ou de GT ou de Grupo de Trabalho, que a gente faça essas reuniões nas diferentes regiões
2830 do país, de modo que a gente não demore muito com alguma proposta com relação a isso
2831

2832 **José Cláudio Junqueira Ribeiro (GOVERNO - MG)**

2833 Eu acho que a nossa discussão está atrasando tudo, de repente nós vamos sair daqui sem decidir isso. Vai ser
2834 pior. Bom, está claro. Para começar a proposta zero que só trata, como ela disse da parte de esgotamento
2835 sanitário. Eu insisto na minha proposta, que o GT de ETE continue como GT de ETE e mais interceptores e
2836 emissários, e que se crie um GT em paralelo, porque senão vai ser mais demorado, porque não é possível
2837 Rosalvo, você não está entendendo que se colocar tudo num GT vai demorar muito mais. Você discute primeiro
2838 um assunto para depois discutir o outro, de fato o GT em paralelo e aí vamos ver que tem essa disponibilidade. Eu
2839 posso até assumir o compromisso de fazer todos os esforço para os GT de ETE's para ver isso até junho aqui.
2840 Entendeu? Agora com os outros eu não posso assumir esse compromisso porque eu tenho a condição de fazer
2841 isso.
2842

2843 **Cláudio Darwin Alonso (GOVERNO - SP)**

2844 Só um esclarecimento, é a dúvida que eu ainda tenho. Faz o GT de ETE incorporando mais dois assuntos que
2845 seriam os detalhes e sobrou o quê para o outro?

2846 [Sobreposição de diálogos]

2847 **José Cláudio Junqueira Ribeiro (GOVERNO - MG)**

2855 Mas é esse que é o pedido de Ministério da Integração Nacional de incorporar não só esgoto, mas todas as
2856 atividades de saneamento.

2857
2858 **Cláudio Darwin Alonso (GOVERNO - SP)**

2859
2860 É eu acho que o razoável a gente consegue fazer, milagre é muita coisa para fazer em dois meses, ou dá ou não
2861 dá.

2862
2863 **José Cláudio Junqueira Ribeiro (GOVERNO - MG)**

2864
2865 Não, mas olha, eu estou entendendo que ele teria outro GT. Agora vamos ver qual é o conselheiro que vai
2866 assumir a coordenação desse outro GT. Uma de esgoto e outra dos demais.

2867
2868 **Cláudio Darwin Alonso (GOVERNO - SP)**

2869
2870 Eu entendo, mas nós temos um problema sério na outra Câmara que eu participei era seriíssima da constituição
2871 de GT em função das novas regras que o CONAMA colocou, isto é um lado da questão. O segundo lado da
2872 questão é os participantes no geral das OEMAs são os mesmos, eles têm que se duplicar para fazer a coisa. E os
2873 outros representantes, eu vejo com pouca probabilidade. Se ficar restrito a ETE, isso não satisfaz aos programas
2874 que você está querendo desenvolver?

2875
2876 **Rosalvo de Oliveira Júnior (MIN)**

2877
2878 Uma boa parte sim.

2879
2880 **Cláudio Darwin Alonso (GOVERNO - SP)**

2881
2882 Olha, vamos tentar essa.

2883
2884 **Sérgio Antônio Gonçalves (MINISTÉRIO DAS CIDADES)**

2885
2886 Presidente, então como proposta aproveitando e vendo a questão de governo, a proposta é que eu faço um
2887 pedido ao presidente da Câmara hoje e do GT, que incorpore os emissários e a rede via rede, perdão, emissários
2888 e receptores que isso para nós do governo é importante. Nós temos hoje, só como um dado para demonstrar a
2889 importância e frisar dos pedidos de financiamento e mesmo para obras dos 4 componentes de saneamento, o
2890 esgotamento é o que tem o maior número de pedidos, porque também historicamente é o nosso déficit é a nossa
2891 dívida social maior. Então nós resolvendo mais rápido esse, nós estaríamos colaborando muito para o processo.
2892 Então entraríamos nisso pediríamos que se possível já marcássemos a data de instalação, marcaríamos hoje a
2893 data da instalação e um cronograma constante de reuniões que eu tenho dúvidas se necessitaria correr o Brasil
2894 inteiro, nós marcaríamos como é a dinâmica do GT, cada um vai ter a sua, mas faríamos para trazeremos
2895 realmente uma proposta atendendo esse pedido de governo que no máximo até o meio do ano estejamos se
2896 possível aprovado isso. Esse GT já é do José Cláudio se nós criarmos e propusermos outro, nós podemos
2897 aproveitar e nesse outro entraria com outro cronograma, com outro tempo, essa outra área que é água resíduos e
2898 drenagem. Mas aí nós faríamos um outro com outro cronograma com outra coisa paralela e nós andaríamos com
2899 esse mais rápido, porque é interesse nosso esse também é importante que seja mais rápido. É só o pedido para
2900 nós instalarmos e ter data, e fazermos... não, você pode instalar ele que vai ter que ver se ele consegue, você
2901 instala.

2902
2903 **José Cláudio Junqueira Ribeiro (GOVERNO - MG)**

2904
2905 Nós vamos marcar a minha proposta, marcar primeira reunião hoje, eu quero só ver com a Ruth e nós temos que
2906 deliberar os membros do GT, porque pelo novo regimento nós temos que acertar que é membro. Porque ficou
2907 acertado no CONAMA que membros do GT ia à Plenária. Mas realmente quem é membro do GT tem que estar
2908 tudo formalizado .

2909
2910 **Cláudio Darwin Alonso (GOVERNO - SP)**

2911
2912 Sobre esse aspecto eu gostaria para agilidade do grupo que nós seguissemos rigorosamente o que diz o
2913 regimento, se alguma Companhia que deve ser comunicada não quiser aparecer azar dela. Se faz um ano que
2914 está pedindo para a SABESP e não aparece, foi comunicada, não veio porque não quis.

2915
2916 **José Cláudio Junqueira Ribeiro (GOVERNO - MG)**

2917
2918 É mas é porque nas reuniões passadas não tinha sido convocado, agora já foi. Então nós vamos ver com a Ruth o
2919 resultado disso.

2920
2921
2922
2923
2924
2925
2926
2927
2928
2929
2930
2931
2932
2933
2934
2935
2936
2937
2938
2939
2940
2941
2942
2943
2944
2945
2946
2947
2948
2949
2950
2951
2952
2953
2954
2955
2956
2957
2958
2959
2960
2961
2962
2963
2964
2965
2966
2967
2968
2969
2970
2971
2972
2973
2974
2975
2976
2977
2978
2979
2980
2981
2982
2983

Rosalvo de Oliveira Júnior (MIN)

É presidente, salvo entendimento diferente do senhor e na leitura que eu fiz do regimento interno, no Grupo de Trabalho o presidente e o relator é da Câmara, os membros podem ser outros conselheiros.

José Cláudio Junqueira Ribeiro (GOVERNO - MG)

Mas decididos pela Câmara.

Rosalvo de Oliveira Júnior (MIN)

Eu já ponho o Ministério da Integração participar do Grupo de Trabalho, inclusive... não o presidente e o relator sem ser da Câmara...

José Cláudio Junqueira Ribeiro (GOVERNO - MG)

Nós não estamos entendendo o Rosalvo, eu estou dizendo o seguinte, nós abrimos aos interessados participar do GT, mas suponha que foi deliberado da reunião do CONAMA, que não podia continuar o GT do jeito que era, cada dia era uma turma. O GT era só formalizado, nós vamos formalizar hoje aqui quem é o GT. É isso só.

Rosalvo de Oliveira Júnior (MIN)

Não, não, tudo bem, tudo bem. E aí seria a sugestão também de que a gente pudesse incluir o próprio Ministério das cidades e a FUNASA já que aquele município com menos de trinta mil habitantes, eles tem no ponto de vista a responsabilidade. A ANA também e que não só senhor presidente, a gente sugerisse o nome já marcasse a data da instalação do primeiro dia de criação do GT, mas que também a gente pudesse já ter uma proposta de calendário. Não de calendário fixo, de modo que a gente pudesse nos próximos dois, três meses a gente ter um resultado concreto disso aí.

José Cláudio Junqueira Ribeiro (GOVERNO - MG)

Eu acho que a primeira reunião do calendário a gente marca na primeira reunião do GT, eu acho que é complicado marcar. Eu só pediria a Ruth porque a gente está tentando formalizar esse grupo de GT há um ano, agora finalmente acho que a Ruth já tem... não sei se está aí, não é? Ruth, quem são as pessoas que já confirmaram o GT de ETE?

Ruth Rodrigues Tabaczinski (CONAMA)

Aqui especificamente junto, porque não era tema assim a pauta do GT de ETE, esse assunto não era. Eu não trouxe os indicados, as pessoas indicadas, mas não eram muitas indicações não. Inclusive todos aqueles órgãos que você solicitou para conselheiros, empresas de saneamento todos foram enviados, mas não deram resposta ainda.

José Cláudio Junqueira Ribeiro (GOVERNO - MG)

A COPASA me disse que recebeu convite, ela está se considerando...

Ruth Rodrigues Tabaczinski (CONAMA)

É, algumas já responderam, outras não. Então o grupo total de membros permanente de GT de ETE nós não temos ainda.

José Cláudio Junqueira Ribeiro (GOVERNO - MG)

Então vamos decidir isso aqui agora.

Cláudio Darwin Alonso (GOVERNO - SP)

Por agilidade, com o regimento na mão, e IBAMA em que indicar um técnico que poderia ser indicado agora, ANA tem que indicar um técnico que poderia ser indicado agora. Técnicos genéricos do Ministério do Meio Ambiente, isso eu estou com o regimento na mão. E o Grupo de Trabalho ao contrário contará com no mínimo três representantes permanentes de órgãos e entidades e não necessariamente da Câmara que apresente os permanentes, aqui não diz que tem que ser da Câmara. Estamos falando na composição, a composição tem que

2984 ter três membros três membros que são parte do CONAMA e mais, ANA, IBAMA e Ministério do Meio Ambiente.
2985 Tendo essas pessoas o resto se não vier depois não reclama como não aconteceu hoje.

2986
2987 **José Cláudio Junqueira Ribeiro (GOVERNO - MG)**

2988
2989 Eu acho que a gente podia então formalizar quem vai compor esse GT, para a Ruth já fazer a convocação e como
2990 a câmara sente deliberar sobre a formalização do GT a minha proposta é que a gente delibere agora. Então
2991 vamos lá Ministério das cidades.

2992
2993 **Sérgio Antônio Gonçalves (MINISTÉRIO CIDADES)**

2994
2995 Eu tenho uma proposta do governo, vou levar, já vou envolver o Governo nisso, eu como composição, eu como
2996 representante nesta Câmara me incumbo de fazer imediatamente... mas já deixo o nome da entidade do órgão
2997 que vai estar e eu me responsabilizo em pegar o nome e mandar para a Ruth. Está certo? Então quem vai
2998 participar? Já é o MMA e o IBAMA já estão em procedimento, a FUNASA vai participar ta certo? Então eu mando
2999 o nome para a Ruth eu me incumbo de falar quem vai ser, o MI o Rosalvo me passa quem é, está certo? E as
3000 cidades isso é garantido, eu também independente disso assumo a responsabilidade agora de entrar em contato
3001 diretamente com a ASSEMAE que é dos municípios operadores, com a AESBE que é dos estaduais, com a
3002 ABICOM que é da parte empresarial das concessionárias privadas e peço, em rápido tempo eles me dão os
3003 nomes, e eu digo pelo menos quem representa entidade, independentemente das companhias também mandarem
3004 outros. Mas pelo menos nós garantiríamos ABICOM, a AESBE, ASSEMAE, IBAMA, ANA, Cidades, MI, FUNASA e
3005 MMA. E o setor da sociedade civil também eu acho que a Zuleica pode mandar logo e já fechamos com esse
3006 grupo o mínimo hoje, fechamos hoje e já marcamos a reunião já para imediatamente.

3007
3008 **José Cláudio Junqueira Ribeiro (GOVERNO - MG)**

3009
3010 Além desses citados um representante da ONG, dos Estados, o Governo de Minas, o Governo de São Paulo, a
3011 ABES. Tem duas Companhias que já me confirmaram, que é a VANDAC, e é a COPASA e a SABESP. Acho que
3012 temos que falar com o André, então nós temos Ministério da cidade, FUNASA, Ministério do Meio Ambiente,
3013 IBAMA, ANA, ABICOM, Ministério da Integração, ASSEMAE, Governo de Minas, Governo de São Paulo, COPASA
3014 E SABESP. E só vamos esperar... André nós estamos formalizando o GT... Poderia colocar a ANAMMA?

3015
3016 **André Aliana (ANAMMA)**

3017
3018 Pode colocar a ANAMMA sim.

3019
3020 **José Cláudio Junqueira Ribeiro (GOVERNO - MG)**

3021
3022 Esse é o GT de ETE, conforme foi deliberado e ele vai incluir também emissários e interceptores.

3023
3024 **José Cláudio Junqueira Ribeiro (GOVERNO - MG)**

3025
3026 Senhores, eu estou fazendo uma consulta à Ruth, eu realmente estou com um problema de agenda complicado,
3027 então eu estava perguntando para ela, se haveria algum problema de fazer essa reunião em Belo Horizonte, ela
3028 está dizendo que não. Se os conselheiros concordarem marcaria a reunião... que o meu problema é o seguinte:
3029 em seguida à semana santa eu vou entrar de férias e aí para eu viajar seria complicado, mas poderíamos fazer
3030 em Belo Horizonte, não teria esse problema, dia 17, segunda-feira, em Belo Horizonte. Segunda-feira, em
3031 seguida ao domingo de páscoa.

3032
3033 **[Interlocutor fora do microfone]**

3034
3035 **José Cláudio Junqueira Ribeiro (GOVERNO - MG)**

3036
3037 Agenda é a coisa mais complicada. O mais cedo que eu consigo é dia 17, e em Belo Horizonte.

3038
3039 **[Interlocutores fora do microfone]**

3040
3041 **José Cláudio Junqueira Ribeiro (GOVERNO - MG)**

3042
3043 A reunião vai ser dias 17 e 18 de abril. Bom, acertado isso, eu pergunto aos conselheiros se... se nós não
3044 ouviríamos agora a apresentação da Moema, a proposta aí do seminário? Não, não, a proposta dela versa só
3045 sobre esse GT aí.

3046
3047 **Cláudio Darwin Alonso (GOVERNO - SP)**

3048

3049 Na medida em que nós temos outros itens em pauta, e isso vai interessar diretamente... os elementos que nós
3050 tínhamos já foi possível decidir, eu acho que essa... ela passa a ser desnecessária.

3051
3052 **José Cláudio Junqueira Ribeiro (GOVERNO - MG)**

3053
3054 Ok. Então nós vamos pedir à Ruth que encaminhe isso para todos os membros do GT.

3055
3056 **[Interlocutor fora do microfone]**

3057
3058 **Ruth Rodrigues Tabaczenski (CONAMA)**

3059
3060 Uma coisa. A gente precisa de nomes para essas pessoas, urgente, para a gente poder encaminhar, porque aí
3061 manda ABEMA, ANAMMA. Quer dizer, quem vai efetivamente participar do grupo, porque senão vai ficar muito...

3062
3063 **José Cláudio Junqueira Ribeiro (GOVERNO - MG)**

3064
3065 Eu estou entendendo que o André vai te encaminhar quem é o da ANAMMA.

3066
3067 **Ruth Rodrigues Tabaczenski (CONAMA)**

3068
3069 E das outras?

3070
3071 **José Cláudio Junqueira Ribeiro (GOVERNO - MG)**

3072
3073 Da ONG vai ser ela... São Paulo vai ser...

3074
3075 **Ruth Rodrigues Tabaczenski (CONAMA)**

3076
3077 E as outras?

3078
3079 **[Interlocutor fora do microfone]**

3080
3081 **Ruth Rodrigues Tabaczenski (CONAMA)**

3082
3083 Tá, Ministério das Cidades, passa os nomes. Nomes e e-mails e telefones porque é muito complicado procurar
3084 depois quem é um e quem é outro.

3085
3086 **[Interlocutores fora do microfone]**

3087
3088 **José Cláudio Junqueira Ribeiro (GOVERNO - MG)**

3089
3090 Resolvida essa questão então, nós vamos passar para o próximo item que é o processo que dispõe sobre
3091 movimentação interestadual de resíduos perigosos. Ruth. Processo que dispõe sobre movimentação interestadual
3092 de resíduos perigosos.

3093
3094 **Ruth Rodrigues Tabaczenski (CONAMA)**

3095
3096 O GT está com prazo expirando agora e aí vai precisar de pelo menos 3 meses, mas eu sugiro que... teve três
3097 reuniões e não foi suficiente para concluir os trabalhos. Eu sugiro que seja prorrogado pelos seis meses, muito
3098 provavelmente não ocupará esses seis meses, uns dois, três meses no máximo, mas... prorroga novamente.

3099
3100 **José Cláudio Junqueira Ribeiro (GOVERNO - MG)**

3101
3102 A proposta é prorrogação por mais seis meses. Pergunto se algo contra. Se há unanimidade, aprovado por mais
3103 seis meses. O próximo processo é criação de GT para discussão sobre a importação de resíduos industriais,
3104 indicados como matéria-prima para fabricação de produtos fornecedores de micronutrientes utilizados como
3105 insumo agrícola. Interessado ABEMA, mas tem um parecer da SQA. A Grícia que ficou de comentar sobre isso,
3106 Grícia, por favor.

3107
3108 **Cláudio Darwin Alonso (GOVERNO - SP)**

3109
3110 Eu só gostaria de fazer um esclarecimento inicial, eu vendo a documentação da ABEMA, o nome inclusive é um
3111 nome errado, tudo bem, são pequenas palavras que às vezes que a mim me assustou. Na realidade, não é a
3112 discussão sobre a importação. O que a ABEMA propõe é: "*utilização dos resíduos industriais.*", não é importação
3113 é utilização, quando importação pode ser considerada ou não, que está praticamente banida, em todo caso, mas a

3114 proposição correta da ABEMA é: “*utilização de resíduos industriais com fornecedores de elementos*
3115 *micronutrientes de insumos agrícolas*”, não tem nada a ver com importação. A essência... a documentação da
3116 ABEMA e tal, eu entendo até que às vezes... eles falam até que tem problema de importação e tal.

3117
3118 **[Interlocutor fora do microfone]**

3119
3120 **Cláudio Darwin Alonso (GOVERNO - SP)**

3121
3122 Isso, não é pra isso, é para utilização. É só pegar a documentação da ABEMA que a gente percebe que tem um
3123 pequeno erro, que causa um certo espanto. Não é sobre importação, é utilização.

3124
3125 **Maria Grícia L. Grossi (SQA/MMA)**

3126
3127 Nós até entendemos essa demanda ABEMA, a gente nem ia discutir a questão da importação, até porque tem a
3128 resolução 23 que já trata dessa questão da importação. Então nós não íamos entrar no mérito. Com relação a
3129 essa questão de uso agrícola a gente entende, que acho que antes até de a gente entrar nessa discussão, valeria
3130 a pena a gente discutir a revisão da 23, que ela vai tratar dos resíduos perigosos, claro que no âmbito de
3131 importação, mas acho que para a gente é importante, até porque a norma da ABNT, a 1004, ela foi revisada em
3132 2004 e a gente entende que ficaram algumas coisas meio deficientes em função do que tinha na outra. Então a
3133 gente traria essa discussão e até o formulário... atualizar essa resolução. É para uso dessa questão de uso
3134 agrícola, acho que vale a pena a gente colocar um cenário que tenha a agricultura, o Ministério da Agricultura,
3135 eles em janeiro de 2004 fizeram um decreto, para regulamentar uma lei desde 80, para registro de fertilizantes e
3136 nesse.... acho que é o Artigo 16, ele menciona a questão de uso de material secundário. Isso é uma coisa que...
3137 para você poder registrar você precisa de um parecer conclusivo dos órgãos ambientais, e logo em seguida a isso,
3138 não sei se foi o ano passado, eles fizeram uma norma, uma instrução normativa que ficou em consulta pública
3139 para a gente fazer contribuições e nos falamos que esse assunto não deveria ser discutido só no âmbito, a gente
3140 precisaria de uma discussão mais ampla e que realmente isso era uma questão do Ministério do Meio Ambiente.
3141 Claro que a gente vai ter que tratar isso, porque já tem uma demanda. Mas paralelo a isso o Ministério Público,
3142 também, não sei se foi o Estado de São Paulo, ou Federal, encaminhou com cópia para o Ministério, um
3143 documento se remetendo a essa questão, e dizendo que a questão de resíduos que eles se abstivessem de estar
3144 legislando sobre esse tema e que deixasse isso no âmbito do Meio Ambiente. Então aí nós entramos em conversa
3145 com o pessoal e eles nos sinalizaram que isso poderia ser feito, sim, eles entendiam a preocupação e a relevância
3146 da situação, então que aguardaria eles lançarem então, determinando esses valores para resíduos.... é... material
3147 secundário. E nesse sentido, nós fizemos o nosso parecer e aí a gente até fala: nem encerramos a questão da
3148 importação, nós achávamos que seria interessante num primeiro momento, fazer uma revisão da resolução 23 e
3149 paralela a isso, então, que a gente promova uma discussão entre os Estados, os órgãos Estaduais de Meio
3150 Ambiente no sentido de harmonizar o entendimento do setor ambiental brasileiro sobre o tema, porque a gente
3151 sabe, que essa discussão de uso de resíduos na agricultura, está sendo bastante difuso, uma coisa é você pegar
3152 o resíduo, extrair aquilo que é essencial para o insumo agrícola e outra coisa é você pegar o resíduo, triturar e
3153 diluir isso no meio, como um princípio da diluição. Esse é um problema muito delicado e acho que antes de a
3154 gente entrar nessa discussão, num Grupo de Trabalho, valeria a pena ouvir os Estados, como é que estão essas
3155 situações e aí sim depois desse subsídio a gente poderia estar pensamento em criar um Grupo de Trabalho para
3156 estar discutindo isso. Essa foi a nossa contribuição e a conclusão que a gente está trazendo.

3157
3158 **Roberto Monteiro (CONSELHEIRO HONORÁRIO)**

3159
3160 Eu só gostaria de fazer um comentário até contraponto à Grícia, que na verdade a questão de importação de
3161 resíduos foi colocada aqui, porque a primeira colocação que estava lá é importação de resíduos industriais. Essa
3162 importação já é proibida e diz a Convenção Internacional que não permite, esses transportes fronteiriços de
3163 resíduos perigosos, seja para que coisa for, seja para que processo for. Então, não cabe e não cabe nem revisão
3164 da 23 com relação à importação, que a gente vai continuar não-permitindo importação. Agora, o que eu verifico aí
3165 que nós estamos numa situação muito semelhante, muito parecida com lodo de esgoto. Provavelmente a gente
3166 vai ter que cair num Grupo de Trabalho, envolvendo agricultura, vendo os interesses da agricultura em termos de
3167 nutrientes e os interesses ambientais em termos das concentrações admissíveis de saldo. Então nós temos que
3168 nos limitar a esse enfoque da questão. E ela, sim... e aí é questão de ver estrategicamente qual é o momento para
3169 se fazer isso. Importação, discordo de você com relação à revisão, já que está vetada essas importações e
3170 trabalharmos na mesma ótica, na mesma linha metodológica da lodos e esgotos, para ver exatamente os
3171 benefícios de agricultura e benefícios ambientais. Tentando evitar o mascaramento de querer ocultar metais num
3172 processo de diluição. Mas o que eu vejo é dessa forma. E sem falar nas importações como o colega lá colocou.

3173
3174 **José Cláudio Junqueira Ribeiro (GOVERNO - MG)**

3175
3176 Cláudio.

3177
3178 **Cláudio Darwin Alonso (GOVERNO - SP)**

3179

3180

Eu concordo e acho que o paralelo que o Roberto faz, eu faço exatamente num paralelo, entre o resíduo... o lodo e o... a forma de tratar, não é? Não os resultados... é igual, eu discordaria um pouco do encaminhamento proposto pela SQA porque eu acho que ele demora. Pedir que os Estados façam um seminário ou algo que o valha, depois criar o Grupo, eu acho que o próprio Grupo pode promover esse seminário, eu acho importante, mas o Grupo criando ele já tem compromissos com prazos, estruturas, entendeu? Portanto, se a gente deixar assim, não amarrados, não desfazemos o seminário, a gente pode sair daqui com a boa intenção, mas a gente tem um pouco tempo. Eu acho que um grupo, ele poderia incorporar de imediato, esta proposição de começar com um seminário de homogeneização. A proposta que você fez eu não sei reproduzir com detalhe, mas eu entendi, na verdade, chamar os Estados para discutir. Eu acho que o Grupo faria com mais agilidade. Então, eu criaria um Grupo já com a primeira tarefa, essa, por questão... se vocês virem esses relatórios aqui, eu prefiro não lê-los, mas alguém quiser ler está aqui. Tem algumas coisas muito estranhas acontecendo no país, sabe. Muito.

3191

Zuleica Nycz (APROMAC)

3192

3193

Grícia? Eu queria entender o que está acontecendo porque... primeira pergunta: e já estão usando resíduos perigosos para produção de fertilizantes? A segunda é a seguinte: porque tem um projeto, não é? Está dentro dos documentos desse item de pauta, um projeto... a referência a um projeto de instrução normativa do Ministério da agricultura, que submeteu a consulta pública em 2005, um ano atrás exatamente, 25 de abril, visando aprovar aos limites máximos de agentes, tipo tóxicos, patogênicos, metais pesados, etc., etc. nos fertilizantes, corretivos e inoculantes biofertilizantes. A necessidade de... o que eu estou preocupada é o seguinte: a gente deve normatizar isso ou isso deve continuar proibido? porque o uso de resíduos perigoso para... é possível do ponto de vista técnico, um controle de fiscalização de que os órgãos ambientais estão preparados ou isso deve ser proibido? Então, são duas perguntas que eu te fiz, se já estão usando ou se está proibido na sua opinião...

3203

Sérgia de Souza Oliveira (SQA/MMA)

3204

3205

Eu vou te responder mais a segunda parte do que a primeira, apesar de a gente saber que alguns Estados têm autorizado esse tipo de uso. Mas em outubro do ano passado, a agricultura fez uma reunião e ela apresentou um resultado da consulta pública dessa instrução normativa e nós fomos justamente, como a finalidade de informar que eles não poderiam elaborar uma instrução normativa enquanto não fosse regulamentada a 11.617 que passava para a área ambiental a competência para autorizar ou não o uso daquele produto, é mesmo que lavar as mãos: "Olha, se o órgão ambiental disser ok, você podem usar. Então essa consulta pública foi feita, nós pedimos que eles esperassem, que não publicassem a instrução normativa porque aquilo não estava legalizado no que se refere ao Artigo 16 do decreto. E eles falaram: "Então, tudo bem, nós não vamos publicar a instrução normativa". Entretanto eles falam que isso é uma demanda muito grande no setor agrícola, mas durante... os próprios técnicos, vários especialistas que estavam presentes e entre eles mesmo como é um produto que é heterogêneo, porque você mistura resíduos de várias experiências, você não consegue ter um resultado homogêneo em termos do que você já tem metais, então a gente queria determinar, padrões, níveis de metais bastante restritivos para que você pudesse "garantir", vou colocar entre aspas aqui, o resultado final não fosse um resultado que pudesse acarretar problemas. Mas entre eles mesmos existe muita dificuldade na questão da metodologia de análise desse material de se determinar, se é por via longa, como que o metal vai estar apresentado no final, alguns consideram que alguns metais, como o níquel, por exemplo, não podem ser considerados como tóxico do ponto de vista deles. Então, existe uma série de problemas que têm que ser harmonizados por questões metodológicas, técnicas, a gente imagina que a produção dessa instrução normativa ainda demanda uma série de correções de ajustes é muito difícil que ela saia rápido mesmo que, ele falou assim: "Então nós vamos publicar instrução normativa só colocando os níveis entre si, não vamos falar nada da área ambiental, nós vamos dizer que o produto final tem que ter tal nível de metal e bastante restritivo", eu falei: "Olha, vocês não vão conseguir fazer isso porque nem vocês mesmo sabem qual é o nível adequado de metal". Nesse sentido a gente acha que essa normativa está parada na agricultura, está na jurídica deles, e eles já nos contataram várias vezes pedindo que a gente trabalhe na regulamentação do decreto, eles têm abertura para regulamentar o decreto, eu acho que enquanto não tiver saneado esse problema do decreto que é maior do que a instrução, a gente não consegue ir para frente.

3230

Zuleica Nycz (APROMAC)

3231

3232

Não é recomendável a gente criar um GT nessa altura do processo.

3233

Sérgia Oliveira (SQA/MMA)

3236

3237

Eu acho assim, no meu ponto de vista, eu acredito que primeiro nós temos que normatizar, como que nós vamos regulamentar, o Artigo 16 do decreto deles, que passa por setor ambiental, os órgão ambientais, a competência, a autorizar o uso daquele resíduo, por isso que a Grícia colocou a questão de você primeiro esclarecer os órgãos ambientais com relação a isso, para depois a gente partir para a regulamentação e você vai ter que chegar para os órgãos ambientais que têm uma competência muito maior, tem outros que têm a estrutura mais eficiente, você não consegue... você não consegue... por isso que nós optamos por essa solução, de primeiro a gente esclarecer

3243

3244 o que nós vamos querer, porque quando for colocar o órgão ambiental para licenciar uma atividade. Primeiro nós
3245 temos que fazer esse esclarecimento para depois sim, regulamentar o Artigo 16, o decreto e aí você partir
3246 realmente para autorizar isso de uma forma que você consiga realmente regulamentar...

3247
3248 **Zuleica Nycz (APROMAC)**

3249 Nós temos uma dúvida...

3250
3251
3252 **Sérgia Oliveira (SQA/MMA)**

3253
3254 Tem órgãos ambientais que tem muito mais vivência em aplicar, eu quero até me esclarecer mais, mas eu acho
3255 que do ponto de vista legal, o fato do decreto ser um Artigo que passa para o setor ambiental uma competência, e
3256 a gente não ter ainda regulamentado esse Artigo, eu acho que nós ficamos meio que capenga daí para frente.

3257
3258 **Cláudio Darwin Alonso (GOVERNO - SP)**

3259
3260 Estão existindo muitos problemas em relação a isso. Sob o título de “produtos puros” – eu tentar descaracterizar o
3261 santo depois quem quiser fale com o Ministério Público e ele te diz – sob o título de “produtos puros” estão sendo
3262 importados os resíduos. Sob o título de “resíduos” estão sendo utilizados resíduos perigosos. A situação não está
3263 fácil, porque alguns resíduos constam... me parece que está acontecendo o seguinte: eles chegam no estado de
3264 São Paulo, que está sendo extremamente rigoroso, não só quanto ao órgão de realização, como também em
3265 relação à atuação do Ministério Público, então esse produto não está sendo processado em São Paulo. Então,
3266 qual tem sido a alternativa? Manda-se para outros Estados sob o título “vão descartar lá” e ele volta reprocessado
3267 como sendo um produto bonzinho. Um conjunto de irregularidades está ocorrendo. Eu entendo que precisa de
3268 regulamentação do decreto não sei o que, aí, enfim, não é? Pouco me importa, tem que haver uma
3269 regulamentação. Eu entendo isso, mas dada a gravidade da coisa eu preferiria que mesmo sem a
3270 regulamentação, se criasse um Grupo de Trabalho, porque essa regulamentação, a gente sabe o que ela vai
3271 dizer. Ela vai transferir para o Meio Ambiente essa responsabilidade. Poderemos, no momento que ocorre isso, já
3272 estar com a resolução pronta em nível de plano imediato. Agora, se... atrasar por quê? A gente sabe que o decreto
3273 não vai falar nada além disso, ou estou errado? Que vai transferir a responsabilidade para o Meio Ambiente? É
3274 essa? Ele vai falar mais que isso? Não. Então nós poderemos, paralelamente... sabemos como é que isso. Ele
3275 pode demorar um mês; dois meses; cinco meses; oito meses, mas na hora que ele estiver consolidado nós
3276 podemos estar com a resolução pronta. Ou senão nós esperamos oito meses para criar um Grupo de Trabalho e
3277 mais oito para evitá-lo. Eu acho que para ganhar tempo e agilidade nesse paquiderme, chamado “Estado
3278 Brasileiro”, poderemos agilizar já com perspectiva de não poder evitar quando o decreto estiver regulamentado.

3279
3280 **[Interlocutor fora do microfone]**

3281
3282 **José Cláudio Junqueira Ribeiro (GOVERNO - MG)**

3283
3284 Pelo que eu estou entendendo, há um consenso na Câmara, que nós não criaríamos um GT até que fosse
3285 regulamentado...

3286
3287 **[Interlocutor fora do microfone]**

3288
3289 **Cláudio Darwin Alonso (GOVERNO - SP)**

3290
3291 Veja, eu acho que está havendo uma confusão. Resíduo, não necessariamente é resíduo perigoso. Existem
3292 resíduos que, por sorte, pode ser dada uma alternativa para ele que facilite até o próprio gerenciamento desse
3293 resíduo. Ninguém está falando: “Vou regulamentar resíduo perigoso”. Eu quero é que se regulamente o resíduo e
3294 proíba o perigoso, mas precisa ficar claro quem é que um e quem que é outro. O resíduo, não necessariamente é
3295 perigoso, ele pode ser. Então, isso na norma, ela pode deixar claro quem é quem.

3296
3297 **José Cláudio Junqueira Ribeiro (GOVERNO - MG)**

3298
3299 O que o Cláudio está dizendo, é de repente é melhor você ter o GT até para discutir as questões e o GT pode até
3300 chegar à conclusão que depende da regulamentação do decreto, mas ele pode fazer propostas de como se
3301 adequar à essa regulamentação. Porque acho que tem que um lado que nós temos que pensar, porque pior de
3302 tudo é não ter regulamentação. Porque fica um vácuo aí, não é? Ninguém nunca deliberou sobre a matéria, então
3303 ninguém age. Até mesmo para uma posição mais radical de proibição completa, o GT seria importante até para
3304 poder chegar a essa conclusão. Mas eu teria uma regulamentação num extremo de proibindo tudo e num outro de
3305 liberando em alguns casos. Não consigo ver onde que o GT prejudicaria.

3306
3307 **Zuleica Nycz (APROMAC)**

3308

3309 Eu entendo que... bom, isso tudo é gasto público e problemas da Câmara Técnica, vamos criar um Grupo, nós
3310 temos que trabalhar rápido, têm vários... se há uma recomendação de que a grande precisa de mais um tempo e
3311 esse GT, por mais que ele discuta um monte de coisa, ele pode acabar dando também, em nada, ou se ele vai
3312 auxiliar no plano de gerenciamento de gestão de resíduos do país, tudo bem, eu só queria saber se esse esforço
3313 tem gente suficiente, a gente não consegue acompanhar tudo, então, havendo uma recomendação de que é
3314 necessária, primeiro, uma regulamentação, tem um prazo, a gente tem alguma idéia que quanto leva esse
3315 processo de regulamentação de processo? Qual é a posição do Ministério? Se eles estão dispostos a colaborar?
3316 O que está acontecendo?

3317
3318 **Sérgia Oliveira (SQA/MMA)**

3319
3320 Esses órgãos ambientais têm que dar um parecer conclusivo, sobre a viabilidade do uso de resíduos e aí nós
3321 caímos nessa questão do esclarecimento. Porque o que nós temos que fazer é delegar para os órgãos ambientais
3322 uma atividade que talvez você não consiga exercitar a contento, então, é nesse sentido que a gente pede porque
3323 acho que se nós começarmos a discutir, lá no final, sem saber o que é exatamente um parecer conclusivo eu acho
3324 que talvez a gente atrepele. Mas eu concordo com o Dr. Cláudio quando ele fala que a agricultura tem uma
3325 preocupação muito grande, porque eles mesmos já manifestaram com relação à dificuldade...

3326
3327 **José Cláudio Junqueira Ribeiro (Governo MG)**

3328
3329 De repente a própria criação do GT pode pressionar uma agilidade aí na... gente! Estamos devidamente
3330 esclarecidos? Nós vamos encaminhar para votação então, se nós vamos criar o GT agora ou se vamos aguardar
3331 amadurecer e essa discussão voltar em outra época. Viu, Zuleica? Nós vamos votar se criamos o GT agora ou se
3332 vamos amadurecer mais a idéia e voltar a discutir isso em outra oportunidade. Então vamos começar por você.

3333
3334 **Zuleica Nycz (APROMAC)**

3335
3336 Na minha opinião é amadurecer um pouco mais a idéia e acompanhar... eles estão sempre com a gente aqui o
3337 pessoal do SQA. A gente acabou de criar, tem dois, três, e quatro, cinco GT's já em andamento, eu deixaria para
3338 a próxima reunião da Câmara Técnica, quem sabe algum relato... um relato poderia justificar ou não a criação
3339 desse GT, na minha opinião.

3340
3341 **Cláudio Darwin Alonso (GOVERNO - SP)**

3342
3343 Eu posso até concordar até com isso, desde que a gente tenha um compromisso de colocar como pauta nem que
3344 seja como um informe, e até nós pensarmos um pouco e na própria criação do GT não seria contra postergar para
3345 a próxima, mas eu gostaria de garantir isso como pauta.

3346
3347 **André Aliana (ANAMMA)**

3348
3349 Isso tem acordo.

3350
3351 **José Cláudio Junqueira Ribeiro (GOVERNO - MG)**

3352
3353 Então, parece que tem acordo, não é? Zuleica. Nós colocaríamos, voltariamos com isso na pauta para uma
3354 reavaliação na próxima reunião.

3355
3356 **Marco Antonio Ramos Caminha (FIESP)**

3357
3358 Nós estamos de acordo também e essa é a nossa recomendação, em função do que a SQA colocou não é? Lá
3359 na CNI, ela se posiciona assim também, é amadurecer um pouco mais a idéia e essa idéia de colocar na pauta da
3360 próxima reunião, é interessante para a gente também, e ter um relato da SQA na próxima reunião sobre o
3361 assunto.

3362
3363 **José Cláudio Junqueira Ribeiro (GOVERNO - MG)**

3364
3365 Então, a decisão é reavaliar essa questão, na próxima reunião isso entrar na pauta na pauta para uma
3366 reavaliação. O próximo processo é referente à proposta de revisão da resolução COANAM 307/02, qual que é
3367 essa?

3368
3369 **[Interlocutor fora do microfone]**

3370
3371 **José Cláudio Junqueira Ribeiro (GOVERNO - MG)**

3372
3373 *"Informe sobre o assunto. Definição de encaminhamentos". Esse informe é da Secretaria?*

3374
3375
3376
3377
3378
3379
3380
3381
3382
3383
3384
3385
3386
3387
3388
3389
3390
3391
3392
3393
3394
3395
3396
3397
3398
3399
3400
3401
3402
3403
3404
3405
3406
3407
3408
3409
3410
3411
3412
3413
3414
3415
3416
3417
3418
3419
3420
3421
3422
3423
3424
3425
3426
3427
3428
3429
3430
3431
3432
3433
3434
3435
3436
3437
3438

[Interlocutores fora do microfone]

Ruth Rodrigues Tabaczinski (CONAMA)

É um ofício da SODERMA, que ele pede alteração do prazo da resolução 307/02, "Resíduos da Construção Civil", que tinha aquele prazo para os municípios cumprirem. A solicitação: "*Seja elaborado uma proposta de resolução CONAMA dilatando o prazo estabelecido no Artigo 11º da resolução 307, de 5 de junho de 2002, na medida em que, acreditamos poucos foram os municípios que elaboraram os seus planos integrados de gerenciamento de resíduos da construção civil, determinados naquela resolução*". Item 2: "*Sejam analisados ao demais prazos determinados naquela resolução para que haja o seu real cumprimento*", e que, "*Seja elaborado uma Moção endereçada às Prefeituras Municipais solicitando as providências previstas naquela resolução*". E esse ofício foi endereçado à ANAMMA para que desse um parecer a respeito do assunto. Foi em maio de 2004 e aí não teve uma resposta. Aí em abril de 2005 a Berenice pediu uma cópia do processo para dar um parecer e aí nós estávamos aguardando até agora e como não houve nenhum encaminhamento veio para a Câmara Técnica deliberar sobre esse assunto.,o que faz?

André Aliana (ANAMMA)

A Berenice era a presidente da ANAMMA e depois teve uma mudança da gestão da ANAMMA, e na verdade é o seguinte...

Ruth Rodrigues Tabaczinski (CONAMA)

A Berenice era presidente da ANAMMA.

André Aliana (ANAMMA)

Isso, era presidente da ANAMMA. Na verdade, a Ruth me ligou a 10 dias atrás mais ou menos e eu quero me penitenciar aqui que não cumpra a tarefa e fazer, na verdade, eu solicitei ao Ney etc e tal, que embasasse, à nossa atual presidente, mas eu pediria aí para a gente passar para a próxima reunião e me comprometo que para a próxima a gente traz um parecer conclusivo disso aqui.

José Cláudio Junqueira Ribeiro (GOVERNO - MG)

O conselheiro André pede que dê mais um prazo a ele para a próxima reunião, para ANAMMA fazer o parecer. Eu acho que é mais que justo porque é fundamental o parecer da ANAMMA com relação à essa matéria. Estamos todos de acordo? Então, para a próxima reunião o assunto será relatado pelo conselheiro André. O próximo item é o processo que "*Requer GT AD HOC com a finalidade de apurar denúncias de irregularidades no uso de fiscalização de terrenos baldios, como depósito de resíduos perigosos, sólidos, líquidos e gasosos em risco ao meio ambiente e à saúde humana*", interessado APEDEMA/RJ. Eu só queria perguntar à Ruth, se isso é regimental, se isso está dentro das atribuições de um GT, apurar denúncias de irregularidade?

[Interlocutor fora do microfone]

José Cláudio Junqueira Ribeiro (GOVERNO - MG)

Pois é, eu não conheço bem o regimento, só queria saber se é competência de GT apurar denúncia? Porque se não é, está prejudicada a...

Ruth Rodrigues Tabaczinski (CONAMA)

Não, está encaminhada à Câmara Técnica para deliberar sobre esse assunto.

José Cláudio Junqueira Ribeiro (GOVERNO - MG)

Mas aqui está escrito: "*Requer GT*", parece que a solicitação dele é de criar GT para apurar a denúncia.

Ruth Rodrigues Tabaczinski (CONAMA)

Não, então. A Câmara Técnica decide, vai criar GT para isso ou não?

José Cláudio Junqueira Ribeiro (GOVERNO - MG)

Eu perguntei: isso é regimental, é previsto numa atribuição de GT?

3439
3440
3441
3442
3443
3444
3445
3446
3447
3448
3449
3450
3451
3452
3453
3454
3455
3456
3457
3458
3459
3460
3461
3462
3463
3464
3465
3466
3467
3468
3469
3470
3471
3472
3473
3474
3475
3476
3477
3478
3479
3480
3481
3482
3483
3484
3485
3486
3487
3488
3489
3490
3491
3492
3493
3494
3495
3496
3497
3498
3499
3500
3501
3502
3503

Ruth Rodrigues Tabaczinski (CONAMA)

Não...

José Cláudio Junqueira Ribeiro (GOVERNO - MG)

Então, acho que o caso de recusar, porque...

[Interlocutor fora do microfone]

José Cláudio Junqueira Ribeiro (GOVERNO - MG)

É, para propor normas ao CONAMA.

Zuleica Nycz (APROMAC)

Eu vou responder em nome da APEDEMA/RJ. Quem fez essa proposta foi o Miguel Dupot que é conselheiro detalhista titular da região Sudeste no CONAMA. Como ele é uma das pessoas, inclusive contaminada por ter vivido ou morado numa dessas áreas no Rio de Janeiro, ele... a preocupação dele eu entendo qual é perfeitamente, eu vou propor à APEDEMA que refaça o pedido desse GT no sentido de ele auxiliar a gente na criação de alguma posição melhor para levantamento quem sabe, uma vez ele já chegou a fazer uma Moção pedindo isso no CONAMA não sei se vai ser aprovado, vai ser... vai entrar na pauta agora, demorou muito, entro isso... foi no ano passado. Eu vou dar uma olhada no teor da Moção dele e tentar... verificar o que é possível fazer dentro da preocupação dele e tentar traduzir a preocupação dele...

José Cláudio Junqueira Ribeiro (GOVERNO - MG)

Eu acho que nós não podemos ficar inventando história não. Eu estou entendendo que o problema dele é o seguinte: tem irregularidade. Ele deveria se encaminhar ao órgão estadual. Ao que tudo indica isso não está tendo solução. A legislação é muito clara, supletividade do órgão federal, IBAMA. A minha proposta é encaminhar isso ao IBAMA para o IBAMA agir supletivamente. Apurar irregularidade ou é o órgão estadual ou é o órgão federal supletivamente.

Zuleica Nycz (APROMAC)

Não, você não entendeu o que eu quis dizer. Eu entendo que um GT que vai apurar denúncias e irregularidade não é possível. O que eu estou querendo dizer, o que eu quero traduzir com eles, conversar com eles, tentar traduzir. Qual é a necessidade que ele tem após isso aqui, se a gente conseguisse avançar um pouco na preocupação dele e entender o que ele está propondo e se isso é possível dentro do regimento interno para essa Câmara Técnica, um outro pedido de GT. É isso que eu quero fazer, eu proponho que eu encaminhe isso. Eu como conselheira me comprometo a fazer isso.

José Cláudio Junqueira Ribeiro (GOVERNO - MG)

Mas esse está prejudicado?

Zuleica Nycz (APROMAC)

Pode não ser um GT, pode ser qualquer outra coisa. Se ele quer uma resolução que lide, ele tem que rever esse pedido de GT. Eu quero traduzir o que ele quer. Antes de mais nada, consultar o...

José Cláudio Junqueira Ribeiro (GOVERNO - MG)

Mas Zuleica, você concorda que esse está prejudicado?

Zuleica Nycz (APROMAC)

Concordo. Eu estou dizendo que, além de estar prejudicado... apesar de estar prejudicado...

José Cláudio Junqueira Ribeiro (GOVERNO - MG)

Ele pode encaminhar outro.

Zuleica Nycz (APROMAC)

3504
3505
3506
3507
3508
3509
3510
3511
3512
3513
3514
3515
3516
3517
3518
3519
3520
3521
3522
3523
3524
3525
3526
3527
3528
3529
3530
3531
3532
3533
3534
3535
3536
3537
3538
3539
3540
3541
3542
3543
3544
3545
3546
3547
3548
3549
3550
3551
3552
3553
3554
3555
3556
3557
3558
3559
3560
3561
3562
3563
3564
3565
3566
3567
3568

Ele pode encaminhar outro. E eu me comprometo a fazer essa...

José Cláudio Junqueira Ribeiro (GOVERNO - MG)

Se todos estão de acordo nós vamos julgar que essa demanda está prejudicada porque não compete ao GT apurar irregularidades? De acordo? Vamos comunicar a ele que o GT não tem essas competências, portanto, a demanda dele ficou prejudicada.

Zuleica Nycz (APROMAC)

Então eu proponho que nós... ele tem uma Moção no CONAMA, não tem...?

José Cláudio Junqueira Ribeiro (GOVERNO - MG)

Não, nós vamos devolver para o CONAMA. Então, nós vamos devolver para quem nos encaminhou.

Zuleica Nycz (APROMAC)

Na próxima reunião eu prometo já com 15 dias, 5 dias de antecedência, se for o caso, apresentar um novo requerimento, ok?

José Cláudio Junqueira Ribeiro (GOVERNO - MG)

O outro processo é: "*Proposta de criação de GT para legislar sobre aterro simplificado*". Esta é uma proposta do SQA/MMA. Não sei nem o que é aterro simplificado, eu pediria ao SQA... o que é aterro simplificado?

[Interlocutores fora do microfone]

Moema Rocha de Sá (SQA/MMA)

Só para explicar. Essa proposta também é decorrente de um seminário nos mesmos termos do DIEF. Só para esclarecer aqui o consenso, quando nas Plenárias teve votação maioria de votos. Então sempre têm os insatisfeitos e os que viram atendidas as suas preocupações. Então, teve esse seminário de ETE's, uma demanda de ação conjunta ao Ministério das Cidades e MMA em função de financiamentos, então foram reunidos vários grupos e foi então feita a proposta de uma minuta de resolução para licenciamento ambiental de sistema de disposição final de resíduos sólidos urbanos. É isso, eu não sei onde vocês acharam esse nome.

[Interlocutor fora do microfone]

Moema Rocha de Sá (SQA/MMA)

É a simplificação de processo de licenciamento.

[Interlocutor fora do microfone]

José Cláudio Junqueira Ribeiro (GOVERNO - MG)

Na verdade é uma proposta de SQA que veio de um seminário também de criar um GT, a exemplo de ETE para...

[Interlocutor fora do microfone]

José Cláudio Junqueira Ribeiro (GOVERNO - MG)

Não, o outro só foi para ETE.

[Interlocutor fora do microfone]

José Cláudio Junqueira Ribeiro (GOVERNO - MG)

Só que agora é só para aterro sanitário, o paralelo, não houve a criação dele.

[Interlocutor fora do microfone]

José Cláudio Junqueira Ribeiro (GOVERNO - MG)

3569

3570

Não houve porque o Sérgio do Ministério das Cidades entendeu que a grande demanda era para ETE, interceptores e emissários e aí o Rosalvo concordou que isso já estaria ok. Então aquele em paralelo não houve. Agora há o pedido para um em paralelo só para aterros sanitários, não é? Para... procedimentos simplificados e licenciamentos... não é só aterro, disposição de resíduos sólidos urbanos.

3571

3572

3573

3574

3575

Moema Rocha de Sá (SQA/MMA)

3576

Então, isso também vem de encontro a uma demanda do Governo Federal, um lançamento da FUNASA que são milhões de reais que estão parados precisando aí de uma gestão, no sentido da simplificação dos licenciamentos

3577

3578

3579

Cláudio Darwin Alonso (GOVERNO - SP)

3580

3581

Eu gostaria de fazer uma observação, pelo fato até de participar de duas Câmaras. As demandas para essas duas Câmaras, de qualidade e de resíduos, a grosso modo, para a criação de GT elas têm sido muito grande. Estas Câmaras estão engessadas com regimentos que não permitem quaisquer manobras, principalmente em número de GT's eu sou contra a criação em função dos... eu vou ser contra de criação de qualquer GT a partir de agora.

3582

3583

3584

3585

3586

José Cláudio Junqueira Ribeiro (GOVERNO - MG)

3587

3588

Tem um número máximo de GT previsto no regimento?

3589

3590

Cláudio Darwin Alonso (GOVERNO - SP)

3591

3592

Não tem, mas qual é a limitação? Ela obriga, ao contrário da anterior que um de nós sejasmos...

3593

3594

José Cláudio Junqueira Ribeiro (GOVERNO - MG)

3595

3596

Eu só pedir a Ruth para informar quantos GT's... outro dia eu estava me perguntando: "Quantos GT's nós temos hoje?"

3597

3598

3599

[Interlocutor fora do microfone]

3600

José Cláudio Junqueira Ribeiro (GOVERNO - MG)

3601

Porque tem o GT de ETE, tem o GT de movimentação de resíduos perigosos, interestadual, tem...

3602

3603

[Interlocutor fora do microfone]

3604

3605

José Cláudio Junqueira Ribeiro (GOVERNO - MG)

3606

3607

Não, "pilhas e baterias" já acabou.

3608

3609

[Interlocutor fora do microfone]

3610

José Cláudio Junqueira Ribeiro (GOVERNO - MG)

3611

Do amianto, ETE e movimentação de resíduos, três. São três. Agora nós temos que ver se tem disposição. Porque eu quero saber se trem aqui algum conselheiro disposto a... porque se não tiver nós vamos ter que aguardar. Agora, se tiver, podemos até discutir.

3612

3613

José Cláudio Junqueira Ribeiro (GOVERNO - MG)

3614

3615

Marco Antonio Ramos Caminha (FIESP)

3616

3617

Nós temos três, são sete conselheiros talvez se há disposição e disponibilidade também, quer dizer, a questão da prioridade também porque vai criando, criando, daqui a pouco aparece um realmente prioritário e não tem como, esse é que é problema também, precisa dar uma avaliada nisso.

3618

3619

André Aliana (ANAMMA)

3620

3621

Todo mundo sabe do problema que é os lixões nesse país, e essa proposta... a proposta final de minuta do licenciamento ambiental, traz na verdade a preocupação de facilitar, liberar a possibilidade de EIA-RIMA para Municípios, principalmente que têm menos de 30 mil habitantes, Municípios que produzam até 30 toneladas, é uma preocupação, porque efetivamente hoje, nós inviabilizamos os aterros sanitários em pequenos Municípios em função de tudo que ocorre. Então os Municípios vêm isso como um debate importante a ser feito, principalmente

3622

3623

3624

3625

3626

3627

3628

3629

3630

3631

3632

3633 para os pequenos municípios. Então se não tiver outro conselheiro eu me coloco à disposição par coordenar e
3634 sem problemas por causa da responsabilidade aí.

3635
3636 **Helder Naves Torres (MME)**

3637
3638 Eu só quero dar uma contribuição para os senhores conselheiros, inclusive para o André. Existe uma resolução do
3639 CONAMA que trata especificamente desse tema, porque o EIA-RIMA era exigido em qualquer tipo de aterro
3640 sanitário, houve uma exigência, foi feita uma resolução do CONAMA, eu não me lembro o nome, se não me
3641 engano ela foi publicada ou em 2002 ou em 2003, eu não me lembro... tratando disso, Municípios de menos de 30
3642 mil habitantes, até o Governo do Paraná queria que alterasse para 50 mil habitantes, para essa simplificação.

3643
3644 **Moema Rocha de Sá (SQA/MMA)**

3645
3646 É essa resolução. É essa 308/02, ela não está contemplando o licenciamento para os Municípios de pequeno
3647 porte, diversos problemas foram detectados, analisados no âmbito desse seminário.

3648
3649 **Helder Naves Torres (MME)**

3650
3651 Em cima dela...

3652
3653 **Moema Rocha de Sá (SQA/MMA)**

3654
3655 Em cima dessa resolução, ela foi debatida Artigo por Artigo e foi adequada, visando viabilizar o licenciamento
3656 ambiental e votando... porque tem equívocos de interpretação, é exigência de EIA-RIMA quando é descabido,
3657 então a gente remete para a 237, que a 237 faculta você usar procedimento de simplificação. Então de fato existe
3658 a 308, ela é relativamente recente mas ela já aponta problemas que dificulta a questão do licenciamento no âmbito
3659 dos Municípios, daí porque a revisão. Então é a revisão da própria.

3660
3661 **José Cláudio Junqueira Ribeiro (GOVERNO - MG)**

3662
3663 Perfeito, então eu estou entendendo que nós podemos juntar os dois itens?

3664
3665 **[Interlocutor fora do microfone]**

3666
3667 **José Cláudio Junqueira Ribeiro (GOVERNO - MG)**

3668
3669 Com certeza. O item 27 e 29, criaria o GT e nesse trabalho ele já proporia a revisão necessária na 308. E o
3670 conselheiro André se coloca aí à disposição com coordenador. Então coloco em votação, se todos estiverem
3671 favoráveis permaneçam como estão. Então, a Câmara está aprovada a criação do GT, e aí para atender o 2.7 e o
3672 item 2.9. Correto conselheira Ruth?, já considera isso. É, porque como a Moema explicou a proposta de alteração
3673 da 308 é exatamente para resolver essa questão, ok? E o próximo item é o item então, é o 2.8, "*Proposta de*
3674 *revisão da resolução 004/1995*", interessada SQA e MMA.

3675
3676 **Moema Rocha de Sá (SQA/MMA)**

3677
3678 Essa resolução 04/1995 ela aponta necessidade de afastamento das áreas de aterro sanitário em relação aos
3679 aeroportos. E aí, no debate técnico foi colocado na medida em que você tem aterros sanitários você tem
3680 condições sanitárias que evitam a aproximação de aves. E essa resolução na sua vigência está sendo impeditiva
3681 para o licenciamento ser conduzido pelos estados. Então, o que é que eles estão colocando? - porque a resolução
3682 em si trata de vazadouros, não trata do tema "aterros" – então o que foi sugerido? Que nessa resolução seja
3683 constituído um GT para discuti-la em relação a isso. Primeiro porque a questão que está sendo tratada é aterro,
3684 na medida em que haja aterro você tem condições adequadas que não atrairão animais e viabilizarão a
3685 localização de aterros em áreas não tão distantes, porque hoje tem municípios que em função dessa resolução
3686 não podem abrigar aterros porque a distância atingida é muito grande. Então ela faz parte do contexto desse GT
3687 para licenciamento de aterro.

3688
3689 **Cláudio Darwin Alonso (GOVERNO - SP)**

3690
3691 Dentro do que você falou, eu li essa resolução, eu li atração de pássaros, eu li matadouros, curtumes, vazadouros,
3692 culturas agrícolas e tal... O próprio aterro não é citado. Então por que nós precisamos mexer numa coisa que não
3693 está mexendo com aterro?

3694
3695 **Moema Rocha de Sá (SQA/MMA)**

3696

3697 Porque o nome utilizado nela é vazadouro. Vazadouro no entendimento da área técnica que licencia são áreas de
3698 disposição de resíduos não adequadamente manejadas e instaladas com aterros sanitários e isso está criando
3699 conflito no licenciamento.

3700
3701 **José Cláudio Junqueira Ribeiro (GOVERNO - MG)**

3702
3703 Eu não entendi por que está criando conflito no licenciamento? Porque eu sei que é proibido vazadouro.

3704
3705 **Rita Lima de Almeida (MMA)**

3706
3707 Porque é o seguinte, quando eles vão fazer o licenciamento, aí tem aterro sanitário, os OEMAs estão tendo
3708 dificuldade, porque quando a pessoa chega lá fala “Eu quero um aterro sanitário”. A Resolução 004 de 1995 fala
3709 em vazadouro, vazadouro é lixão. Então com isso eles estão tendo uma dificuldade, inclusive em cumprir essa
3710 legislação.

3711
3712 **José Cláudio Junqueira Ribeiro (GOVERNO - MG)**

3713
3714 Eu continuo não entendendo. Porque ela proíbe vazadouro no plano de aproximação de avião, não é isso?

3715
3716 **Rita Lima de Almeida (MMA)**

3717
3718 Sim.

3719
3720 **José Cláudio Junqueira Ribeiro (GOVERNO - MG)**

3721
3722 Isso é proibido mesmo e eu acho que não deve mudar. Agora, eu não estou entendendo onde está a confusão.
3723 Aterro sanitário não é proibido.

3724
3725 **Rita Lima de Almeida (MMA)**

3726
3727 O problema da legislação é que ela diz que no caso de aterro sanitário vazadouro eles não têm a especificação
3728 aterro sanitário para ter a distância dada pelo Departamento de Aviação Civil, o DAC, que é 20 metros.

3729
3730 **José Cláudio Junqueira Ribeiro (GOVERNO - MG)**

3731
3732 Eu quero entender, porque eu já participei dessa discussão com o DAC. O que o DAC diz é o seguinte: não pode
3733 ter aproximação de aves no cone de aproximação. Agora, a discussão é: um aterro sanitário consegue evitar – ele
3734 fala “foco atrativo de pássaros” - a grande discussão é: aterro sanitário é ou não é foco atrativo de pássaros?

3735
3736 **Roberto Monteiro (CONSELHEIRO HONORÁRIO)**

3737
3738 Depende da operação.

3739
3740 **José Cláudio Junqueira Ribeiro (GOVERNO - MG)**

3741
3742 Exato, depende do manejo. Então, eu não estou entendendo onde que está a discussão. Querem mudar o quê?
3743 Dizer que não vai poder ter aterro sanitário no cone de aproximação, é isso?

3744
3745 **Moema Rocha de Sá (SQA/MMA)**

3746
3747 Na visão dos OEMAs, são duas questões: uma é porque ela define uma distância de 20 quilômetros e tem
3748 municípios que não conseguem ter áreas de aterros em função dessa em função dessa distância efetiva.

3749
3750 **José Cláudio Junqueira Ribeiro (GOVERNO - MG)**

3751
3752 Vinte quilômetros pra aterro ou pra vazadouro?

3753
3754 **Moema Rocha de Sá (SQA/MMA)**

3755
3756 Da distância do vazadouro ou...

3757
3758 **José Cláudio Junqueira Ribeiro (GOVERNO - MG)**

3759
3760 Mas isso eu acho que não deve ser mudado.

3761

3762
3763
3764
3765
3766
3767
3768
3769
3770
3771
3772
3773
3774
3775
3776
3777
3778
3779
3780
3781
3782
3783
3784
3785
3786
3787
3788
3789
3790
3791
3792
3793
3794
3795
3796
3797
3798
3799
3800
3801
3802
3803
3804
3805
3806
3807
3808
3809
3810
3811
3812
3813
3814
3815
3816
3817
3818
3819
3820
3821
3822
3823
3824
3825
3826

José Cláudio Junqueira Ribeiro (GOVERNO - MG)

A gente tem que ver onde está a dúvida. Porque de repente vocês estão querendo dizer que tem OEMA que acha que aterro é vazadouro. Aí é uma questão de...

Moema Rocha de Sá (SQA/MMA)

É exatamente isso que eles querem evitar, é que fique bastante claro nessa resolução...

[Sobreposição de diálogos]

Moema Rocha de Sá (SQA/MMA)

O que eles querem é que fique bem diferenciado, é que vazadouro, até eles rejeitam também completamente. Que haja tratamento distinto porque tem uma norma no DAC que cria impedimento até pra aterro sanitário.

José Cláudio Junqueira Ribeiro (GOVERNO - MG)

Não, isso não é verdade. Isso eu posso garantir porque ela não fala, ela fala em foco atrativo de pássaros, ela não entra no mérito do que vai ser tanto é que o milharal também não pode porque é foco atrativo, ele não fala se é lixo, não pode ter foco atrativo de pássaros. Nós já tivemos problemas desses em Minas, lá com o Aeroporto de Juiz de Fora, e o que o DAC falou foi o seguinte: "Eu quero uma declaração de que esse empreendimento não é foco atrativo de pássaros". Ele não fala se é "vazadouros", o DAC não entra no mérito do que é. Ele fala que no cone de aproximação não pode ter foco atrativo de pássaros.

Roberto Monteiro (CONSELHEIRO HONORÁRIO)

A primeira confusão que está havendo é essa questão de aterro e de vazadouro. Agora, a questão de aterros não há – como o José Cláudio falou - nenhuma restrição a isso, o que existe é restrição a foco atrativo de pássaros. E um aterro mal manejado que não seja recoberto no final do dia é foco atrativo de pássaros. Esse é que é o grande problema. Então não é simplesmente que não pode ter aterro, é aterro mal manejado.

José Cláudio Junqueira Ribeiro (GOVERNO - MG)

Eu até vou mais longe. Eu acho que dependendo do tipo de aterro, mesmo que ele seja bem manejado, eu não assinaria embaixo que ele não é foco atrativo, porque o tempo que você demora no caso, por exemplo, de aterros que nós temos muito grandes, entre espalhar o lixo e recobri-lo ele atrai. Então quem for licenciar que tem que assumir ou não o compromisso. Não adianta eu colocar a cinco quilômetros, se ele for foco atrativo o DAC não vai aceitar.

Cláudio Darwin Alonso (GOVERNO - SP)

Eu acho que o Artigo 2º deve ser cópia de alguma coisa, não deve ser? Porque era exatamente o que você falou eu até vou ler, porque fica bastante claro que eu acho que essa confusão não existe. Dentro da asa que é a área de segurança, não será permitida a implantação de atividade de natureza perigosa, entendidas como foco de atração de pássaros, como por exemplo: matadouros, curtumes, vazadouro de lixo, cultura agrícola que atraem pássaros, assim como quaisquer outra atividade que possam proporcionar, ou seja, atraiu não pode, não atraiu pode, milho não pode, aterro bem manejado pode, aterro mal manejado não pode. Você pode não assinar em baixo, mas eu acho que é claro e justo que eu que ando de avião, eu quero.

Rita Lima de Almeida (MMA)

Porto Seguro ele está menos de 20 Km. Principalmente o aterro quando está em Porto Seguro ele tornou-se praticamente um lixão, não é? Quando a gente está descendo de avião em Porto Seguro está os urubus tudo na parede do aeroporto. Ele está há menos de 20 quilômetros e foi e tido como aterro sanitário, que não é um aterro sanitário hoje.

[Sobreposição de diálogos]

José Cláudio Junqueira Ribeiro (GOVERNO - MG)

Não podia ter sido licenciado...

Rita Lima de Almeida (MMA)

3827 ... problemas, foi de um licenciamento ele teve problema, inclusive entrou o Ministério Público, entrou o IBAMA
3828 aquela coisa toda mas...

3829
3830 **José Cláudio Junqueira Ribeiro (GOVERNO - MG)**
3831

3832 E agora eu não sei o que deveria mudar na norma, eu proporia então... sei lá se a SQA quer fazer uma proposta.

3833
3834 **Moema Rocha de Sá (SQA/MMA)**
3835

3836 Eu só queria te colocar José Cláudio o que foi levantado no seminário é que o problema que essa resolução traz,
3837 principalmente essa questão da distância de 20 Km. Então que tem municípios que inviabiliza a localização de
3838 aterros, entendeu? Porque pensando a antecipação que eles colocaram que ele é atrativo de aves. Então o que a
3839 área técnica colocou? Um aterro bem operado ele não é atrativa, várias pessoas pontuaram aqui que mesmo
3840 sendo um aterro bem operado corre o risco de ter, então de toda a maneira eles pediram que fosse feita a
3841 Moção... a maioria das pessoas estavam lá no sentido de criar um Grupo de Trabalho para discutir essa
3842 resolução em si.

3843
3844 **José Cláudio Junqueira Ribeiro (GOVERNO - MG)**
3845

3846 O que o Cláudio está a dizendo é tamanho, porque eu acho que não há necessidade... a logística de um GT é
3847 uma coisa muito pesada. Eu proporia que associação a proposta concreta de mudança.

3848
3849 **Moema Rocha de Sá (SQA/MMA)**
3850

3851 Então a gente se compromete a fazer reunião, até via Internet com os mesmos técnicos que participaram junto
3852 com o Ministério das Cidades que também discutiu esse problema e a gente construir todo um acervo de dados e
3853 tal para poder uma proposta reenviar, porque eles que apresentaram a proposta e finalizado isso a gente encerrar
3854 este grupo.

3855
3856 **José Cláudio Junqueira Ribeiro (GOVERNO - MG)**
3857

3858 Então estão todos de acordo? A SQA apresentará oportunamente uma proposta da adequação necessária. Só
3859 voltando à questão de Grupo de Trabalho que o André é o coordenador, eu estou propondo a ele é que a gente
3860 pensa e encaminha para a Ruth sugestões para entidades, nomes para a participar desse GT e a gente marca a
3861 data de instalação dele na próxima reunião. Pode ser assim? Cláudio, com relação ao lítio ficou anotado aqui, o
3862 que ficou decidido?

3863
3864 **Cláudio Darwin Alonso (GOVERNO - SP)**
3865

3866 É que no início nós fizemos uma quase uma forma projeto, nós levantamos a questão que nós já criássemos um
3867 Grupo de Trabalho exclusivamente para verificar o lítio. Outros componentes, eu até... na ata pode transferir
3868 aquela redação...

3869
3870 **José Cláudio Junqueira Ribeiro (GOVERNO - MG)**
3871

3872 Mas nós vamos criar o GT agora?

3873
3874 **Cláudio Darwin Alonso (GOVERNO - SP)**
3875

3876 Eu acho que podemos criar o GT agora, sem a constituição do GT agora. Porque nós criamos muitos GT's hoje, a
3877 gente precisa pensar um pouco...

3878
3879 **José Cláudio Junqueira Ribeiro (GOVERNO - MG)**
3880

3881 Não fica igual o das ETE's, a próxima reunião trazer as propostas. Mas e o coordenador do GT, eu proporia
3882 você... Não, não, nós discutimos um negócio do... agora que eu estou me lembrando do Bertoldo, agora que eu
3883 estou lembrando... nós decidimos que ficou decidida a criação do GT, mas consultaríamos o Bertoldo se ele quer
3884 ser o coordenador...

3885
3886 **[Interlocutor fora do microfone]**
3887

3888 **José Cláudio Junqueira Ribeiro (GOVERNO - MG)**
3889

3890 Não, não, porque ele foi o coordenador aí por deferência a ele, até por proposta, caso ele não queira. A
3891 alternativa... Está criado o GT e o Bertoldo será constado que ele não quer ser o coordenador.

3892
3893
3894
3895
3896
3897
3898
3899
3900
3901
3902
3903
3904
3905
3906
3907
3908
3909
3910
3911
3912
3913
3914
3915
3916
3917
3918
3919
3920
3921
3922
3923
3924
3925
3926
3927
3928
3929
3930
3931
3932
3933
3934
3935
3936
3937
3938
3939
3940
3941
3942
3943
3944
3945
3946
3947
3948
3949
3950
3951
3952
3953
3954
3955
3956

[Interlocutores fora do microfone]

José Cláudio Junqueira Ribeiro (GOVERNO - MG)

Ruth, aqui nos assuntos gerais nós temos informes de andamento dos grupos de trabalho ligados a essa Câmara Técnica.

Ruth Rodrigues Tabaczenski (CONAMA)

Esse informe era para ser dado pelos coordenadores dos grupos de trabalho, mas em parte nós temos um GT de movimentação de resíduos, já está com uma proposta bastante consolidada, falta alguns itens para discussão e provavelmente em mais duas reuniões vai ser encerrada a proposta de resolução, que vai a ser exclusivamente para movimentação de resíduos de perigosos, ou seja, movimentação interestadual porque têm alguns estados que estão com problemas de... que passa essas cargas por eles. Então é exatamente, o licenciamento padronizado para o deslocamento dos resíduos perigosos. O GT de revisão da resolução 348 estava com uma previsão de data de reunião para o dia 18 de abril, mas a SQA está encaminhando uma proposição que seja da 25 de abril. Porque algumas pessoas estarão em reuniões do Mercosul, então para a instalação do GT da revisão da 348. O GT de ETE nós marcamos a primeira reunião para 17 e 18 de abril em Belo Horizonte.

[Interlocutores fora do microfone]

Ruth Rodrigues Tabaczenski (CONAMA)

Bom, é exato. O GT criado hoje de licenciamento simplificado.

[Interlocutor fora do microfone]

Ruth Rodrigues Tabaczenski (CONAMA)

Os GT's criados nessa reunião serão formalizados na próxima reunião da Câmara Técnica, é até amanhã, por favor, a indicação nominal amanhã, porque nós vamos convidar porque não tem prazo suficiente para o pessoal providenciar diárias e passagens, em geral dez dias, 17 e 18.

[Interlocutores fora do microfone]

José Cláudio Junqueira Ribeiro (GOVERNO - MG)

Qual o GT?

[Interlocutor fora do microfone]

José Cláudio Junqueira Ribeiro (GOVERNO - MG)

Mas de outra Câmara?

[Interlocutor fora do microfone]

José Cláudio Junqueira Ribeiro (GOVERNO - MG)

Eu perguntaria aos conselheiros se tem mais algum assunto? Assuntos gerais, conselheiro André.

André Aliana (ANAMMA)

Só uma preocupação. Eu não sei se nas próximas pautas não é mais ideal a gente fazer reunião de dois dias, que têm sido constantes nessas reuniões. Talvez de dois dias a gente tenha mais tempo, perde menos em deslocamento e debate mais, aprofunda mais o tema. A preocupação, se possível sempre que tiver pauta maior, organizar para dois dias para a gente poder ganhar mais tempo.

Zuleica Nycz (APROMAC)

Dr. Junqueira? Eu queria saber Dr. Junqueira, como é que vai ficar o nosso projeto da resolução dos pneus? Se nós pedimos isso, apresentamos relatórios, trabalhamos em cima e está parado, claro.

José Cláudio Junqueira Ribeiro (GOVERNO - MG)

3957

3958

3959

3960

3961

3962

3963

3964

3965

3966

3967

3968

3969

3970

3971

3972

3973

3974

3975

3976

3977

3978

3979

3980

3981

3982

3983

3984

3985

3986

3987

3988

3989

3990

3991

3992

3993

3994

3995

3996

3997

3998

3999

4000

4001

4002

4003

4004

4005

4006

4007

4008

4009

4010

4011

4012

4013

4014

4015

4016

4017

4018

4019

4020

4021

Agradeço muito conselheira que eu já estava esquecendo disso. Eu acho que nós tínhamos que deliberar sobre isso, porque nós deliberamos aqui nessa Câmara, sei lá, quase um ano que na reunião seguinte seria o primeiro ponto de pauta. Então, eu gostaria de reafirmar isso, que na próxima reunião obrigatoriamente a proposta venha à Câmara. Eu acho que essa Câmara... me preocupa muito, porque o tempo vai passando os nossos mandatos podem se extinguir como é o meu caso. E eu não gostaria de ficar pendente na Câmara não, porque para efeito externo, o processo está na Câmara, eu acho que se têm problemas no Ministério, no Senado, o CONAMA que resolva isso ou o CIPRAM ou não sei quem, mas na nossa Câmara, eu entendo que nós já havíamos esgotado a nossa discussão, então eu não vejo porque postergar mais isso. Então eu queria reafirmar se os senhores concordarem, que esse assunto obrigatoriamente entre no primeiro ponto de pauta da próxima reunião da Câmara.

Marco Antonio Ramos Caminha (FIESP)

Ruth, eu só queria um esclarecimento. Aquela consolidação que teve nas três propostas, aquilo foi disponibilizado?

[Interlocutor fora do microfone]

Marco Antonio Ramos Caminha (FIESP)

Aquela proposta da resolução sobre pneus, lembra que naquela última reunião que foi discutida criou-se um Grupo de Trabalho, você, a Zuleica e o Sérgio. Vocês terminaram? Aquele trabalho foi terminado, mas foi distribuído?

Ruth Rodrigues Tabaczenski (CONAMA)

Foi disponibilizado na página.

Marco Antonio Ramos Caminha (FIESP)

Mas não está lá na página agora.

Ruth Rodrigues Tabaczenski (CONAMA)

Eu posso verificar, mas em geral não é retirado.

[Interlocutor fora do microfone]

Marco Antonio Ramos Caminha (FIESP)

Seria bom dar uma checada, para a gente receber isso em seguida agora, porque lá tem... a gente precisa discutir o que faz. Eu tentei e não consegui não. Não consegui acessar a proposta consolidada, as outras estão lá. As três separadas estão lá, mas a proposta do Grupo que ficou trabalhando no dia seguinte.

[Interlocutor fora do microfone]

José Cláudio Junqueira Ribeiro (GOVERNO - MG)

Eu me lembro bem que nessa proposta consolidada, sei lá, em 90% das questões nós e o Ministério das Cidades entramos de acordo, ficamos apenas com uma pendência, agora com relação à Zuleica temos várias alternativas, consolidamos tudo com as duas alternativas. Então Ruth, ficou decidido que obrigatoriamente na próxima reunião da Câmara, essa proposta consolidada vem para votação.

[Interlocutor fora do microfone]

José Cláudio Junqueira Ribeiro (GOVERNO - MG)

É, do Grupo que foi Governo do Estado de Minas, Ministério das Cidades e APROMAC.

Ruth Rodrigues Tabaczenski (CONAMA)

Tudo bem, se a câmara está definindo isso... é que estava sendo aguardado o projeto de lei do Senado, então...

José Cláudio Junqueira Ribeiro (GOVERNO - MG)

4022

4023 Nós decidimos que a Câmara não tem mais o que discutir, não quer dizer que ela vai ser publicada, que ela tem
4024 que passar na Assuntos Jurídicos, ela tem que passar na CIPRAM, ela tem que passar no CONAMA, que ela
4025 fique parada noutra estágio, aqui não mais.

4026

4027 [Sobreposição de diálogos]

4028

4029 **Ruth Rodrigues Tabaczinski (CONAMA)**

4030

4031 Próxima pauta, pneus.

4032

4033 **José Cláudio Junqueira Ribeiro (GOVERNO - MG)**

4034

4035 Obrigatoriamente, pneus, e depois se tiver que esperar, espere no CIPRAM, nos Assuntos Jurídicos, espere em
4036 outro lugar não aqui.

4037

4038 **Marco Antonio Ramos Caminha (FIESP)**

4039

4040 E outra coisa, Ruth, eu não sei o que você acha, mas podia fazer já SQA, eu acho que está na SQA, aquele
4041 decreto que era proposta da MMA, que foi retirado Congresso no final do ano, talvez fazer um relato aqui, para ver
4042 como é que vai ficar aquilo. Um decreto que o MMA fez, envio para o Congresso, para o Executivo, no final do
4043 ano, 6236 de 2005 e aí foi prioridade condicional. Aí o Ministério do Meio Ambiente... aquela proposta, aquele
4044 decreto, lá...

4045

4046 **Ruth Rodrigues Tabaczinski (CONAMA)**

4047

4048 Qual?

4049

4050 **Marco Antonio Ramos Caminha (FIESP)**

4051

4052 O decreto, aquele sobre importação de pneus. O decreto não, PL, sobre importação de pneus?

4053

4054 [Sobreposição de diálogos]

4055

4056 **Roberto Monteiro (CONSELHEIRO HONORÁRIO)**

4057

4058 Importação de pneus, aquilo já saiu há muito tempo.

4059

4060 **Marco Antonio Ramos Caminha (FIESP)**

4061

4062 Não, foi retirado...

4063

4064 [Sobreposição de diálogos]

4065

4066 **Maria Gricia L. Grossi (SQA/MMA)**

4067

4068 Nós tínhamos encaminhado à Câmara dos Deputados um projeto de lei que instituía um plano de gestão de pneus
4069 e proibia a importação. E aí, isso foi encaminhado por volta de final de outubro e dia 14 de dezembro a gente
4070 retirou e não tomamos nenhuma decisão ainda.

4071

4072 **Roberto Monteiro (CONSELHEIRO HONORÁRIO)**

4073

4074 E lá no Congresso está tudo pendurado.

4075

4076 [Sobreposição de diálogos]

4077

4078 **Maria Gricia L. Grossi (SQA/MMA)**

4079

4080 O PL 216, que é do Senado, de autoria do Flávio, esse está lá no Senado. Ele foi aprovado numa das comissões
4081 de assunto social, mas ele vai ser encaminhado à outras Câmaras para ser consultado, então ele está lá ainda
4082 tramitando.

4083

4084 **Helder Naves Torres (MME)**

4085

4086 Eu queria me desculpar, é que levantou-se uma provável data para discussão do GT da 348 para o dia 25...

4087
4088
4089
4090
4091
4092
4093
4094
4095
4096
4097
4098
4099
4100
4101
4102
4103
4104
4105
4106
4107
4108
4109
4110
4111
4112
4113
4114
4115
4116
4117
4118
4119
4120
4121
4122
4123
4124
4125
4126
4127
4128
4129
4130
4131
4132
4133
4134
4135

José Cláudio Junqueira Ribeiro (GOVERNO - MG)

348 é o que mesmo?

Helder Naves Torres (MME)

Sobre... do amianto. Eu faço uma sugestão na questão de data porque dia 25 e dia 26 nós estamos definindo a reunião da Câmara Técnica de atividades minerais energéticas e infra-estrutura, e o Ministério de Minas e Energia está muito... está trabalhando nesse Grupo de Trabalho também. Eu sugeriria, por ser uma matéria pequena, talvez a gente... nós fazermos ela no dias 2 e 3, começando 2 à tarde e 3 o dia inteiro, de maio.

José Cláudio Junqueira Ribeiro (GOVERNO - MG)

Desculpe, quem é o coordenador?

Helder Naves Torres (MME)

É o Bertoldo.

José Cláudio Junqueira Ribeiro (GOVERNO - MG)

Isso vai depender do Bertoldo. Mas acho que fica registrado.

Helder Naves Torres (MME)

É que no dia 25, nós tínhamos feito a programação toda para o dia 18, no dia 25 nós estamos impossibilitados.

José Cláudio Junqueira Ribeiro (GOVERNO - MG)

Vamos registrar aí que o Ministério de Minas e Energia, solicita ao coordenador Bertoldo que não convoque a reunião para o dia 25

Helder Naves Torres (MME)

E que ela seja no dia 2 no período da tarde e dia 3, o dia inteiro.

José Cláudio Junqueira Ribeiro (GOVERNO - MG)

Pergunto aos conselheiros se tem mais algum ponto para assuntos gerais? Não tendo, então nós vamos encerrar a reunião Não tendo mais nenhum assunto geral, nós vamos encerrar a reunião agradecendo a colaboração e a participação de todos, obrigado.

[F I M]

[STENOTYPE BRASIL LTDA.]